

- 3 Editorial
- 7 Aspectos formais e sensoriais da coletividade, massa e multidão na *Ilíada*  
*Formal and sensorial aspects of collectivity, mass and crowd in the Iliad*  
Gustavo Junqueira Duarte Oliveira
- 25 Feridas Abertas: memória, retórica e democracia na Atenas Clássica  
*Open wounds: memory, rhetoric and democracy in classical Athens*  
Fábio Augusto Morales
- 31 Ordem Imperial e Escravidão sob os Júlio-Cláudios  
*Imperial order and Slavery under the Júlio-Claudes*  
Fábio Duarte Joly
- 39 Que Mundo Latino?  
*That Latin World?*  
Uíran Gebara da Silva
- 49 O processo de interiorização do sistema penitenciário paulista  
*The process of internalization of the São Paulo penitentiary system*  
João Luís Franchi e Paulo Roberto Teixeira de Godoy
- DOCUMENTO
- 59 Acta Appiani: uma leitura do papiro alexandrino  
*Acta Appiani: a reading of the alexandrino papyrus*  
Tradução e comentários de Joana Campos Clímaco
- 65 Resenhas

Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas  
Faculdade de História

# Notícia Bibliográfica e Histórica

206

DOSSIÊ HISTÓRIA ANTIGA

Ano XLI - N. 206 - Jan./Jun. 2009 - ISSN 0101-4919

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Editor

ARTUR JOSÉ RENDA VITORINO E ALEX DEGAN

---

ANO XLI - Nº 206

ISSN-0101-4919

JANEIRO-JUNHO DE 2009

---

## SUMÁRIO / SUMMARY

Editorial ..... 3

### DOSSIÊ HISTÓRIA ANTIGA

**Aspectos formais e sensoriais da coletividade, massa e multidão na *Ilíada***

Formal and sensorial aspects of collectivity, mass and crowd in the Iliad

Gustavo Junqueira Duarte Oliveira ..... 7

**Feridas Abertas: memória, retórica e democracia na Atenas Clássica**

Open wounds: memory, rhetoric and democracy in Classical Athens

Fábio Augusto Morales ..... 25

**Ordem Imperial e Escravidão sob os Júlio-Cláudios**

Imperial order and Slavery under the Júlio-Claudes

Fábio Duarte Joly ..... 31

**Que Mundo Latino?**

That Latin World?

Uiran Gebara da Silva ..... 39

**ARTIGO**

**O processo de interiorização do sistema penitenciário paulista**

The process of internalization of the São Paulo penitentiary system

João Luís Franchi

Paulo Roberto Teixeira de Godoy ..... 49

**DOCUMENTO**

***Acta Appiani: uma leitura do papiro alexandrino***

Acta Appiani: a reading of the alexandrino papyrus

Tradução e comentários de Joana Campos Clímaco ..... 59

**RESENHAS**

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da**

***Belle Époque***. 2ª ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.

Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho ..... 65

**SERBIN, P. KENNETH. Padres, Celibato e Conflito Social - Uma história da Igreja Católica no Brasil;**

São Paulo: Companhia das Letras, 2008

Pe. Robson Monteiro ..... 68

## EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos o primeiro dossiê temático de História Antiga da Revista *Notícia Bibliográfica e Histórica*, refletindo uma expansão quantitativa e qualitativa da área no Brasil.

No primeiro artigo, o historiador Gustavo Junqueira Duarte Oliveira estuda a multidão na *Iliada* de Homero analisando o papel da coletividade dos homens na guerra, uma vez que as personagens centrais do poema são heróis destacados e individualizados. Sua interpretação ressalta que as descrições das coletividades de guerreiros funcionam como uma forma de realçar e identificar as ações e personalidades dos heróis.

Em seguida, o historiador Fábio Augusto Morales realiza uma interessante reflexão acerca das relações entre memória e amnésia social. Partindo da restauração do regime democrático ateniense em 403 a.C., Morales analisa a construção de uma memória política que objetivava fundamentar uma identidade comum entre os cidadãos. Revelando os conflitos, tensões e contradições que a ação provocou, o artigo evidencia estes embates propondo uma oportuna reflexão da maneira como uma sociedade restabelece laços com um conturbado passado político.

Da Grécia clássica para o Alto Império Romano, o artigo do historiador Fábio Duarte Joly descreve os numerosos conflitos envolvendo senhores, escravos e libertos no período dos imperadores Júlio-Cláudios. Observando como a escravidão também sofreu intervenções dos imperadores, Fábio Joly acentua o caráter político da manumissão no período atento para suas conseqüências econômicas e políticas, evidenciando os conflitos que constantemente redesenham as fronteiras existentes entre liberdade e escravidão.

O historiador Uiran Gebara da Silva, em um texto corajoso, se aprofunda em um debate sobre as idéias de “mundo latino”, problematizando as *formas* tradicionais de divisão da História e a noção de “latinidade”, como também procura analisar o Império Romano como uma espécie de arquetipo contemporâneo de Impérios.

Na seção *Artigos* os geógrafos João Luís Franchi e Paulo Roberto Teixeira de Godoy propõem uma análise dos modelos de organização do sistema prisional e seu processo de interiorização no estado de São Paulo.

Na seção de *Documentos*, a historiadora Joana Campos Climaco traduz e analisa um fragmento do corpo de papiros conhecido como *Acta Alexandrinorum*. Fonte impressionante que nos permite repensar as relações entre centro e periferias no Império Romano, permitindo ponderações sobre as estratégias de resistências e negociações dentro deste universo. Ainda, o documento e a leitura proposta pela professora Climaco nos permitem aprender um pouco mais sobre Alexandria, a segunda maior e mais dinâmica cidade do Mediterrâneo romano.

Por fim, o historiador Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho contribui com uma resenha do livro clássico de Sidney Chalhoub, *Trabalho, Lar e Botequim*, reimpresso em 2008. O Pe. Robson Monteiro, por sua vez, avalia a obra “Padres, Celibato e Conflito social” de P. Kenneth Serbin.

Convidamos todos para uma prazerosa leitura deste dossiê de História Antiga da Revista *Notícia Bibliográfica e Histórica!*

**Alex Degan**  
**Conselho Editorial**

## EDITORIAL

It is with great satisfaction that we present the first thematic dossier of Old History of the Magazine Bibliographical and Historical Notice, reflecting a quantitative and qualitative expansion of the area in Brazil.

In the first article, the historian Gustavo Junqueira Duarte Oliveira studies the multitude in the Iliad de Homero analyzing the paper of the collective of the men in the war, a time that the personages central offices of the poem are detached and individualizados heroes. Its interpretation standes out that the descriptions of the collectives of warriors function as a form to enhance and to identify to the actions and personalities of the heroes.

After that, the historian August Fábio Morales carries through an interesting reflection concerning the relations between memory and social amnesia. Leaving of the restoration of the Athenian democratic system in 403 B.C., Morales analyzes the construction of a memory politics that objectified to base a common identity between the citizens. Disclosing the conflicts, tensions and contradictions that the action provoked, the article evidences these strikes considering an opportune reflection in the way as a society reestablishes bows with conturbado a last politician.

Of classic Greece for the High Roman Empire, the article of the historian Fábio Duarte Joly describes the numerous conflicts involving gentlemen, slaves and libertos in the period of emperors Júlio-Claudes. Observing as the slavery also it suffered interventions from the emperors, Fábio Joly accents the character politician of the manumission in the intent period for its economic consequences and politics, evidencing the conflicts that had constantly redesigned the existing borders between freedom and slavery.

The historian Uiran Gebara Da Silva, a courageous text, if goes deep a debate on the ideas of “Latin world”, problematizando the traditional forms of division of History and the notion of “latinidade”, as well as looks for to analyze the Roman Empire as a species of arquétipo contemporary of Empires.

In the section Articles the geógrafos João Luis Franchi and Pablo Robert Teixeira de Godoy consider an analysis of the models of organization of the prisional system and its process of internalization in the state of São Paulo.

The Document section, the Joana historian Clímaco Fields translates and analyzes one breaks up of the body of papyruses known as Alexandrinorum Minutes. Impressive source that allows in them to rethink the relations between center and peripheries in the Roman Empire, allowing to balances on the strategies of resistências and negotiations inside of this universe. Still, the document and the reading proposal for the Clímaco teacher allow in them to more learn a little on Alexandria, the second greater and more dynamic city of the Roman Mediterranean.

Finally, the historian Rogério Lopes Pine of Oak contributes with a summary of the classic book of Sidney Chalhoub, *Work, Home and Tavern*, reimpresso in 2008. O Pe. Robson Monteiro, in Turn, evaluates the workmanship “Padres, celibato e conflito social” of Kenneth Serbin.

We invite all for a pleasant reading of this dossier of Old History of the Magazine Bibliographical and Historical Notice!

**Alex Degan**  
**Publishing advice**

ASPECTOS FORMAIS E SENSORIAIS DA COLETIVIDADE,  
MASSA E MULTIDÃO NA *ILÍADA*

Formal and sensorial aspects of collectivity,  
mass and crowd in the Iliad

Gustavo Junqueira Duarte OLIVEIRA<sup>1</sup>

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar a coletividade, massa e multidão na *Iliada* em função de três aspectos: as formas de marcação de quantidade de homens; o anonimato; a densidade da massa. O problema começa a ser colocado quando se constata que mesmo que o tema do poema seja relacionado a uma guerra, ele gira em torno dos heróis. Essa estrutura apresenta ao analista um problema: Qual o papel da coletividade uma vez que o enfoque central está nos grandes guerreiros? O movimento de leitura proposto, analisa as descrições coletivas como uma forma de destacar a ação heróica. Inicialmente, a representação dessa coletividade traça o espaço dessa ação, colocando-a em uma situação de guerra que abarca todos os feitos ali realizados, contrapondo o herói a inimigos que não são outros como ele, mas uma massa incontável de homens e funcionando como platéia para a ação heróica, algo essencial para a concepção do que são glória e honra homéricas. Em segundo lugar, o anonimato da massa serve como contraponto ao destaque dos grandes personagens. Por fim, a identificação da massa como um corpo único desconstrói, em certo nível, a individualidade de seus integrantes, ressaltando também o papel daqueles que são destacados.

**Palavras-chave:** Homero, *Iliada*, História das Multidões

ABSTRACT

*The objective of this paper is to analyze the collectivity, mass and crowd in the Iliad, through the study of three aspects: the description of men's quantity; the anonymity; the density. The*

<sup>1</sup> O autor é bacharel em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestrando do departamento de História Social da Universidade de São Paulo. É bolsista da Fapesp. Email: gustavojo@gmail.com.

*problem is stated when it can be verified that even if the subject of the Iliad is related to a war, it revolves around the heroes. This structure presents the analyst with a problem. What is the role of collectivity, considering that the main focus is on the great warriors? The reading method proposed here, analyses the collective descriptions as a way to emphasize the heroic action. Initially, the collectivity representation draws that action's space, putting it in a situation of a war that places all deeds, confronting the heroes to enemies that are not as he is, but an unnumbered crowd of men. It works also as an audience for the heroic action, an essential feature of the conceptions of glory and honor in the Homeric context. Following, the anonymity of the mass serves as a point of opposition to the emphasis of great characters. Finally, the identification of the crowd with a single body deconstructs the individuality of its participants, also highlighting the role of heroes.*

**Key-words:** *Homer, Iliad, Crowd in History*

O foco da *Iliada*, mesmo que o tema desse poema épico seja relacionado a uma guerra, gira em torno dos grandes heróis. A ação desse grupo de personagens é destacada a todo momento. Muitos dos heróis recebem espaço considerável na *Iliada*, e as descrições dos feitos individuais de alguns deles são evidenciadas em grau muito maior do que as dos feitos das multidões de combatentes. Essa estrutura apresenta ao analista um problema: Qual o papel da coletividade em um poema épico cujo enfoque central são os heróis? Que utilização se faz, no poema, desse recurso? Como são articuladas as ações heróicas individuais no interior de uma guerra em larga escala, coletiva por natureza, com as ações das multidões?

Hans van Wees tentou analisar um problema semelhante, em mais de uma ocasião (WEES, 1986, 1988, 1994a, 1994b), mas teve como fundamento a aceitação do testemunho tático retratado na *Iliada*. Para esse autor, o combate homérico apresenta características baseadas em formas históricas de combate, com as quais não só o poeta, como também a audiência, estariam familiarizados (WEES, 1986, p. 297). Essas formas de combate eram, por sua vez, baseadas em uma grande liberdade de movimentação. Uma vez que os exércitos ficavam um em frente do outro, duas massas se opunham à distância, e em uma zona intermediária os combates de fato se davam, com os combatentes se misturando entre os *prómachoi* e a *plethús* quando quisessem (WEES, 1988, p. 14), e sem preocupações com formações de batalha.

Não existiria mais de uma forma de combate, duelos e combates de massa, mas momentos diferentes,

em que os combatentes estariam ativos, lutando livremente contra inimigos na zona intermediária, ou inativos, misturados entre a multidão (WEES, 1994a, p. 8). Diferentemente de Calhoun, para quem a escolha no enfoque nos grandes heróis tem razões literárias (CALHOUN, 1934b, p. 7-9), pois o poeta deve fazer uma escolha para não se perder narrativamente, para Wees o enfoque nos *basilées* é em função do retrato que o poeta traça de um mundo ideal, no qual os reis fazem jus ao elemento que os justifica no poder, isso é, a preeminência em combate (WEES, 1988, p.21).

O presente trabalho tem como objetivo, contrariamente, analisar o valor simbólico das representações da multidão e do herói, e não se basear na suposta relevância tática do testemunho homérico. Por isso, para responder as perguntas propostas inicialmente, faz-se necessário aqui um estudo que tenha como ponto de partida as maneiras como a coletividade, as massas e as multidões são representadas no poema. O primeiro passo nessa empreitada é a definição do que se entende aqui por esses conceitos. A essas definições, segue-se uma análise descritiva dessas representações na *Iliada*.

O termo coletividade será utilizado aqui como uma definição mais generalizada, para a nomeação de ajuntamentos de pessoas como um todo, no interior do poema. A definição do conceito passa também pela aceitação do campo de estudos do comportamento coletivo como um campo de estudos independente, e não como parte integrante de uma teoria geral da ação social. Para Killian e Turner, esse campo de estudos se

refere às características de grupos, e não de indivíduos<sup>2</sup> (KILLIAN; TURNER, 1957, p. 12). O grupo é mais do que o número de indivíduos, sendo na verdade um sistema de interação no qual uma unidade e uma identidade podem ser reconhecidas. Esse campo de estudo, portanto, distingue-se da psicologia social justamente por ter no grupo, e não no indivíduo, o ponto de interesse central (KILLIAN; TURNER, 1957, p. 13). No interior da *Iliada*, o aspecto a ser primeiramente analisado, e que marca o problema do grupo, é a quantidade.

A massa será utilizada para apontar os aspectos característicos que formam esses agrupamentos, em uma concepção próxima à de Canetti (1995). Já a multidão é caracterizada pela ação que realiza. Além disso, a definição de tal objeto de estudo, para Rudé, é de utilidade. Ele começa por estabelecer os limites do conceito, considerando a multidão como um grupo de contato direto, e não outro fenômeno coletivo qualquer, como a nação, clã, casta, partido político, ou qualquer outra coletividade demasiado ampla para se agregar (RUDÉ, 1991, p.1). Tais limites apresentados são importantes para o presente trabalho e por isso estão aqui citados, ao passo que outras definições apresentadas pelo autor não foram privilegiadas, por estarem de acordo com a delimitação do problema para o contexto histórico específico no qual Rudé pretendeu investigar.

Quais são, portanto, as formas de caracterização da coletividade, da multidão e da massa? A primeira delas concentra-se na simples marcação da quantidade, que se pode dar de maneira mais ou menos explícita.

## 1. Estratégias de indicação de quantidade

A mais explícita das formas de indicação de quantidade de homens é a que utiliza termos simples que destacam esse elemento. Aqui não seria o espaço para estudar todos esses termos, um trabalho árduo que se bastaria em si mesmo. Sua recorrência e variedade são imensas, e a simplicidade com que

passam a mensagem exige um processo investigativo muito intenso. Os termos em questão são, por exemplo, o *pollós*, que marca tanto a quantidade quanto um grupo numeroso, com ênfase particular ao *polloî?*, os muitos; o *pás*, que indica todos os membros de um determinado grupo; o *muríos*, marcando a infinidade, o aspecto incontável; o *apeíroon*, marcando uma falta de limites, também o aspecto incontável. Um estudo pormenorizado desses termos seria de muita importância, mas não terá espaço aqui. Eles remetem por meio de uma menção simples ao fato de que a situação narrada era compartilhada por um grupo. No caso das situações de guerra, reforçam a idéia de que os heróis não lutavam totalmente isolados, mas mesmo quando estavam se destacando o faziam durante a guerra, e eram visíveis a todos. E na guerra, esses termos simples que identificam a coletividade podem se referir tanto aos guerreiros ainda vivos quanto aos que já teriam morrido, por vezes identificados como muitos.

Além desses termos, a quantidade não explícita pode ser marcada pela utilização do plural em inúmeros contextos, bem como a utilização de palavras que marcam coletivos ou, ainda, as que designam propriamente multidão, tumulto ou massa. Exemplos como *hómilon*, o mais utilizado, com o sentido provável de uma tropa agregada em um único corpo; como *klónos*, que ressalta a idéia do tumulto do combate; e como *plethús*, a ser analisado em seguida, podem ser levantados, podendo também ser traduzidos como multidão ou turba. Outros exemplos incluem: *hómados*, com um sentido que oscila entre turba e gritaria<sup>3</sup>; *móthos*, significando uma coletividade em batalha; *móolos*, um termo para a batalha em si; *oulamós*, significando tropa de guerreiros; *deiotés*, outro termo para a batalha, ou para a turba dos guerreiros; *ioochmós*, com o sentido de turba, utilizado em duas ocasiões de fuga; *kolosurtós*, significando tropa ou bando. Os restantes, os coletivos e termos em plural simples, por serem eles mesmos incontáveis e merecerem uma abordagem investigativa própria, são aqui apenas mencionados.

<sup>2</sup> Diferentemente dos autores que analisam a ação coletiva como o conjunto das ações individuais dos integrantes que formam essa coletividade.

<sup>3</sup> A relação entre uma coletividade e o barulho que ela causa será melhor elaborada adiante.

É possível fazer isso, sem que haja uma perda ainda mais significativa na análise descritiva. Isso porque existem outras passagens, por vezes mais longas, mas que são igualmente significativas. Apesar de menos freqüentes, também ressaltam o aspecto em questão, talvez com um pouco mais de detalhamento em sua composição.

Um exemplo é a descrição indireta da quantidade pela menção ao espaço ocupado. A título de ilustração, algumas passagens podem ser citadas: “*De Aqueus se enchia o espaço, das naus à vasta muralha, / tanto de carros como de homens portadores de escudo, / encurralados(...)*”<sup>4</sup> (VIII, 213-215). A palavra de interesse nesse caso é o *enchia*, do verbo *pléthoo*, estar cheio ou ocupado em toda a sua extensão. O preenchimento do espaço é uma alusão indireta à quantidade de homens, ressaltando o caráter coletivo da guerra, em um momento em que Heitor lidera uma investida ao acampamento Aqueu. O destaque vai para Heitor, mas a contextualização é coletiva. Um outro exemplo: “*Toda a planície se encherá de homens e cavalos...*” (XX, 156). Nesse caso o verbo em questão é o *pímplemi*, com o sentido de estar cheio, preenchido. A contextualização é semelhante à do exemplo anterior, dessa vez antecedendo o embate entre Aquiles e Enéas, que se encontraram no meio das hostes. Um último exemplo pode também ser citado: “*Entretanto os outros Troianos espavoridos entraram / em multidão na cidade, aliviados; a cidade encheu-se deles.*” (XXI, 606-607). O verbo de interesse é o *empíplemi*, encher um recipiente ao colocar alguma coisa nele, no caso, encher a cidade de Troianos. Trata-se de uma fuga coletiva, possibilitada pelo dolo de Apolo distraindo Aquiles, que pensava perseguir Agenor.

Tais exemplos, retirados dentre as passagens levantadas em que o preenchimento do espaço ressalta a quantidade (III, 113-115; XIV, 33-34; XV, 708-715; XVII, 394-395)<sup>5</sup>, somente ilustram uma das maneiras de como esse aspecto pode ser evidenciado. Estão longe de figurar entre as maneiras mais utilizadas, mas marcam bem a questão. As passagens que foram citadas

compartilham a presença de verbos da raiz de *pímplemi*, que indica justamente o preenchimento. É interessante notar que tal raiz também forma um dos mais utilizados termos para multidão, *plethús*. Fica evidente nele, portanto, a relação entre a aglomeração de pessoas e o espaço ocupado, preenchido. São dezessete as ocorrências dessa palavra, uma única delas sendo utilizada para marcar a superioridade numérica de dois homens sobre um (XXIII, 639)<sup>6</sup>. As restantes referem-se de fato à multidões.

Semelhantes ao exemplo do espaço ocupado, por serem também menções ao mesmo tempo claras mas indiretas à quantidade, destacam-se a variedade de línguas faladas entre os Troianos (II, 803-804; IV, 433-438) e a quantidade de armas em combate (XV, 708-715; XVI, 102-108, 772-774). A terra se alagando de sangue, com duas fórmulas ocorrendo duas vezes cada (IV, 451; VIII, 65 e XV, 715; XX, 494), ou as areias e armas se umedecendo de lágrimas (XXIII, 15-16) também sugerem, de forma análoga, a quantidade.

Outras estratégias de marcação desse elemento envolvem recursos diversos. Um dos mais utilizados, e mais belos, ainda dentro das formas mais explícitas, é o recurso do símile. Trata-se de comparações com imagens da natureza, ou fatos do cotidiano, que funcionam como ornamentos à narrativa<sup>7</sup>. Mas muito mais do que isso. Para Fränkel, operam segundo um processo de linguagem freqüente em Homero, no qual os fatores sensoriais e aspectos palpáveis têm primazia sobre o destaque das causas dos fenômenos em uma descrição (FRÄNKEL, 1998, p. 303). Um método interessante sugerido pelo autor, mas que, apesar disso, não será utilizado aqui, traça uma tipologia que classifica as imagens em função de sua recorrência (FRÄNKEL, 1998, p. 301), o que acaba por implicar mais de um ponto de comparação, na maior parte das vezes.

Ressaltam-se entre os símiles as comparações com o rebanho. Outros elementos podem estar associados a essas imagens, mas a quantidade também está marcada. Em geral, põem em evidência a relação de uma massa ou coletividade com um herói, ou grupo de

<sup>4</sup> Todas as traduções citadas são de Frederico Lourenço (2005), e as passagens se referem às edições de West (1998, 2000).

<sup>5</sup> Isso para não mencionar os símiles em que o aspecto da densidade tem importância primordial.

<sup>6</sup> Trata-se de uma referência aos Actóridas, que seriam, segundo outras fontes, gêmeos siameses.

<sup>7</sup> Os estudos de Shipp (1972) a respeito do aspecto tardio dos símiles apresentam argumentos lingüísticos que, apesar de interessantes, não comprovam totalmente sua tese, além de trabalhar com uma noção que parece remeter a uma idéia de textos fixados e estabelecidos.

heróis, sejam eles pastores, o mais forte dos animais, ou sejam eles feras, que atacam os animais arrebanhados. A mais comum das imagens é essa, a que opõe um rebanho a uma fera que o ataca, ressaltando uma coletividade que não consegue se contrapor a um único herói, ou grupo reduzido deles. Dentre os cinco exemplos trabalhados (V, 134-143; XI, 172-178; XII, 299-308; XV 323-327, 630-637; XVI, 352-357), vale ilustrar com um trecho: “*Mas Heitor atirou-se a eles como o leão malévolo que se lança / contra bois a pastar...*” (XV, 630-631). Um outro tipo de imagem de rebanho ressalta a presença dos pastores (XIII, 490-493), marcando outro tipo de relação: “*Tal como caprinos rebanhos de cabra os homens cabreiros / separam facilmente, quando se misturam nas pastagens - / assim os comandantes os organizavam por aqui e por ali / para seguirem para a guerra (...)*” (II, 474-477). Ainda entre as imagens do rebanho, o líder pode se sobressair aos demais, sendo comparado ao mais belo e forte dos animais (III, 196-198), como no exemplo citado: “*E tal como no rebanho de bois acima dos outros se destaca / o touro, pois ele é a preeminência entre os bois arrebanhados - / assim naquele dia concedeu Zeus ao Atrida que se destacasse / no meio da multidão, o mais preeminente dos heróis.*” (II, 480-483).

Símiles de naturezas diversas também opõem um herói, como uma fera, geralmente leão ou javali, a uma coletividade, como cães e caçadores (XI, 547-557; XII, 41-50, 146-150; XV, 271-280, 585-591; XVII, 281-285, 725-734) ou chacais (XI, 474-488). Nessas descrições, a vitória pode tender para qualquer dos lados, pois os caçadores não são tão passivos quanto o rebanho. O que interessa, no entanto, é a marcação do embate entre um herói e uma coletividade, superior em quantidade.

Quando o que é ressaltado é a fuga, além da possibilidade do rebanho, outras podem ser utilizadas. O símile do golfinho que persegue peixes (XXI, 22-26) é uma delas, e o dos gafanhotos que fogem do fogo (XXI, 12-16). Além dessas, a do falcão perseguindo gralhas ou estorninhos (XVII, 755-759) é de natureza semelhante.

Em momentos nos quais os heróis são bem sucedidos em destruir seus opositores, tais mortes podem ser descrita por símiles quando a quantidade é

um fator a ser marcado. Nesse caso, cabeças caindo são como uma mata que cai em chamas (XI, 155-159), e Ájax chacina Troianos como um rio transbordado arrasta árvores (XI, 492-497).

Alguns símiles simplesmente compararam uma coletividade a uma espécie animal, vegetal ou elemento da natureza, que possua tradicionalmente associações coletivas, como lobos, que ressaltam, além de quantidade, a ferocidade (IV, 471-472; XI, 72-73; XIII, 101-104; XVI, 156-165, 351-357), aves em revoada (II, 459-465; XVII, 460-462) folhas ou flores (II, 467-468, 799-801), moscas (II, 469-473; XVI, 641-644), vespas (XVI, 259-267), abelhas (II, 87-93). Dois belos exemplos seguem-se como ilustração. O primeiro sai da boca de Íris em aviso aos Troianos: “*... nunca vi um exército como este, nem tão numeroso. / Pois é como as folhas ou como grãos de areia / que eles avançam (...)*” (II, 799-801). O segundo é uma descrição dos Troianos acampados na planície, na noite em que passam fora da cidade. Depois do símile, segue uma menção precisa à quantidade:

*“Tal como quando no céu os astros em torno da lua luminosa / aparecem com nitidez, quando o ar não tem sopro de vento, / e à vista surgem todos os cumes, altos promontórios / e as florestas; do céu se rasga o éter infinito, todos os astros / se tornam visíveis e em seu coração se alegra o pastor- / assim no meio das naus e das correntes do Xanto brilhavam / os fogos que os Troianos faziam arder diante de Ílion. / Mil fogos ardiam na planície, e junto de cada um / se sentavam cinquenta homens no clarão do fogo ardente.”* (VIII, 555-563).

Por vezes o aspecto marcado pelo símile é o movimento de um corpo coletivo. Nesse caso, as abelhas (II, 87-93) ressaltam as muitas raças dos homens que iam para a assembléia. Outra imagem é a das ondas (IV, 422-428), ou ondas e rajadas de vento (XIII, 795-800), que surgem em sucessão, como as falanges dos homens. Os flocos de neve também retomam essa idéia (XIX, 357-361). A bem da verdade, essa é uma imagem que pode prescindir do símile, mesmo que ele de fato orne a narrativa. A mensagem central

pode ser simplesmente colocada da seguinte forma: “Foi aí que se derramaram, falange atrás de falange...” (XV, 360).

No que concerne às estratégias de ressaltar o aspecto da quantidade, formas ainda menos diretas, mas que marcam bem a questão, são também utilizadas. Uma delas faz menção ao peso da coletividade, que faz a terra tremer (XX, 157) ou gemer, seja em um símile (II, 780-785), seja como no exemplo: “*Em agitação turbulenta estava a assembléia e a terra gemeu / sob o peso dos homens sentados*” (II, 95-96). O pó levantado por uma multidão em movimento, de homens ou seus cavalos, produz um efeito semelhante, também aparecendo tanto em menção explícita (II, 150-151; XI, 151-153; XVI, 373-376, 775-776), quanto com o recurso do símile (III, 10-14; V, 499-505; XIII, 334-337).

Ainda dentro das formas menos diretas, o brilho das armas de bronze recebe algum destaque: “*Tal como o fogo violento incendeia uma enorme floresta / no cume da montanha e de longe se avistam as labaredas / assim do bronze incontável daqueles que marchavam / subia pelo ar o fulgor resplandecente até ao céu.*” (II, 455-458). Como nos outros casos, as menções aparecem tanto em símiles, o exemplo citado, quanto explicitamente (II, 455-458; IV, 432-433; XIII, 341-343, 800-801; XIX, 363-363; XX, 157).

No entanto, a mais utilizada das formas de assinalar a quantidade, seja por maneiras mais ou menos diretas, é a menção ao barulho causado pela coletividade. Mais de setenta passagens foram levantadas em que a característica sonora estava associada à marcação de uma grande quantidade de pessoas. Na guerra, nas movimentações dos exércitos, nas fugas, ou durante as reuniões ou assembléias, o aspecto sensorial do som recebe grande atenção no que diz respeito às descrições coletivas, seja dentro de símiles, seja fora deles.

Nas assembléias, a marca do aspecto sonoro pode surgir desde o momento em que a reunião está se formando (X, 523-524), ou, como no exemplo, quando Ulisses faz com que os homens voltem: “*(...) e para a assembléia / se precipitaram todos eles de novo, de junto das naus e das tendas, / como o estrondo da*

*onda que no mar marulhante rebenta / contra a longa praia e das profundezas sai um ronco bramido.*” (II, 208-210). São eventos descritos, por vezes, como tumultuados (II, 95; VII, 345-346). Entre os versos 87 e 100 do canto II, uma sucessão de imagens traz de alguma forma o elemento sonoro mas os versos mais importantes seguem citados: “*Em agitação turbulenta estava a assembléia (...) / (...). Ouviam-se berros / e com seus gritos tentavam nove arautos contê-los, / para que parassem de berrar e ouvissem os reis criados por Zeus. / A custo se sentara o povo, contido nos seus assentos, / tendo já parado o clangor.*” (II, 95-100). Tal descrição evidencia a cena: eram tantos, e gritavam de tal forma que era difícil contê-los. No entanto, era impossível ouvir os reis se tal não fosse feito. O ato de pedir silêncio para que quem fala em público seja escutado é algo recorrente (II, 280-282; XXIII, 568-569), bem como as descrições que mostram um arauto ou herói contendo a multidão em assembléia (XVIII, 503; XXIII, 257-258).

O destaque do herói, dos reis e dos líderes na assembléia só pode ser alcançado se a coletividade e o barulho que causa forem contidos. Quando todos falam ao mesmo tempo, ninguém é ouvido. Para se destacar, o rei deve falar sozinho, mas no espaço público. É o que deixa claro o próprio Agamêmnon, quando diz: “*É bonito ouvir quem fala de pé, e não fica bem / interromper. Difícil seria, até para quem tivesse experiência. / No meio da gritaria de muitos homens, como é que alguém / pode ouvir ou falar? Prejudica-se, límpido orador embora seja.*” (XIX, 79-82). A forma válida de manifestação da coletividade reunida em assembléia é a gritaria de concordância após a fala de um herói, unânime, seja em símile, como o barulho das ondas (II, 394-397), seja como no exemplo<sup>8</sup>: “*Os Argivos levantaram um grande alarido, / e as naus em derredor ressoaram devido aos gritos dos Aqueus, / que elogiavam as palavras do divino Ulisses.*” (II, 333-335). Fora essas manifestações, os barulhos produzidos pela coletividade reunida em assembléia só ressaltam a quantidade e a dificuldade de conter um grande número de pessoas, mesmo que reunidas para ouvirem outros.

A movimentação, ou o posicionamento em batalha, é uma ação da multidão que também pode ser analisada a partir do aspecto sonoro. É o caso das

<sup>8</sup> Um exemplo entre muitos.

pisadas do exército em marcha, ressoando pela terra (II, 465-466; XX, 157), ou do estampido dos pés dos homens avançando (XIX, 363-364). Fora da batalha, a aproximação de muitos homens acorda o adormecido Aquiles (XXIII, 233-234).

A gritaria é mais comum, entretanto, durante essas movimentações militares (XI, 50; XIV, 421; XVI 276-277). Tais exemplos surgem tanto de passagens isoladas quanto de fórmulas recorrentes. Entre essas últimas, algumas ocorrerem exclusivamente em situações de movimentação, outras ocorrem também em situações diversas, como as de combate. Entre as que são utilizadas em mais de um contexto estão as seguintes: *polūs d' orumagdòs oróorei*, “levantou-se um fragor desmedido”, para a saída do exército Troiano da cidade (II, 809-810; VIII, 59); *boé d' ásbestos oróorei*, “levantou-se um clamor inexaurível”, mais comum para situações de combate, mas com uma ocorrência em movimentações militares (XVI, 267), em um momento em que os batalhões dos mirmídonas se reúnem.

Já entre as fórmulas recorrentes que indicam a quantidade em função do aspecto sonoro da movimentação militar, um exemplo é o da fórmula *epi d' iache laòs ópisthen*, descrevendo uma hoste que grita seguindo um líder (XIII, 834; XVII, 723) ou em função de um agouro (XIII, 822). O avanço Argivo diante de um recuo Troiano tem quantidade marcada com seguinte fórmula: *Argeíoi dè mega íachon*, ou “Os Argivos elevaram um grande grito” (IV, 506; XVII, 317). A fórmula *echê thespesíei?* marca em três ocasiões a gritaria (XIII, 834; XV, 355, 590), sendo em dois contextos mais amplos em que ambos os lados avançam dessa forma (XIII, 833-837; XV, 353-355) e um em que Antíloco foge e é perseguido pelos inimigos que lançam dardos contra ele “com grita assombrosa” (XV, 585-591).

Entre os símiles, o mais recorrente é o das ondas, que avançam em sucessão, fazendo barulho (IV, 422-428; XV, 381-384; XVII, 263-266)<sup>9</sup>. Os ventos que formam ondas funcionam de forma semelhante (XIII, 795-800), e a chama ou tempestade também (XIII, 39-41). O símile da revoada de pássaros marca a gritaria (II, 459-465; III,

1-7), bem como o das ovelhas que balem sem cessar (IV, 433-436). O das moscas sugere esse aspecto (II, 469-473), sem um ponto de comparação claro fora do símile.

Outro evento que sugere a quantidade em função do aspecto sonoro é o combate. Em inúmeras passagens, a guerra, um fenômeno coletivo, é diretamente associada a esse elemento, com uma riqueza vocabular bem marcada. A associação da guerra com a gritaria sugere que esse seja o aspecto mais evidente para o narrador, dentro do contexto. Essa associação pode-se dar por meio de pares como *enopé?* e *máche*, que ocorrem em fórmula em três ocasiões (XII, 35; XVI, 246; XVII, 714) e *auté??* e *ptólemos*, também ocorrendo em três ocasiões dentro de fórmula (I, 492; VI, 328; XVI, 63). O termo *phúlopiis*, cujo sentido é o de grito ou sons de batalha, ou a batalha em si, relaciona-se com mais de um vocábulo. Com *pólemos* ocorre duas vezes em fórmula recorrente (IV, 15, 82) e uma vez isoladamente (XVIII, 242). Relaciona-se também com *ptólemos* (XIII, 635) e com *máche* (XIII, 789). Com *máchomai*, em uma fórmula que preenche dois versos, ocorre três vezes em situações de exortação (V, 495-496; VI, 104-105; XI, 212-213). Nas outras ocorrências *phúlopiis* agrega em si mesmo o sentido de batalha e seus sons, tanto em fórmula recorrente (IV, 65; V 379; VI, 1; XVI, 256, 677; XVIII, 171) como em passagens isoladas (XI, 278; XVI, 208; XIX, 158, 221; XX, 141).

Outros exemplos surgem em contextos em que ou o combate é associado à gritaria, ou a gritaria se mostra muito presente no combate a ponto de ser ressaltada. No segundo caso ocorrem tanto em fórmulas recorrentes, como a que se repete no início do verso em XIV, 401 e XVI, 566, quanto em passagens isoladas (XII, 138, XVI, 78<sup>10</sup>).

A fórmula *auté d' ouranòn íke*, “o fragor subia ao céu”, com duas ocorrências (XII, 338; XIV, 60), aparece em um contexto muito interessante na primeira delas. Em ambas ressalta a gritaria, *auté?*, presente no combate, mas o contexto da primeira passagem, em que Menesteu vê o avanço dos melhores dos Lícios e espera

<sup>9</sup> Seguindo Fränkel (1998), os símiles geralmente assinalam mais de um ponto de comparação, dando descrições que se relacionam com a ambientação, com o ponto de observação e com a atmosfera da cena. Esses elementos costumam ganhar precedência sobre a imagem visual em si.

<sup>10</sup> Nesse caso, dentro de uma fórmula recorrente, mas geralmente utilizada em contextos de fuga.

conseguir chamar para o auxílio Teucro e os Ajazes, merece ser citado: “*Mas era-lhe impossível gritar de modo a que ouvissem, / tal era o barulho: o fragor subia ao céu*” (XII, 337-338). Um herói gritando não consegue se sobrepor ao barulho causado pelas multidões de combatentes.

Semelhançamente, a fórmula *ôorto d' autê* ressalta também a gritaria em combate, com três ocorrências (XII, 377; XV, 312; XX, 374). A fórmula *boè d' ásbestos orórei*, anteriormente mencionada, marca, em suas outras ocorrências, o combate como o espaço no qual a gritaria é inextinguível (XI, 500, 530; XIII 169, 540). Segundo Fränkel, *autê*,<sup>11</sup> serve também para indicar a batalha em si (FRÄNKEL, 1998, p.303).

Nos contextos em que a gritaria funciona como um termo substituto à *guerra*, também se encontram exemplos em passagens isoladas (XVI, 782), e em fórmulas recorrentes. É o caso de *Tróon orumagdou*, o barulho ou grito de guerra dos Troianos, ocorrendo em três ocasiões em que a substituição é sugerida (IX, 248; X 539; XVII, 461). A também já citada fórmula *polùs d' orumagdòs orórei* ocorre em mais duas passagens, dessa vez ressaltando o barulho da guerra no combate em si, e possivelmente também a gritaria (IV, 449; VIII, 63<sup>11</sup>).

Um outro recurso que ressalta o barulho no combate, e em função dele, na relação estabelecida, a quantidade, é o som das armas, no caso do bronze que ecoava ou ressoava ao ser atingido (XIII, 497-498; XIV, 25-26), ou o fragor com som de ferro que chegava ao céu (XVII, 424-425).

Por fim, também nesse caso, os símiles são recursos muito utilizados. Quando dois exércitos se chocam, a utilização dos símiles é mais comum, como no exemplo:

*“Tal como os rios invernosos se precipitam das montanhas, / atirando juntos o enorme caudal para a embocadura de dois vales, / e das poderosas nascentes vêm lançar as águas num*

*oco desfiladeiro, / e lá longe nas montanhas o pastor chega a ouvir-lhes o estrondo- / assim era o eco e o terror dos que embatiam uns com os outros.”* (IV, 452-456).

Em uma seqüência de símiles, o clamor de Troianos e Aqueus a se atirarem uns aos outros é considerado superior à onda do mar que brame contra a praia, impelida pelo vento, ao fogo que salta das clareiras para as montanhas e ao vento que grita através das copas dos carvalhos (XIV, 393-401). O barulho que surge dos lenhadores e é ouvido de longe é uma imagem buscada em outro momento (XVI, 633-637), bem como a dos dois ventos se embatendo e fazendo com que ramos de árvores se choquem, causando grande fragor (XVI, 765-771), e a do fogo que lavra uma cidade pondo tudo a arder e fazendo casas ruírem (XVII, 736-741).

A fuga é a última das manifestações a serem aqui trabalhadas que são descritas de forma a estabelecerem uma relação entre a quantidade e o barulho da ação da multidão. Uma passagem ilustra bem a questão: “*Porém os Aqueus, / com fragor assombroso, de Heitor matador de homens / fugiam; (...)*” (XVIII, 148-150). Fórmulas recorrentes marcam esse aspecto, por exemplo em descrições nas quais o contexto de fuga é colocado e marcado pela gritaria, algo que acontece em dois conjuntos, o primeiro em II, 149 e XXI, 10, e o segundo em XII, 470-471 e XVI, 295-296. A última ocorrência citada não é exatamente idêntica em todo o primeiro verso, mas no segundo sim. Uma terceira fórmula recorrente marca, como no caso do combate, uma associação direta por meio de um par no interior da própria fórmula, no caso *iaché* e *phóbos* (XII, 144; XV, 396<sup>12</sup>; XVI, 366, 373).

Em símiles, a relação da fuga com o barulho causado pelos que fogem é estabelecida em três ocasiões. A primeira delas segue citada: “*Tal como quando do Olimpo pelo céu dentro segue uma nuvem / vinda do éter luzente, quando Zeus espalha a tempestade- / assim das naus surgiu a gritaria e a debandada dos Troianos;*” (XVI, 364-366<sup>13</sup>). A

<sup>11</sup> É interessante como essa segunda passagem segue o verso 59 em que a mesma fórmula é usada para ressaltar o barulho do avanço, como já citado.

<sup>12</sup> As duas primeiras são idênticas a partir do verso anterior ao citado, nos dois casos. A segunda é um pouco diferente, mas mantém o fim de verso com o par estabelecido.

<sup>13</sup> A parte fora do símile foi citada na discussão sobre a fórmula formada por *iaché* e *phóbos*.

tempestade é retomada para descrever o barulho das éguas dos Troianos em fuga, e nesse caso considera-se que as muitas éguas em fuga implicam muitos homens de carro. Por fim, um símile já citado é aqui retomado, o do gavião perseguindo os estorninhos ou gralhas, mas, dessa vez, vale ressaltar o aspecto sonoro, bem marcado na comparação (XVII, 755-759).

O barulho é, portanto, uma estratégia muito utilizada para ressaltar o aspecto da quantidade de homens. Isso não quer dizer que um herói individual não seja destacado justamente por se sobressair, por exemplo, no grito de guerra. Não se trata de uma oposição direta nos termos de uma coletividade barulhenta contra heróis silenciosos. Os heróis são, também eles, descritos como participando da guerra aos gritos, existindo inclusive, por exemplo, epítetos que ressaltam esse elemento. O avanço do exército pode, da mesma forma, ser descrito como silencioso, como no caso da marcha Aquéia que não faz barulho (IV, 429-432), em oposição à Troiana, barulhenta (IV, 433-436).

O que interessa é que existe uma associação entre coletividade realizando uma ação, uma multidão, e barulho produzido. Se os exemplos levantados não forem suficientes, vale citar mais um, oriundo de um contexto um pouco diferente. O grito de uma entidade, no caso Ares, ao ser ferido, para ter sua intensidade ressaltada, é comparado ao grito de nove ou dez mil homens na guerra (V, 859-861). A quantidade é marcada, portanto, pelo barulho que produz e pela intensidade desse barulho.

No entanto, como foi visto, essa é só uma entre as estratégias. A despeito da preferência narrativa que direciona o foco aos heróis, a grande quantidade se mostra presente por todo o poema. E mais do que isso, em determinados momentos chega até mesmo a ser explicitamente valorizada, no interior das falas dos personagens. É verdade que em alguns desses momentos o que é de fato valorizado é o comando sobre muitos homens por parte de um herói, mas a questão não deixa de ser evidenciada. A opinião de Príamo, por exemplo, ao considerar que Agamêmnon é venturoso por comandar muitos homens, salienta ambos os aspectos (III, 182-190). A felicidade de Enéas ao ver a hoste Troiana a segui-lo, semelhante à de um pastor

que olha para seu rebanho, acompanhando-o, também ilustra a questão (XIII, 489-495).

A próxima ocorrência a ser analisada surge em um contexto incomum. É o discurso de crítica de Tersites, no qual o pretense agitador questiona se, caso abandonem a causa de Agamêmnon, o rei veria se seus seguidores contribuía ou não (II, 236-238). O tom da crítica ao rei parece sugerir que a resposta seria afirmativa. Essa passagem não é, nem de longe, a que evidencia melhor essa valorização.

Mais relevantes são os momentos em que o próprio herói afirma que, embora poderoso, sozinho ele não consegue atingir determinado objetivo. É o caso de Sarpédon, na exortação aos Lícios, a ser citada: “*É-me difícil, por muito valente que eu seja, / quebrar o muro de modo a abrir caminho para as naus. / Esforçai-vos! Por obra de muitos será melhor o trabalho!*” (XII, 410-412). Aquiles é outro que faz essa confissão, ao dizer que é difícil para ele, e também seria para o próprio Ares ou Atena, enfrentar tantos homens e combater contra todos, embora seja valente (XX, 354-359). É importante notar que se trata do melhor de todos os heróis da *Iliada*.

Também relevante é a opinião de Poséidon que, ainda que fale da associação de dois homens somente, expressa de maneira interessante a valorização da quantidade: “*homens juntos têm valor, mesmo que de valor tenham pouco.*” (XIII, 237). O mesmo Poséidon chega a dizer que os Argivos não sentiriam grande saudade de Aquiles, se prestassem auxílio um ao outro, reciprocamente (XIV, 368-369), pregando a mobilização como força militar. Algo semelhante é dito por Ajax também em exortação (XV, 509-510). Já Apolo lista vários elementos que trazem confiança a um homem: coragem individual, força e poderio, mas também o comando sobre uma hoste numerosa (XVII, 328-330).

No entanto, o número somente não é suficiente. Heitor deixa claro que não foi porque procurava uma multidão que chamou os aliados, não bastando somente a quantidade. Os Troianos mantêm, abastecem e honram os aliados porque esperam que estes homens ajam em sua defesa (XVII, 220-228). Em outras palavras, a grande quantidade de homens só é relevante se eles se dedicarem com afinco a uma mesma ação.

Uma comparação com a análise em forma de ensaio de Canetti (1995) pode ser útil neste momento. Entre os vários tipos de massa apresentados por ele, as massas duplas são de importância geral para o tema homérico. Nesse caso, uma massa pode se conservar em função de outra massa, com a qual se relaciona (CANETTI, 1995, p. 62). Isso é relevante para a concepção de um contexto de guerra. Nela, os objetivos são a busca pelo seu aumento e, principalmente, diminuir a massa adversária, com a morte de seus componentes (CANETTI, 1995, p. 67). A massa de guerra se forma primeiro com a divulgação do sentimento de ameaça, partindo para o desejo de matar o outro (CANETTI, 1995, p. 71), algo semelhante à estratégia de Heitor. Assim são reunidos todos os que podem se reunir, sentindo todos a mesma ameaça e o mesmo desejo. Reunem-se em grandes densidades para afastar a ameaça da morte e, para a sua defesa, sujeitam-se a uma direção conjunta de seu agir. O temor da morte pelos indivíduos os impele a se unirem. Enfrentar a morte é mais fácil em conjunto. A morte em grupo poupa-lhes da morte como indivíduos, algo que temem acima de tudo. Essa concepção de Canetti é, de certa forma, o oposto do ideal heróico da *Iliada*, mas em que medida esse ideal é aplicado não somente aos heróis mas também à massa dos combatentes é algo a ser debatido. A noção de Canetti poderia, portanto, ser aplicada, possivelmente, não aos grandes heróis da *Iliada*, mas aos guerreiros anônimos.

A utilização das descrições coletivas evoca ao leitor, ou público da *Iliada*, o palco no qual a ação heróica de fato se dá. Os heróis não lutam uns contra os outros em um espaço privado, mas fazem isso no interior de uma grande guerra, na qual multidões de combatentes se enfrentam. Mais do que isso. Os heróis não enfrentam somente uns aos outros, mas por vezes se deparam com uma massa de inimigos. O fato de as ações individuais reinarem soberanas no interior do poema não negligencia o contexto geral, e nem o poderia. Fazê-lo seria diminuir a tensão da *Iliada*, não explorando as possibilidades narrativas que uma situação de guerra oferece.

A representação dessa coletividade traça também o espaço da ação do herói. Em um primeiro nível, coloca-a simplesmente nesse contexto, em que uma situação de guerra abarca todos os feitos ali

realizados. Em um segundo nível, contrapõe o herói a inimigos que não são outros heróis, mas uma massa incontável de homens. E, finalmente, a coletividade representada funciona como platéia para a ação heróica, algo essencial para a própria concepção do que são glória e honra homéricas.

## 2. O anonimato dos integrantes do corpo coletivo

A próxima característica da coletividade, massa e multidão homéricas a ser discutida é o anonimato. Esse elemento, apesar de menos explícito no poema estudado, também aparece como central na imagem construída da coletividade em questão. É outro aspecto da diferenciação sempre presente entre o coletivo indistinto e o heróico destacado.

O anonimato da massa, coletividade ou multidão, é marcado a todo o momento. Uma estrutura narrativa muito comum em toda a *Iliada* alterna a descrição coletiva das batalhas com feitos heróicos dos grandes homens, os primeiros anônimos, os últimos quase sempre nomeados. Essa estrutura, justificada em parte por Calhoun (1934b, p. 7-9), como já citado, também concorda com os momentos em que a incapacibilidade de nomear a todos é reconhecida no interior poema. A mais célebre dessas “confissões” talvez seja a que introduz o catálogo das naus:

*“Dizei-me agora, ó Musas (...) / quem foram os comandantes dos Dânaos e seus reis. / A multidão eu não seria capaz de enumerar ou nomear; / nem que tivesse dez línguas, ou então dez bocas, / uma voz indefectível e um coração de bronze, / a não ser que vós, Musas Olímpias, (...) / me lembrásseis todos quantos vieram parar debaixo de Ílion. / Enumerarei os comandantes das naus e a ordenação das naus.”* (II, 484-493).

O poeta diz só ser possível nomear os chefes, e não a multidão, a não ser que as musas, deusas, o permitam. Narrar tudo o que se passa, mencionar todos os participantes, é uma capacidade que só um deus

tem, como descrito em uma “confissão” semelhante no canto XII, no verso 176. O fato é que, no catálogo das naus, os que são nomeados são somente os grandes heróis, importantes em função dos contingentes que trouxeram para a guerra ou em função do papel que nela realizam. Evocar as musas é um artifício utilizado pelo poeta, nessa e em outras ocasiões (XIV, 508-510; XVI, 112-113), para marcar justamente o papel ou os feitos destacados de um grupo seletivo, nomeando-os. A multidão, por sua vez, é composta pelos que não se conseguem nomear, já que entre seus membros reina a indistinção. Depois de listar os principais heróis a vir em auxílio de Ajax e Menelau, o poeta se pergunta: “*Quanto aos outros, quem em seu espírito nomeá-los poderia? / Foram tantos os que depois atearam o combate dos Aqueus!*” (XVII, 260-261). Tal passagem marca bem a questão, evidenciando a fronteira entre o anônimo e o nomeado.

As glórias, presentes e passadas, estão atreladas ao nome. Por isso, ser nomeado e ter sua ancestralidade marcada é quase sempre algo exclusivo dos heróis. Agamêmnon, por exemplo, afirma ser uma forma de honrar alguém, ao dar ordens a seu irmão Menelau, para reunir um conselho secreto: “*Levanta a voz por onde quer que vás e esforça-te por despertá-los, / chamando por cada homem pelo nome paterno, / honrando todos eles.*” (X, 67-69). A exclusividade da nomeação para este grupo especial está ligada, portanto, a uma valorização de um sistema identitário baseado na glória pessoal e na honra associada ao convívio social. Fora desse grupo não há espaço para nomes, pois entre a massa dos restantes o anonimato prevalece. O direito de ser nomeado é conquistado, de maneira geral entre os guerreiros, pela posição ocupada e pelos feitos realizados.

Poderia se argumentar que Tersites fugiria a essa regra. No entanto, a leitura aqui proposta sugere o contrário disso. Muito se discutiu acerca da figura desse emblemático personagem, acerca de seu papel como agitador, além de ter sido reconhecido nele um representante do povo, das classes mais baixas da sociedade homérica. O papel de porta-voz da multidão

também foi atribuído a ele, no momento em que a realeza perde o controle<sup>14</sup>. Postlethwaite vê na crítica tradicional acerca de Tersites uma tendência a considerá-lo como um representante de um gênero de soldados subversivos. A crítica recente mantém, ainda segundo esse autor, uma antipatia do personagem, mas ressalta que ele é o único homem comum a tomar parte na *Iliada* (POSTLETHWAITE, 1988, p. 123). O debate acerca do personagem é muito rico. As posições apontam, em geral, para a aceitação de que Tersites, por sua aparência e falta de menção à ancestralidade seria, ou o contrário do que um herói é (POSTLETHWAITE, 1988, p. 125), ou um soldado comum, o único a ser individualizado na *Iliada* (THALMANN, 1988, p. 1).

Tersites é apresentado, entretanto, tendo ressaltadas suas principais características. Sua aparência é o contrário da beleza heróica, é verdade, mas por isso mesmo é destacado. É considerado o mais feio dos homens que foram a Tróia (II, 216-219). Além disso, suas habilidades como orador também são postas em evidência (II, 246). Ele está mais longe de pertencer à massa anônima e sem forma do que ao grupo seletivo de heróis, no qual inclusive a tradição lhe reserva um lugar<sup>15</sup>. Nem mesmo o espaço que utiliza para falar é rechaçado por Odisseu, mas sim o conteúdo do que ele fala. Tersites não é repreendido por se manifestar em um espaço no qual não teria direito, mas sim por falar de maneira agressiva sobre homens que são melhores do que ele (POSTLETHWAITE, 1988, p. 125). O fato de não ter mencionada a sua ascendência é curioso, e o afasta do grupo do herói tradicional, mas o fato de ser nomeado e individualizado também o afasta do grupo anônimo. A posição que ele ocupa, por fim, é a do marginal, estando em completo isolamento (THALMANN, 1988). Suas opiniões não são as da multidão. Alguns autores tentam afirmar o contrário, sendo obrigados, para tal, a realizar certo malabarismo. Escrevem, por exemplo, que a multidão aprova com tristeza a reação de Odisseu, pois concordarm com Tersites (POSTLETHWAITE, 1988, p. 134). Ou ainda, que ele expressa a visão do homem comum acerca da posição de Aquiles (POSTLETHWAITE, 1988, p. 133).

<sup>14</sup> Ver o artigo de Postlethwaite para um levantamento eficiente das várias leituras suscitadas pela figura de Tersites (1988).

<sup>15</sup> Grimal identifica Tersites, no verbete sobre o personagem, como um herói de origens etólicas (GRIMAL, 2000, p. 439), filho de Portáon e Éurite, irmão de Tideu e tio de Diomedes. Ver também o quadro genealógico 29, na página 298.

Outros afirmam que Tersites é uma caricatura dos soldados comuns, apresentando as atitudes deles de forma exagerada, sendo um bode expiatório que exprime a opinião da massa, e é o único punido por isso (THALMANN, 1988, p. 17-18).

No entanto, o que o texto mostra como a opinião da multidão não é colocado na boca de Tersites. A opinião é expressa na seqüência da reação de Odisseu à fala dele, na qual o rei de Ítaca dá uma surra no desafortunado agitador. Tal ato é aprovado por toda multidão e o personagem que exprima a aprovação é um anônimo não identificado. A importância desses versos é a de demonstrar o caráter anônimo da massa, inverso ao caráter destacado de Tersites, ainda que o destaque seja pejorativo e apareça de maneira isolada. A opinião da multidão, diante da cena em questão, é introduzida da seguinte maneira: “*Mas os outros, embora acabrunhados, riam-se aprazivelmente. Entre eles um assim dizia, olhando de soslaio para outro*” (II, 270-271). É fundamental notar a maneira como quem fala não é nomeado, sendo identificado como “um entre eles”, com um *tis*? no grego, como acontece em outros momentos (VII, 178, 201; XVII, 414, 420; XXII, 372). A conclusão da fala citada é igualmente relevante: “*Assim falava a multidão.*” (II, 278). O porta-voz anônimo não fala somente *pela* multidão, como se pensava fazer, erroneamente, também Tersites<sup>16</sup>. Mais do que isso. Ele é a própria multidão, a *plethús*? falando.

O que significa, portanto, esse anonimato da massa e da multidão homérica? Para responder a essa pergunta, o estudo de Elias Canetti é novamente relevante. Essencialmente, a massa só existe de fato quando do momento da “descarga”, ou seja, o momento em que todos os que a compõem desvencilham-se de suas diferenças como indivíduos e passam a sentirem-se iguais (CANETTI, 1995, p. 16). Somente a união é capaz de prover esse sentimento, pois, na concentração em que quase não há espaço entre as pessoas, onde os corpos se comprimem uns contra os outros, encontram-se tão próximos que se sentem como se estivessem somente próximos de si mesmos. Por isso não se mantêm as diferenças impostas pela sociedade. Ninguém é melhor nem mais do que ninguém. O próprio indivíduo tem a sensação de que na massa ele ultrapassa

as fronteiras de sua pessoa, sente-se aliviado com a ausência de distâncias que o compeliem de volta a si próprio. Sente-se livre e espera que os outros também se sintam assim. Mas essa sensação é uma ilusão, pois embora os homens em tal situação se sintam iguais, de fato não o são. A massa se desfaz e cada qual retorna para suas cargas privadas.

Em uma coletividade na qual a igualdade reina absoluta entre os integrantes, como podem eles receberem nomes distintivos? No contexto homérico, em que as repercussões de se ser nomeado foram brevemente discutidas acima, esse questionamento torna-se especialmente relevante. Os integrantes da massa homérica, mantendo ainda a terminologia adotada por Canetti, sofreram o processo de descarga sugerido por esse autor, e em função disso, da igualdade que os une, os nomes não têm lugar. Esse processo merece ser discutido a fundo, mas não entra na proposta do presente trabalho. Vale dizer, no entanto, que até mesmo os heróis também podem passar por isso, deixando de ser heróis e transformando-se em *plethús*, deixando para trás o nome e as glórias para encontrar proteção no anonimato da massa, em momentos de fuga ou recuo.

No caso de Tersites, mesmo que ele não possa ser diretamente associado ao grupo tradicional dos heróis, em função de suas características específicas, a própria existência dessas características já implica o seu afastamento da massa, pois ele é apresentado de maneira individualizada, destacada e é até mesmo nomeado. O anonimato, portanto, é uma característica do momento em que a cena é narrada. Independente da origem do personagem, o fator que o insere ou o separa da massa é o destaque, ou a ausência de destaque, que recebe no momento da descrição. Em Homero, ser nomeado implica não fazer parte da coletividade, pelo menos no momento da nomeação. O destaque é algo buscado e saboreado pelos heróis individualmente.

### 3. A densidade da massa

Tendo já sido analisados os aspectos da quantidade e do anonimato entre os membros da multidão, a densidade passa agora a ser o objeto de

<sup>16</sup> Em geral Postlethwaite tende para essa conclusão, citando, entre outros, Leaf (POSTLETHWAITE, 1988).

estudo. Foi discutido como os muitos componentes de uma coletividade reunida são apresentados de forma anônima, em função do processo de descarga. A identidade individual é transmutada, temporariamente, em um elemento secundário, pois os indivíduos reunidos passam a ser considerados uma única entidade. A identidade do grupo passa a ser a principal. Para que esse efeito seja alcançado narrativamente no interior da *Iliada*, o poeta por vezes ressalta o elemento da densidade com a qual a massa opera. Tais descrições, assim como as demais, são montadas de maneira direta ou com o recurso muito utilizado do símile.

Também vale notar que algumas das passagens nas quais a densidade é ressaltada já foram trabalhadas, tendo sido enfocados outros problemas. É o caso, por exemplo, do espaço ocupado, analisado em função da relação que tem com a quantidade. No entanto, as referências não param aí, pois podem remeter também à questão da densidade. A partir do momento que passam a funcionar como corpo único, a proximidade entre os elementos que formam tal corpo é cada vez mais almejada. Tal tendência se assemelha ao que Canetti propõe como uma união que tem como objetivo a proteção contra a morte individual (CANETTI, 1995, p. 71-72), algo também já explicitado.

O estudo de Canetti volta a ser aqui citado, por introduzir questões interessantes. Elias Canetti dedicou um livro às questões da massa e do poder (CANETTI, 1995), livro esse que apresenta um caráter totalmente diverso dos estudos sistemáticos acerca do comportamento coletivo e das multidões. Marx e Wood comentam que o livro de Canetti parece alheio aos estudos de cientistas sociais sobre o tema, mas apresenta um estudo imaginativo, ainda que pouco sistemático e não muito bem documentado (MARX; WOOD, 1975, p. 371). A apresentação da questão em Canetti é, de certa forma, ensaística. Para ele, o homem teme o contato com o desconhecido, querendo ver, ou ser capaz de conhecer, ou, ao menos, classificar o que o toca (CANETTI, 1995, p. 13). Todas as distâncias que os homens criam em torno de si foram ditadas por esse temor do contato. Existe uma repulsa pelo contato do outro quando desconhecido, formando-se barreiras que estabelecem fronteiras em torno de uma pessoa. São fronteiras difíceis de serem ignoradas, e só são abertas, de bom grado, para os conhecidos de quem o indivíduo tem afeição ou algum nível de confiança.

Somente na massa, usando a terminologia do autor, o homem se liberta do temor do contato. Na massa, esse temor se transforma no seu oposto, pois ali, idealmente, todos são iguais e, portanto, não importa quem comprime quem. A massa funciona como um único corpo, e por isso a densidade é buscada, pois o contato não traz mais medo, mas segurança (CANETTI, 1995, p. 14). Sua formação repentina é um fenômeno enigmático e universal. As suas outras características marcantes são a unidade de movimento e a unidade de meta. Ainda que tenha sido organizada por um determinado número de pessoas, uma vez formada a tendência ao aumento é espontânea, naquilo que se chama de massa aberta, que só existe enquanto cresce. Quando para de crescer, tende a desintegrar-se. A massa fechada, em oposição, renuncia ao crescimento em busca de durabilidade, sendo restrita a um espaço delimitado (CANETTI, 1995, p. 15). Sua fronteira impede um crescimento desordenado, mas também dificulta e adia a sua desintegração. Além disso, existe uma noção de repetição da reunião, periódica, que ilude os integrantes quanto a sua desintegração. A erupção é a transformação da massa fechada em massa aberta. Dá-se com a vontade da massa de ter o velho prazer do crescimento súbito, rápido e ilimitado, para além dos limites estabelecidos dos locais fechados (CANETTI, 1995, p. 19-20).

As propriedades da massa são, portanto, as seguintes: 1) a massa quer sempre crescer; 2) no interior da massa reina a igualdade; 3) a massa ama a densidade; 4) a massa necessita de uma direção, que seja comum a todos, para fortalecer o sentimento de igualdade (CANETTI, 1995, p. 28). Para a análise dos poemas homéricos, tais preceitos se mostram úteis. Alguns deles já foram apresentados anteriormente, como a igualdade, e outros são úteis para o entendimento de outros aspectos importantes, mas que não serão trabalhados aqui, como a questão da unidade de movimento, meta ou ação. O foco agora é no terceiro desses preceitos acima listados, ou seja, a relação da massa com a densidade. A seguir, discutir-se-á a maneira como essa relação é apresentada nos poemas homéricos.

Um espaço ideal para a aglomeração, nesse contexto, é em torno de um dos chefes. Tais homens são agregadores. Postando-se onde a batalha é mais

violenta, os que desejam acompanhá-lo se congregam ao seu redor, buscando sua proteção especial e destacada, buscando dar auxílio e também a proteção dos outros que, diferentemente do herói, formam o corpo coletivo, a multidão em questão<sup>17</sup>. Uma dessas passagens é tão impressionante que gera a dúvida se não estariam os guerreiros batalhando em algum tipo de formação de batalha:

*“Em torno dos Ajantes se dispuseram as falanges, / possantes, que nem Ares ao entrar na liça desbarataria, / nem Atena incitadora das hostes. Pois os valentes / e escolhidos guerreiros aguentaram a arremetida dos Troianos / e do divino Heitor, com lança contra lança, escudo contra escudo, / broquel contra broquel, elmo contra elmo, homem contra homem. / Tocaram-se os penachos de crina de cavalo nos luzentes rebordos / dos elmos, quando foram cerrados uns contra os outros; / e as lanças nas mãos audazes entrechocaram ao serem / brandidas. E eles estavam concentrados, ávidos de combater.”* (XIII, 126-135).

No entanto, o elemento da densidade é normalmente ressaltado de maneira mais direta. A simples menção dessa característica assume uma miríade de formas que atingem um mesmo objetivo. O termo *aollées*? por exemplo, é utilizado em cerca de vinte ocasiões, com significado próximo ao de cerrado, junto, em um único corpo. Já o termo *punikós*? é utilizado em cerca de dez ocasiões, para descrever ajuntamentos de homens com o sentido de denso, cerrado. O termo *athróos* é utilizado em cerca de cinco ocasiões para caracterizar um grupo ajuntado em um corpo. Por fim, o advérbio *homiladón*, utilizado três vezes para denominar uma tropa cerrada.

Por vezes a descrição sugere que os homens se encontrem de tal maneira cerrados e em formações densas que a imagem de uma muralha (XV, 615-618), rochedo (XV, 615-622) ou barreira (V, 85-94; XVII, 266-268) é utilizada, seja em uma comparação rápida, seja

em um símile. Três dessas descrições carecem, no entanto, de atenção especial. A primeira delas ilustra a maneira como o próprio herói, no caso Heitor, vê tal formação, utilizando uma comparação rápida: *“Muito tempo não me reterão os Aqueus, / ainda que tenham dispostos a si mesmo como muralha.”* (XIII, 151-152). Heitor vê na formação que se contrapõe a ele uma densidade muito grande, mas mesmo assim não se intimida. A única proteção que a massa densa oferece será contra a morte individual e não coletiva, a depender do príncipe troiano, que a enfrenta a despeito da densidade apresentada. A segunda descrição ocorre após uma exortação de Aquiles aos Mirmidões, e ilustra a utilização do símile:

*“Assim dizendo, incitou a coragem e o ânimo de cada um. / E cerraram ainda mais as fileiras, depois que ouviram o rei. / Tal como quando com pedras bem ajustadas um homem / constrói o muro de uma alta casa para evitar a força dos ventos- / assim cerrados se dispunham os elmos e os escudos com bossas. / Escudo premia contra escudo, elmo contra elmo, homem contra / homem. Tocavam-se os penachos de crinas de cavalo nos elmos / corruscantes dos que avançavam, cerrados uns junto dos outros.”* (XVI, 210-217).

Essa passagem traz alguns elementos interessantes. No que se refere ao símile em si, é fundamental notar que não só a densidade está sendo salientada. Também é apontado o fato de essa densidade ter sido organizada por um homem, Aquiles, o líder exortador, o pedreiro do símile. Os homens são dispostos pelo líder, cerrados de tal forma que se assemelham a pedras, dispostas por um construtor em um muro. Vale citar uma terceira descrição:

*“(…) com escudos formavam de todos / os lados uma barreira à volta de Pátroclo, de lanças na mão. / Pois Ájax de facto abordava todos com muitas recomendações: / ordenou-lhes que ninguém podia retroceder do cadáver, / nem*

<sup>17</sup> Passagens como V, 780-781 e XI, 587-591 são bons exemplos de cenas como essas.

*tão-pouco pelejar a título individual à frente dos outros Aqueus, / mas tinham de estar junto do morto e lutar perto uns dos outros.”* (XVII, 354-359).

A passagem citada traz, dessa vez, um dos poucos momentos na *Iliada* em que o destaque pessoal não só não é abertamente buscado, mas sim rechaçado. Para a defesa do cadáver de Pátroclo, Ájax aposta não na proeza individual, sua e de outros heróis importantes, mas na união densa, na qual ninguém deve fugir nem tampouco avançar para lutar isoladamente. A seqüência da passagem traz a virtude defensiva e destacada do próprio Ájax. Mas ela em si demonstra a idéia por detrás da massa homérica. Quanto mais juntos estiverem, dispostos com seus escudos como uma barreira, melhor seria o cadáver de Pátroclo defendido.

Entre os símiles, algumas imagens já citadas no momento em que a quantidade era discutida também poderiam remeter à questão da densidade. Entre as que não serão retomadas ou propriamente analisadas aqui, estão as imagens das moscas (II, 469-473; XVI, 641-644), vespas (XVI, 259-267), flocos de neve que caem cerrados (XIX, 357-361), folhas (II, 467-468; II, 798-801), flores (II, 467-468), areia (II, 798-801), a dos rebanhos (II, 474-477; III, 196-198; XIII, 491-493), entre outras. A associação dessas imagens com a densidade é somente possível. Um conjunto diferente é, no entanto, mais digno de nota. É o caso das imagens que são de fato apresentadas como unidade, e por vezes como um corpo único. Destacam-se as imagens de fogo, que aparecem em inúmeras comparações rápidas, a da tempestade (XIII, 39-41), floresta (XIII, 136-145; XX, 490-494), vento (XVI, 764-771; XIV, 398-399), rio (IV, 452-456; XVII, 747-753), e as mais relevantes a serem por isso mais discutidas, as imagens de ondas e de nuvens.

No primeiro caso, a imagem das ondas pode ser utilizada, como já foi frisado, para ressaltar em princípio o aspecto sonoro (II, 208-210, 394-397; XIV, 394-395; XV, 381-384; XVII, 263-266). Ainda que a abordagem proposta por Fränkel permite que outros elementos sejam identificados nas passagens (FRÄNKEL, 1998), não há necessidade de serem citadas novamente. Nas passagens em que o que é mais evidenciado é a sucessão de ondas (II, 144-149; VI, 422-428), a

quantidade não anula a imagem de que cada onda representa uma massa densa, uma unidade, bem como todo o mar, também como um corpo único (VII, 61-66; XI, 295-298). Uma dessas imagens reúne uma série de elementos e merece, por isso, ser citada:

*“Lançaram-se semelhantes à rajadas dos ventos apavorantes, / que se precipita para a planície debaixo do trovão de Zeus pai, / e com bramido sobrenatural se mistura com o mar, onde / se levantam muitas ondas inchadas do mar marulhante, / arqueadas e brancas de espuma, umas a seguir às outras - / assim como os Troianos, em disposição cerrada, uns a seguir aos outros, / rebrilhavam de bronze e seguiam atrás dos comandantes.”* (XIII, 795-801).

Os líderes são mostrados como vento, que ao se encontrarem com o mar, a massa, criam ondas que avançam em seqüência, as falanges. Tanto na imagem do mar, quanto na das ondas, o aspecto da densidade de uma massa reunida em corpo único fica, de certa forma, ressaltado.

Já o símile das nuvens marca ainda melhor a questão. Vista à distância, a nuvem surge como um corpo único e a comparação com um aglomerado de homens marca justamente a amorfização dos indivíduos e inexistência de espaços detectáveis entre eles. As maneiras como as nuvens são adjetivadas, quando são, também são dignas de nota. Sejam elas escuras (XI, 61-65; XVI, 66), um nevoeiro imóvel (V, 520-527) ou somente nuvens (XI, 304-309; XXIII, 133-134), a estratégia da comparação com esse elemento natural transmite a imagem da massa, o aspecto denso e de unidade. Seria interessante, portanto, demonstrar a força dessas imagens a partir do seguinte exemplo:

*“E ao percorrer a turba dos homens chegou junto dos dois Ajantes, / que vestiam suas armas no meio de uma nuvem de infantaria. / Tal como da sua atalaia o homem cabreiro vê uma nuvem / avançando por cima do mar, impelida pelo sopro do Zéfiro, / e na distância a que se encontra lhe parece a nuvem mais negra / que*

*a pez ao avançar por cima do mar, trazendo um grande vendaval; / (...) / assim junto dos dois Ajazes se moviam os densos batalhões / (...) / batalhões negros, de que se espetavam escudos e lanças.” (IV, 273-282).*

Todas essas descrições e imagens colocam, em algum nível, a questão da massa como corpo único. Essa tendência condiz com a caracterização geral desses fenômenos no interior do poema, e em muitos aspectos se relaciona com os outros pontos já levantados da quantidade, analisadas aqui segundo a sua unidade física aparente, e do anonimato, que se relaciona com o aspecto amorfizado dessas massas densas.

Não se pretende aqui impor uma leitura da coletividade, massa e multidão na *Iliada* como um movimento que comece com o estabelecimento da quantidade, em seguida do anonimato e por fim uma classificação dos ajuntamentos como corpos únicos. Essa não é a única leitura possível, nem tampouco estão esses elementos ligados de tal forma hierárquica. Eles aparecem independentes uns dos outros da mesma forma que estão conectados entre si. Fazem parte de uma noção histórica transportada nos poemas homéricos de como eram compreendidas as coletividades, massas e multidões. No entanto, a relação que estabelecem funciona de maneira a destacar a ação heróica. Em primeiro lugar, a representação dessa coletividade traça também o espaço da ação do herói, contrapondo-o a inimigos que não são outros heróis, mas uma massa incontável de homens. Funcionam também como platéia, algo essencial para a própria concepção do que são glória e honra homéricas. Em segundo lugar, o anonimato da massa serve como contraponto ao destaque dos grandes personagens. Por fim, a identificação da massa como um corpo único desconstrói, em certo nível, a individualidade de seus integrantes, ressaltando também o papel daqueles que são destacados.

## Bibliografia

CALHOUN, George M. Classes and Masses in Homer. I. *Classical Philology*. v. 29, n. 3. p. 192-208, Jul., 1934a.

\_\_\_\_\_. Classes and Masses in Homer. II. *Classical Philology*. v. 29, n. 4, , p. 301-316, Oct., 1934b.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHANTRAINE. P. *Dictionnaire Etymologique de la langue Grecque Vol. I*. Paris: Editions Klincksieck, 1990.

\_\_\_\_\_. *Dictionnaire Etymologique de la langue Grecque Vol. II*. Paris: Editions Klincksieck, 1986.

COFFEY, Michael. The Function of the Homeric Simile. *The American Journal of Philology*. v. 78, n. 2, p. 113-132, 1957.

CUNLIFFE, Richard John. *A lexicon of the Homeric dialect*. Norman: University of Oklahoma Press, 1988.

FRÄNKEL, H. The Interpretation of Individual Similes: (A) Elemental Forces. In: JONG, Irene J. F. de. *Homer: Critical Assessments*. London and New York: Routledge, 1998, p. 301-321.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. (4ª edição).

HOMERO. *Iliada*, tradução de Frederico Lourenço. Lisboa: Cotovia, 2005.

\_\_\_\_\_. *Ilias Vol. I*, edição de M. L. West. Stuttgart & Leipzig: Bibliotheca Teubneriana, 1998.

\_\_\_\_\_. *Ilias Vol. II*, edição de edição de M. L. West. München & Leipzig: Bibliotheca Teubneriana, 2000.

KILLIAN, L. M; TURNER, R. H. *Collective behavior*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1957.

MARX, G. T.; WOOD, J. L. Strands of Theory and Research in Collective Behavior. *Annual Review of Sociology*, Vol. 1, p. 363-428, 1975.

POSTLETHWAITE, N. Thersites in the ‘Iliad’. *Greece & Rome*. 2nd Ser., Vol. 35, No. 2, p. 123-136 (Oct., 1988),.

RUDÉ, George. *A multidão na história: Estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

SHIPP, G. P. *Studies in the Language of Homer*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

THALMANN, W. G. Thersites: Comedy, Scapegoats, and Heroic Ideology in the Iliad. *Transactions of the American Philological Association* (1974-). Vol. 118, p. 1-28, 1988.

WEES, Hans van. Leaders of Men? Military Organisation in the Iliad. *The Classical Quarterly*. v. 36, n. 2, p. 285-303, 1986.

\_\_\_\_\_. Kings in combat: Battles and Heroes in the Iliad. *The Classical Quarterly*. v. 38, n. 1, 1988, p. 1-24

\_\_\_\_\_. The Homeric Way of War: The 'Iliad' and the Hoplite Phalanx (I). *Greece & Rome*. 2nd Ser., v. 41, n. 1, p. 1-18, Apr., 1994a.

\_\_\_\_\_. The Homeric Way of War: The 'Iliad' and the Hoplite Phalanx (II). *Greece & Rome*. 2nd Ser., v. 41, n. 2, p. 131-155, Oct., 1994b.



## FERIDAS ABERTAS: MEMÓRIA, RETÓRICA E DEMOCRACIA NA ATENAS CLÁSSICA<sup>1</sup>

### Open wounds: memory, rhetoric and democracy in Classical Athens

Fábio Augusto MORALES<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este artigo trata da construção da memória política na Atenas Clássica. Especificamente, a memória construída acerca da restauração democrática de 403 a. C. é analisada como indício de uma crise da polis entendida como “comunidade de cidadãos”.

**Palavras-Chave:** Memória política, Democracia, Atenas.

#### ABSTRACT

*This paper deals with the construction of the political memory in Classical Athens. Specifically, the memory constructed concerning the democratic restoration of 403 BC is analyzed as indication of a crisis of the polis understood as a ‘community of citizens’.*

**Key-words:** Political memory, Democracy, Athens.

#### 1. A questão da memória política: coesão, cisão e participação.

Gostaria aqui de elaborar uma reflexão sobre as relações entre memória e política a partir de uma situação

histórica bastante singular, a restauração do regime democrático ateniense no ano de 403 a. C, após alguns meses do regime oligárquico que ficou conhecido como “Tirania dos Trinta”. Situação singular ao menos em dois sentidos: primeiro, por ser a primeira restauração democrática e primeira anistia política conhecida e bem

<sup>1</sup> Este texto é parte de uma pesquisa de mestrado em História Social intitulada *A democracia ateniense pelo avesso: metoikoi, identidade e cotidiano em Lísias*, financiada pela FAPESP, sob orientação do Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil.

documentada (LORAUX, 2005); segundo, pelo caráter fundador assumido pela democracia ateniense no pensamento e nas práticas políticas modernas (FINLEY, 1998). Pensar as relações entre memória e democracia nesta situação específica pode ser um caminho interessante para a discussão sobre memória e política no Brasil contemporâneo, em particular com a recente irrupção dos temas da anistia aos torturadores e da abertura dos arquivos da ditadura militar: na atual democracia brasileira, fundada no fim “lento, gradual e seguro” do regime militar, a memória política é gerida de um modo democrático? O que seria um modo democrático de gestão da memória política? Quais embates estão envolvidos e são ocultados e/ou expostos? Qual a relação entre a cultura midiática e as formas de criação e seleção da memória e do esquecimento do passado político recente? Não é pretensão deste texto resolver tais questões; procurarei, pois, pensar a democracia atual apenas indiretamente, por meio da riqueza e complexidade da sociedade ateniense clássica, que aparece aqui como campo de experimentação de questões e respostas que poderão, eventualmente, contribuir para a reformulação de questões contemporâneas.

Antes de partir para o tratamento das questões no caso ateniense, gostaria de fazer um recuo teórico apontando alguns caminhos para a análise das relações entre memória, história e política, a partir especialmente de um texto do Prof. Ulpiano T. Bezerra de Meneses, no qual o autor ao mesmo tempo faz um balanço teórico do tema da memória nas ciências sociais e problematiza a relação entre memória e história (MENESES, 1992). Da argumentação do autor, reteremos aqui somente três idéias principais: a primeira, que a memória não está cristalizada nem no passado, nem nos objetos referenciais da memória – a memória é um fenômeno social, e como tal está permanentemente em construção, respondendo a solicitações do presente; a segunda, que a memória não se limita a mecanismos de retenção/dépósito/armazenamento, mas é também seleção e descarte – daí a importância do esquecimento e dos problemas de seleção social do que deve ser lembrado ou esquecido; a terceira, de que estes processos de construção e descarte, ou seja, de rememoração e esquecimento do passado formam uma problemática social que remetem a sistemas mnemônicos, aos

conteúdos da memória e aos agentes e suas práticas – a gestão da memória não pode ser reificada como fato em si, mas incluída dentro uma dinâmica social, aí incluso dominações e conflitos envolvendo e sendo envolvidos pela memória.

A partir disso, podemos encaminhar algumas questões: como se dava a produção da memória e do esquecimento na sociedade ateniense clássica? Quais eram os conteúdos, os mecanismos, os atores envolvidos nesta produção? Em que medida a memória e o esquecimento eram estruturados pelas (e estruturantes das) relações sociais? Ora, certamente, a solução para tais questões envolveria um amplo estudo das fontes atenienses clássicas, de ordem não só escrita, mas também arqueológica e epigráfica, o que não faz parte das pretensões deste texto. Pelo contrário, procurarei aqui esboçar um tratamento do tema a partir de uma fonte específica, tentando compensar o caráter parcelar das conclusões pela formulação concreta das questões. A fonte escolhida é um discurso judiciário chamado *Contra Eratóstenes*, escrito pelo logógrafo e meteco ateniense Lísias, pronunciado, segundo a tradição, pelo próprio autor no curto período em que obteve direitos de cidadão no ano de 403 a. C., inserido, portanto, no contexto da restauração democrática ateniense. Mas, antes de entrar no discurso, situarei, o discurso na biografia de Lísias e na história política ateniense após a derrota na Guerra do Peloponeso – as principais fontes, além dos próprios discursos de Lísias, são a Constituição de Atenas de Aristóteles, o livro II das Helênicas de Xenofonte, do século IV a. C., e a biografia e estudo de Lísias por Dionísio de Halicarnasso, do século I a. C.

## 2. Lísias e a restauração democrática

Nascido em meados do século V a. C., em Atenas ou Siracusa, Lísias era filho do fabricante de armas siracusano Céfalos, que havia migrado para Atenas, segundo o próprio Lísias, a pedido de Péricles. Filho de estrangeiro, Lísias era *meteco*, ou seja, estrangeiro residente sujeito a diversas restrições, como aos direitos políticos ou à propriedade de terra. No ano de 443 a. C., aos quinze anos, Lísias participou da colonização da cidade pan-helênica de Túrio, no sul da Itália, retornando para Atenas após uma revolução

oligárquica na colônia, no contexto da guerra do Peloponeso, em 412 a. C, já aos 47 anos de idade.

Com relativa penetração nas associações e banquetes da elite ateniense, Lísias e sua família caem em desgraça quando, no contexto dos tratados com Esparta seguidos da derrota na Guerra do Peloponeso, a polis sofre um golpe infringido por trinta cidadãos, que, com apoio do exército espartano, da cavalaria ateniense e da maioria dos membros do Conselho, instauram um regime oligárquico em Atenas no ano de 404 a. C, que ficaria conhecido como *Tiranía dos Trinta*. Após um período de estabilidade, o regime se torna extremamente violento, chegando a matar, de acordo com Aristóteles, mais de mil e quinhentas pessoas. Segundo Lísias, a perseguição que sua família sofreu teria se passado da seguinte maneira: os Tiranos, procurando riquezas, resolveram prender dez metecos contrários ao regime, entre os quais Lísias e seu irmão, Polemarco, que além de metecos eram possuidores de uma fábrica com 120 escravos além de outras riquezas; dois dos Trinta prenderam Lísias e o levaram para a casa de um certo Damnipus, cidadãos que fazia parte das relações sociais de Lísias mas que era no momento apoiador da oligarquia – conhecendo a arquitetura da casa, Lísias conseguiu fugir e imediatamente se exilou em Mégara, vizinha a Atenas; já seu irmão, Polemarco, foi preso por Eratóstenes, um dos Trinta, que, depois de confiscar seus bens, ordenou sua execução sem julgamento e seu sepultamento sem as honras fúnebres.

Lísias, em Mégara, se uniu aos democratas exilados que organizavam o exército de restauração. Liderados por Trasíbulo, o exército democrata invadiu Atenas em 403 a. C., e, após a ocupação do porto ateniense, o Pireu, e subsequentes vitórias sobre os oligarcas que ficaram na cidade, deu início às negociações de paz com a mediação de Esparta. Aqueles que ficaram na cidade depuseram os Trinta do poder e criaram governos provisórios para a discussão da anistia. Ainda no ano de 403, a anistia foi acertada: os Tiranos e seus partidários, refugiados em Elêusis, então demos de Atenas, criariam ali uma polis independente (acordo que logo foi rompido com a reincorporação de Elêusis); aqueles que desejassem acompanhá-los estavam livres; quanto aos antigos apoiadores dos Trinta que ficassem, os democratas juravam “não

lembrar os males passados” (*me mnesikakein*), e nenhum processo poderia ser impetrado relativo às coisas passadas, exceto contra os Trinta e seus apoiadores diretos.

Feita a reconciliação, Trasíbulo, líder dos democratas, aprova um decreto na Assembléia concedendo cidadania a todos aqueles que ajudaram na restauração, incluindo escravos e metecos, Lísias entre eles. Em alguns meses, este decreto seria considerado ilegal por questões burocráticas (por não ter passado antes pelo Conselho); entretanto, antes disso Lísias redige e pronuncia no tribunal o discurso *Contra Eratóstenes* que, segundo ele, seria o responsável pelo assassinato de seu irmão. Se, após a revogação do decreto de Trasíbulo, Lísias continuou meteco ou tornou-se cidadão é uma questão ainda em aberto. Sabe-se, de todo modo, que depois disso Lísias dedicou-se à profissão de logógrafo (que talvez já exercesse antes), escrevendo dezenas de discursos judiciais, políticos e epidícticos (dos quais nos restam 34) para serem lidos por cidadãos. Dos 34 discursos e fragmentos restantes, apenas um é considerado seguramente como escrito por Lísias: o *Contra Eratóstenes*.

Quanto à democracia restaurada, tendo passado por algumas reformas cujo impacto e significado são ainda debatidos pelos historiadores, seria derrubada apenas sob a dominação macedônica, mais de meio século depois.

### 3. Anistia e esquecimento

Da narrativa acima, gostaria de reter o tema da anistia. Diversas fontes mencionam o juramento feito pelos democratas de “não lembrar os males passados” (*me mnesikakein*). A historiadora francesa Nicole Loraux (2005) dedicou um estudo sobre este tema, que procura unir as abordagens antropológicas, ligadas às estruturas e ao repetitivo, a abordagens históricas, ligadas ao acontecimento e ao singular. Para a autora, o esquecimento instituído pela anistia articulava o antropológico e o histórico das polis de Atenas na medida em que o que estava em discussão era a unidade e a divisão da polis. A *stasis*, a guerra civil fruto da divisão da polis em partidos opostos, a ruptura do corpo

cívico, era entendida como a mais funesta das guerras que, ao contrário da guerra contra o inimigo externo, não garantiria a bela morte. Sendo assim, os momentos de *stasis*, tanto potenciais, como o debate na Assembléia que opõe idéias, quanto reais, como a guerra pela restauração da democracia, são anulados por mecanismos culturais de ocultamento: no caso da divisão do debate em Assembléia, a regra da vitória da maioria é amenizada com a idéia da unanimidade justa; no caso da restauração, o esquecimento para ser o princípio de reconciliação.

Entretanto, como a própria autora aponta, o esquecimento da guerra civil, dos excessos dos Trinta, das condutas oligárquicas, não era aceito por todos: no caso dos discursos de Lísias, em particular o *Contra Eratóstenes*, a palavra é engajada como rememoração, na direção da vingança. Um trecho do discurso é esclarecedor: no momento em que Lísias procura menosprezar as testemunhas favoráveis a Eratóstenes, é dito que:

É digno observar como as testemunhas, ao testemunhar por estes homens [os Trinta e apoiadores], acusam-se a si mesmas: elas vos tomam como sendo singularmente esquecidos (*epilesmonas*) e ingênuos (*euetheis*), se elas acreditam que por meio de vocês, o povo (*plethos*), conseguirão salvar os Trinta com impunidade, quando devido a Eratóstenes e seus parceiros no poder era perigoso até realizar funerais aos mortos. (Lys.12.87).

Aqui vemos o recurso à lembrança do tempo da Tirania como forma de impedir a defesa de um dos Trinta: a lembrança aqui opera como prova, transformando os jurados, cada um que se lembra e que não é ingênuo, em testemunhas de acusação. Mas não é somente na rememoração que este discurso de Lísias, digamos assim, rompe o movimento geral da anistia como esquecimento e reconciliação. Em diversos momentos do discurso, Lísias ressalta a diferença que se estabeleceu entre os habitantes da *asty*, do núcleo urbano de Atenas, e os habitantes e ocupantes do Pireu: enquanto os primeiros foram os suportes da oligarquia, os últimos mantiveram o apoio à democracia, sendo que Lísias se refere aos que lutaram pela restauração

como “aqueles do Pireu” (*ek Peiraios*). Ora, o porto do Pireu ocupa uma posição muito particular na história de Atenas: símbolo da potência marítima ateniense, o Pireu se converteu em sede da frota de guerra ateniense assim como se desenvolveu como um centro do comércio imperial, particularmente quando os espartanos, durante a guerra, bloquearam as rotas de comércio pelo norte, e o abastecimento de trigo para Atenas era realizado somente por meio das importações que chegavam ao Pireu; além disso, o Pireu, que contava com uma praça/mercado (*ágora*) própria, era intensamente habitado por metecos (GARLAN, 1987, VON REDEN, 1995). Somando isso ao apoio dos metecos à guerra de restauração democrática, tem-se formada uma equação que coloca os metecos e cidadãos do Pireu do lado da democracia vitoriosa e os cidadãos da *asty* do lado da oligarquia derrotada. Lísias, ao falar das acusações que ele e seu irmão sofreram, enquanto metecos, durante a tirania, afirma:

Não merecíamos da *polis* semelhante tratamento; tínhamos custeado todas as *coregias*, pagamos muitas contribuições, nos mostramos ordeiros (*kosmíous d' hemâs autoûs parékhontas*), cumprimos todos os nossos deveres, não fizemos inimizades e resgatamos muitos atenienses do inimigo. E assim eles nos recompensaram, não sendo metecos como eles foram cidadãos (*toiouûton hexíosan ouk homôios metoikoûntas hósper autói epolitêuonto*)! Eles [que] exilaram tantos cidadãos para o meio dos inimigos! [Que] negaram sepultura a tantas vítimas de seus crimes, [que] privaram tantos cidadãos de seus d(Lys, 12.21).

Pode-se observar, neste trecho, uma equação que opõe o mau cidadão ao bom meteco, sendo este último melhor para a cidade do que o primeiro, que desrespeita as leis, as tradições, e instiga à *stasis*. Neste sentido, não só os fatos são rememorados, reabrindo feridas fechadas com a anistia e seu juramento, como também os não-cidadãos aqui assumem uma função positiva no funcionamento da polis. Os metecos participam da memória da restauração democrática ateniense de 403 a. C., e o juramento de não lembrar os

males passados acaba por apagar no esquecimento também a participação ativa dos metecos nesta situação: é contra isso, talvez indiretamente, que o discurso *Contra Eratóstenes* se levanta.

Esta análise levanta algumas questões: o que é a polis, vista sob o ângulo da divisão, da *stasis*, ou seja, pelo seu avesso? Em que medida se mantém a polis como “comunidade dos cidadãos homens livres e adultos” (HANSEN, 1991) diante da participação de metecos e escravos na restauração? Por meio de quais mecanismos a memória era negociada na sociedade ateniense clássica pós-Guerra, e como os conteúdos foram rearticulados? Até que ponto a participação dos metecos na construção da memória não é, também, participação política? É realizando uma discussão final, a partir destas questões, que gostaria de concluir este texto.

#### 4. Rememoração como crise: cisão e porosidade

O que era a polis? A historiografia, repetindo uma passagem de Aristóteles (*Política*, 1275a), não hesitou em afirmar que a polis era uma comunidade de cidadãos homens, livres e adultos: às mulheres, crianças, escravos e metecos cabiam papéis submissos aos cidadãos, senhores de suas casas que se reconheciam como iguais na Assembléia – esta foi a visão da polis que informou, em grande medida, também os discursos filosófico e político modernos. Entretanto, a história da restauração democrática de Atenas em 403 a. C. mostra uma polis mais complexa, em uma situação de crise.

*Crise da polis*: é preciso especificar o sentido desta expressão. Não crise como decadência ou corrupção moral, como insistiu determinada historiografia que procurava ver no século V a Era de Ouro, o Século de Péricles, enquanto ao século IV se associavam diversas formas de declínio social, político e moral, como a demagogia, o uso de mercenários, a destruição e recuperação apenas parcial do império etc (GLOTZ, 1980). Crise aqui no sentido de que um determinado projeto de polis como equivalente a uma comunidade restrita aos cidadãos passa a ser questionado no próprio movimento de sua produção.

A polissemia do termo polis é frequentemente enfatizada pela historiografia, seja para escapar a uma tentativa de definição, que forçosamente empobreceria o conceito, seja justificar uma escolha arbitrária, adequada aos pressupostos teóricos do historiador. Mas, para além desta variedade de sentidos, a polis tem uma existência discursiva apoiada em suportes variados, que vão do teatro à filosofia, das deliberações na Assembléia ao cotidiano judiciário. Deste modo, ao invés de somente apontar a polissemia do termo, um caminho interessante seria inserir o termo, de acordo com as situações específicas, no movimento mais amplo da sociedade, evidenciando, assim, o modo pelo qual determinadas contradições operam no nível discursivo – passamos de uma visão institucional da polis para uma visão social, regida por diversas lógicas, institucionais também, mas não só. “Polis” dita por um general diante da derrota iminente, por um meteco-filósofo constituindo uma teoria política, por um ator em uma sátira da democracia, e muitas outras situações, responde a questionamentos e negociações diversos – situar estas negociações e questionamentos é reabrir as contradições encobertas pelo discurso da polis como comunidade de cidadãos (ANDRADE, 2002).

Ora, o funcionamento da definição de polis como comunidade de cidadãos assenta em dois princípios fundamentais: de um lado, a identidade interna entre os cidadãos, e de outro, diferença externa ao corpo cívico. Na rememoração da *stasis*, como se observa nos discursos de Lísias, ambos os princípios são questionados, e a polis assume outra configuração: o corpo cívico se racha em democratas e oligarcas, os não cidadãos participam da existência pública da polis. Dito de outro modo, a identidade interna se torna *cisão*, a diferença externa se torna *porosidade*. *Cisão*, entre cidadãos oligarcas e democratas; *porosidade*, pela introdução de não-cidadãos na política e na memória.

A memória é aqui um dos palcos privilegiados desta crise, como mostra o investimento social na amnésia pelo juramento de não lembrar os males passados; a fonte judiciária evidencia o engajamento de discursos que, se aceitos, podem levar à execução ou absolvição do acusado. No caso do discurso aqui recuperado, o *Contra Eratóstenes* de Lísias, os argumentos utilizados na acusação pressupõem *cisões* e *porosidades*, indícios da crise da polis no pós-guerra.

Poderíamos arriscar explicações para essa dupla crise, como as transformações sociais e econômicas advindas do império ateniense, a urbanização da sociedade, o trauma da derrota na guerra e dissolução do Império, ou ainda a necessidade de participação massiva de não-cidadãos nos batalhões e frotas atenienses; de todo modo, é suficiente apontar as derivações desta crise no plano da consciência, que se estendem dos desenvolvimentos da retórica e seu peso político nos discursos judiciais até à formulação da ciência política de Platão e Aristóteles: o primeiro, aristocrata com diversas ligações com os Trinta; o segundo, cidadão estagirita que viveu mais de 40 anos como meteco em Atenas. Acima de tudo, o próprio conceito de polis precisa ser revisto no sentido de permitir uma visão mais complexa da sociedade ateniense em suas tensões, ou seja, exatamente onde o projeto cívico procura agir na forma de ocultamento e neutralização – em uma palavra, esquecimento.

Concluo com uma série de questões: não seria o caso, hoje, de se pensar a questão da memória democrática brasileira a partir de suas tensões, de suas promessas não cumpridas, de suas contradições mantidas, e perguntar, de fato, se a produção da memória da democracia é realmente democrática? Em que medida é possível a construção democrática da política sem uma problematização corrosiva dos resíduos e reconfigurações das práticas criadas no regime militar, seja nos locais do trabalho, nos órgãos burocráticos, no mundo escolar-acadêmico? Não seria agora um momento oportuno para se reabrir as feridas cicatrizadas pelos arranjos institucionais, ultrapassando as punições individuais na direção de uma rediscussão da vida cotidiana?

## 5. Bibliografia

Fontes:

ARISTÓTELES. A Constituição de Atenas. Trad. de F. M. Pires. São Paulo, Hucitec, 1995.

LÍSIAS. Lysias. Trad. de W. R. M. Lamb. London, William Heinemann (The Loeb Classical Library), 1960.

\_\_\_\_\_. Lysias. Trad. de L. Gernet e M. Bizot. Paris, Les Belles Lettres, 1967.

DIONÍSIO DE HALICARNASSO. Lysias. In: \_\_\_\_\_. Dionysius of Halicarnassus: critical essays in two volumes. Trad. de M. Usher. London, William Heinemann (The Loeb Classical Library), 1974, pp. 21-99.

Estudos:

ANDRADE, Marta M. de. *A vida comum: espaço, cotidiano e cidade na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

FINLEY, Moses I. *O legado da Grécia: uma nova avaliação*. Tradução de Yvette V. P. de Almeida. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

GARLAND, Robert. *The Piraeus: from the fifty to the first century B.C.* London: Duckworth, 1987.

GLOTZ, Gustave. *A cidade grega*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1980.

HANSEN, Mogens H. *The Athenian democracy in the age of Demosthenes: structure, principles, and ideology*. Oxford, UK; Cambridge, USA: Blackwell, 1991.

LORAUX, Nicole. *La cite divisée: l'oubli dans la mémoire d'Athènes*. Paris : Payot & Rivages, 2005.

MENESES, Ulpiano T. B. de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. No. 34, pp. 9-24, 1992.

VON REDEN, Sitta. The Piraeus – a world apart. *Greece & Rome*, 42 (1): 24-37, 1995.

## ORDEM IMPERIAL E ESCRAVIDÃO SOB OS JÚLIO-CLÁUDIOS

### Imperial order and Slavery under the Júlio-Claudes

Fábio Duarte JOLY<sup>1</sup>

#### RESUMO

O estabelecimento do Principado por Augusto representou uma reordenação política que afetou a organização social em Roma e nos territórios sob seu domínio. A própria instituição da escravidão não saiu incólume dessa transformação, como indicam as intervenções imperiais, de Augusto a Nero, na soberania doméstica dos senhores de escravos. Nesse sentido, serão discutidos os graus dessa intervenção, e suas implicações sociopolíticas, sobretudo no tocante à constituição de fronteiras entre livres e escravos e no interior da própria comunidade cidadã.

**Palavras-chaves:** Roma, escravidão, manumissão, política.

#### ABSTRACT

*It is known that the Principate, established by Augustus, triggered a political reorganization that affected the social structure at Rome and its provinces. Even the institution of slavery was affected by it, as revealed by the imperial legislation, from Augustus to Nero. This article deals with such imperial intervention and its sociopolitical consequences, especially those concerning the frontiers between free and slaves in the heart of a community of citizens.*

**Keywords:** Rome, slavery, manumission, politics.

O presente artigo tece considerações sobre os vínculos entre ordem imperial e escravidão no Alto Império Romano. Em linhas gerais, e muito preliminares,

entendo a ordem imperial, representada pelo imperador, como a mantenedora de determinadas fronteiras sociais, sobretudo aquelas entre livres e escravos. A existência

<sup>1</sup> Professor adjunto de História Antiga no Centro de Artes, Humanidades e Letras, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR). Este artigo desenvolve tema de comunicação apresentada na mesa-redonda “Ordem imperial e fronteiras no Alto Império”, no VI Encontro Nacional de História Antiga, Pelotas/RS, 04 a 09 de maio de 2008.

da escravidão não criava uma clivagem apenas entre um setor livre e outro servil, pois dentro da própria comunidade cidadã definiam-se grupos de acordo com suas origens, se escrava ou livre, ou concepções de como gerir os escravos e praticar a manumissão. A idéia central aqui desenvolvida é que os conceitos de liberdade e escravidão não são absolutos – totalmente dicotômicos como reza a tradição liberal –, mas relacionais, envolvendo uma negociação entre os diversos agentes quanto às suas fronteiras. Meu foco aqui recairá nas relações entre imperador e aristocracia no tocante ao governo de escravos e libertos.

A esse respeito, nos estudos sobre escravidão romana deparamo-nos com dois pressupostos que acabam se complementando: a homogeneidade da classe senhorial e a heterogeneidade da camada servil. No primeiro caso, assume-se uma unidade dos senhores de escravos, provenientes de uma aristocracia política e econômica, que demonstraria um consenso diante de problemas gerados pelo controle de escravarias. Diante do medo de revoltas, como que um reflexo condicionado levaria essa aristocracia a impor medidas de repressão legal, independente de outras questões políticas ou econômicas envolvidas (ver, por exemplo, Schiavone, 2005, p. 163). No segundo caso, apresenta-se o escravo como a antítese por excelência do cidadão, excluindo-o assim de qualquer participação no jogo político, fato ainda corroborado pela diversidade do universo servil: a distribuição dos escravos pelos mais diferentes setores da economia contribuiria para uma permanente desmobilização desse grupo e conseqüente incapacidade de vislumbrar projetos coletivos de transformação de suas condições. Na fórmula de Moses Finley, quanto menos homogêneas as populações submetidas a trabalho compulsório e menor o passado de vida em comunidades autônomas, menor o potencial de revolta (Finley, 1978).

A construção de um consenso, dentro da aristocracia, sobre a ordem escravista é vinculada, pela historiografia moderna, ao entendimento de que o advento do Principado teria implicado uma maior interferência do Estado nas relações escravistas. Trata-se de interpretação contida seja em estudos sobre o direito romano de escravidão, seja em histórias sociais e econômicas da Roma antiga. Como ilustração, pode-se citar o conhecido artigo de Yvon Thébert composto

para a coletânea *O Homem Romano*, organizada por Andrea Giardina:

O Alto Império é caracterizado por uma intervenção crescente do imperador nas relações entre senhores e escravos, seguindo uma política iniciada por Augusto. O *dominus* deve mostrar-se mais liberal, porque a evolução das relações de produção já não lhe permite oprimir o escravo de um modo tão violento como outrora; e pode sê-lo na medida em que o Estado o substitui parcialmente na manutenção da ordem. É portanto típico da legislação imperial este interesse por um setor até esse momento totalmente descuidado pelo direito público. (Thébert, 1991, p. 137)

Igualmente nessa linha, Alan Watson, em seu estudo sobre o direito romano da escravidão, argumenta que a legislação escravista promulgada por membros da classe senhorial não tinha por objetivo beneficiar o escravo ou melhorar sua posição. A questão que se colocava era garantir incentivos, formas de controle e penalidades para extrair o máximo possível dos escravos, maximizando o lucro (econômico, social e político) dos senhores e minimizando o risco (econômico e físico) dos mesmos (Watson, 1987, p. 20).

Esse dado sugere que o estabelecimento do Principado por Augusto representou não apenas uma reordenação política da cidade de Roma e territórios sob seu domínio, mas também da própria instituição da escravidão, interferindo no princípio da soberania doméstica dos senhores de escravos. Logo, dá-se a entender que existia uma política escravista formulada pelos imperadores, cujo objetivo era preservar a escravidão, como forma de exploração econômica, e garantir a ordem social. O foco recai nas relações entre senhores e escravos, com o imperador atuando como um intermediário entre ambos por meio de legislação.

A efetividade dessas leis escravistas é um item de difícil avaliação. Seriam respostas a casos particulares ou buscavam normatizar o que era típico? Repercutiam, na prática, nas vidas dos escravos? Alguns pesquisadores, como Keith Bradley, defendem

que a lei pouca influência tinha no cotidiano, com os escravos à mercê dos senhores:

Por conta dos limites extremos a que os senhores de escravos chegaram a torturar e punir seus escravos, estes foram, durante o Principado, progressivamente trazidos para o alcance do direito criminal romano, e a autoridade dos proprietários de punir de forma absoluta foi restringida ou substituída por formas públicas de coerção. [...] Indubitavelmente, isto representou ganhos de princípio para o setor civil da sociedade. Na prática, contudo, tais ganhos tiveram um pequeno impacto na vida dos escravos. (Bradley, 1996, p. 17)

A lei podia ser um constrangimento que balizava o comportamento senhorial, mas certamente não era o único, como ressaltou recentemente Niall McKeown (2007). Discutindo os pressupostos subjacentes às pesquisas, realizadas ao longo do século XX, sobre escravidão grega e romana, McKeown chama a atenção para o que denomina de “caixas mentais” (*mental boxes*), que constroem determinadas versões do escravismo antigo. Uma delas toma como pressuposto a defesa da vulnerabilidade do escravo, rejeitando qualquer possibilidade de transformação social que reverta esse fato. É a posição de Bradley, para quem “a mentalidade dos romanos em relação à escravidão era estática, dependente de visões profundamente enraizadas e imutáveis de uma hierarquia social que por si mesma era alheia à mudança. Em momento algum no período central da história romana houve qualquer melhora significativa da instituição” (Bradley, 1996, p. 173). Uma pretensa homogeneidade da classe senhorial, no decurso de toda história romana, permeia esta versão da escravidão romana, conferindo-lhe um caráter inerte. Em última instância, isto se dá pela atenção recair quase exclusivamente sobre a relação dos senhores *apenas* com seus escravos.

No âmbito das teorias sociológicas e históricas sobre a escravidão, uma contribuição para repensar essa “caixa mental” encontra-se nas críticas do

historiador norte-americano Joseph Miller à abordagem propugnada pelo sociólogo jamaicano Orlando Patterson, cuja obra tem encontrado crescente acolhida nos estudos sobre escravidão antiga, seja grega, romana ou mesmo judaica<sup>2</sup>. Patterson, em *Escravidão e Morte Social*, propõe-se a tratar das “características universais da estrutura interna da escravidão”, definindo-a como “a dominação permanente e violenta de pessoas desenraizadas e geralmente desonradas” (Patterson, 1982, p. 13). Nas palavras de Patterson, “aqueles que não competem por honra, ou que não estão inclinados para tanto, estão, de fato, fora da ordem social. Pertencer a uma comunidade é sentir que se tem uma posição entre seus pares, sentir a necessidade de afirmar e defender sua posição, e ter um sentimento de satisfação se aquela posição requerida é aceita pelos outros e um sentimento de vergonha se é rejeitada” (Patterson, 1982, p. 79). A posse de escravos é tomada como um elemento central na construção da honra.

De acordo com Miller, Patterson, com esse método, reduz “a escravidão a uma essência hegeliana totalmente descontextualizada, a saber, a díade nuclear da dominação pessoal total do senhor sobre seu subordinado reduzido à escravidão” (Miller, 2002, p. 109). Em contrapartida, propõe uma abordagem da escravização (*slaving*) como um processo histórico, realçando as relações dos escravizadores, não somente com seus escravos, *mas com seus rivais sociais, econômicos, políticos e militares*. Enfatiza também as identidades e comunidades alternativas que os escravizados forjam entre si, independentemente das tentativas dos senhores de obterem suas lealdades (Miller, 2008, p. 72).

Para Miller, a escravidão situa-se historicamente nos quadros de disputas entre elites estabelecidas e elites “marginais”, com estas últimas utilizando escravos como recursos humanos para se afirmarem econômica e militarmente frente às primeiras. Por exemplo, sobre o caso romano durante a República, comenta que os generais, com suas campanhas militares nas fronteiras, usavam seus cativos para deslocar proprietários de terras menos comercialmente orientados, caracterizando exemplos de figuras

<sup>2</sup> Ver Hezser (2005), Andreau & Descat (2006) e Zelnick-Abramovitz (2006).

marginais a uma antiga ordem republicana, que empregavam escravos como recursos humanos para desafiar e sobrepujar um *ancien régime* de aristocratas terratenentes (Miller, 2008, p. 79).

Embora divirjam quanto ao grau de historicidade que assumem para a análise da escravidão, penso que é possível compatibilizar as abordagens de Patterson e Miller. Assim como a escravização é um processo histórico mediado pela competição entre elites, o mesmo se pode pensar para o caso da liberação do escravo, se considerarmos, nas palavras de Patterson, que “escravização, escravidão e manumissão não são meros eventos relacionados; são um único e mesmo processo em diferentes fases” (Patterson, 1982, p. 296). Isto é, a liberação igualmente insere-se num processo histórico que vai além da relação senhor-escravo ou patrono-liberto, envolvendo disputas políticas e econômicas dentro da própria camada senhorial. Proponho então considerar a manumissão no Alto Império sob essa perspectiva, indicando aqui uma análise da escravidão e manumissão nos principados de Augusto, Cláudio e Nero, tomando como guia as obras de Tácito e Suetônio.

Em uma passagem de sua biografia de Augusto, Suetônio detalha a preocupação do imperador com a concessão de cidadania aos escravos libertados. Escreve: “Considerando muito importante conservar o povo íntegro, afastado de toda mistura de raças estrangeiras e alheio ao sangue servil (*ab omni colluvione peregrini ac servilis sanguinis incorruptum servare populum*), concedeu a cidadania romana com extrema parcimônia e impôs limites à liberação de escravos” (40)<sup>3</sup>.

Esse trecho é inserido por Suetônio na narrativa da reorganização política de Roma por Augusto (34 ss.), mais particularmente na parte dedicada ao povo da cidade, quando menciona um recenseamento e regras de distribuição de trigo. O tema da cidadania aparece associado à separação do povo de elementos servis e estrangeiros. Suetônio chega a ilustrar a pretensa aversão do imperador a estrangeiros citando a negação de cidadania a um grego e a um gaulês, apesar de pedidos de Tibério e Livia, respectivamente. A historiografia de língua inglesa, dos anos de 1920 e

1930, tomou essas informações para retratar Augusto como um estadista conservador, preocupado em manter a pureza racial do povo romano contra influxos externos, impedindo sua decadência. Uma interpretação que coadunava com os preconceitos da época, contra a imigração e a mistura racial (McKeown, 2007, p. 17).

Embora a fonte antiga permita essa interpretação se tomada isoladamente, quando situada no contexto de outras passagens da biografia de Augusto é possível vislumbrar uma preocupação econômica do imperador com a ampliação da cidadania. Suetônio escreve que, certa vez, Augusto “expulsara da Cidade, por ocasião de uma escassez muito grave e dificilmente remediável, bandos de cativos postos à venda, grupos de escravos treinados para serem gladiadores e todos os estrangeiros, exceto os médicos, professores e parte dos cativos”. Quando a situação se resolveu, complementa Suetônio, Augusto pensou em abolir a distribuição pública de trigo, pois estaria incentivando a falta de cultivo dos campos; mas voltou atrás com receio que algum demagogo retomasse a prática (*Aug.*, 42). Temos então a importância política da distribuição de trigo, cuja base dependia do controle do número de cidadãos; daí o temor das consequências de um aumento da manumissão. O texto suetoniano aponta para uma concepção restrita de cidadania que busca preservar privilégios a um certo número de cidadãos. Essa posição expressou-se em legislação como denota a continuação da passagem acima citada:

Não satisfeito de, com muitos empecilhos, ter demovido escravos da liberdade, ainda fez cativos muito mais dos devidamente libertos, tendo cuidado com minúcia do número, condição e categoria dos que seriam alforriados. Também acrescentou a isso que nenhum escravo alguma vez acorrentado ou torturado alcançaria a cidadania por algum tipo de liberação. (40)

Suetônio refere-se aqui às leis *Fufia Caninia*, de 2 a.C., que estipulou limites para o número de escravos que um senhor poderia manumitir por testamento, com a proporção diminuindo à medida que

<sup>3</sup> Para as traduções de Suetônio sirvo-me de Suetônio & Augusto (2007).

a *familia* aumentava, e *Aelia Sentia*, de 4 d.C., que estabelecia a idade de vinte anos para o dono e trinta para o escravo para fins de manumissão formal; o escravo que recebesse a liberdade antes dos trinta anos de idade não teria direito, mesmo o senhor sendo cidadão, à plena cidadania, ganhando o *status* de *Latinus Junianus* (categoria criada pela *lex Junia Norbana*) (Duff, 1958, p. 81; Pavis d'Escurac, 1981, p. 183-184).

Alguns estudiosos modernos interpretam essas leis como uma tentativa de circunscrever a cidadania àqueles ex-escravos que partilhassem um comprometimento com Roma e os valores romanos, indicando, nas palavras de Keith Bradley, uma “forte evidência contra noções de crescente liberalidade na sociedade romana” (Bradley, 1996, p. 157). Falar de liberalidade significa pensar a manumissão de um ponto de vista privado, como se esta dependesse exclusivamente do proprietário. O trecho acima revela, sobretudo, um controle, pelo imperador, das fronteiras entre liberdade e escravidão, com o intuito de definir parâmetros para a obtenção de cidadania, devido às suas conseqüências políticas e econômicas.

Como vimos, provimento alimentar da cidade de Roma e controle de alforrias caminham *pari passu* na administração de Augusto, considerando-se a narrativa de Suetônio. Zvi Yavetz, por seu turno, sustenta que a legislação de Augusto visava primordialmente restringir a clientela privada da aristocracia senatorial, citando em apoio a essa hipótese um trecho das *Histórias* de Tácito que menciona a incorporação de libertos privados pela casa imperial (*Hist.*, II, 92) (Yavetz, 1988, p. 96-97). Embora se trate aqui de informação referente ao governo de Galba, na crise política aberta com a morte de Nero, é plausível que a intervenção na distribuição de trigo por Augusto tivesse um impacto indireto na formação de clientelas ao restringir a manumissão.

Nos principados de Cláudio e Nero, o contexto em que se mencionam escravos e libertos muda. A questão da manumissão inclui agora os descendentes de libertos e sua participação política, além da revogação da liberdade dos libertos ingratos. Com relação aos escravos, menciona-se a responsabilidade dos

senhores por sua manutenção e o uso de medidas repressivas contra aqueles que atentassem contra a vida de seus proprietários.

Suetônio menciona que Cláudio teria decidido reduzir à escravidão os libertos culpados de ingratidão com seus patronos<sup>4</sup>. O biógrafo insere essa observação em trecho em que narra que o imperador também determinou que os escravos abandonados por seus senhores na ilha de Esculápio ficariam livres caso recuperassem a saúde. Ademais, se alguém preferisse matar o escravo a abandoná-lo, seria acusado de homicídio. Portanto, o gozo da liberdade aparece associado ao cumprimento de obrigações baseadas na idéia de *gratia*. Assim como o liberto deve ser grato ao patrono, o senhor deve zelar pela saúde do escravo. O cerceamento da liberdade, tanto do senhor quanto do liberto, resulta da intervenção imperial para promover determinados comportamentos privados. De acordo com Silvano Faro (1996, p. 116), “quando ‘inventa’ a liberdade sem manumissão, Cláudio introduz uma norma jurídica que emprega o *favor libertatis* como sanção que tende a educar o *dominus* a tratar seu próprio escravo com *humanitas*”.

A discussão no conselho de Nero em 56 d.C., sobre a revogação da liberdade de libertos ingratos, como narrada por Tácito, igualmente remete a esse tipo de encaminhamento. Os aristocratas defensores da proposta argumentaram que a liberdade é um benefício unicamente privado, de modo que os patronos deviam ter o direito de retirá-la caso os libertos demonstrassem falta de reverência (*inreverentia*), tratando os patronos de igual para igual (*an aequo cum patronis iure ageretur*) (*Anais*, 13, 26). Já aqueles aristocratas que se posicionaram contra essa proposta, conferiram um sentido político à *libertas*, no sentido de que era um bem comum a todos os cidadãos e, uma vez adquirida, não poderia ser revogada. Afirmaram inclusive que muitos senadores tinham origem servil, assim como a plebe da cidade de Roma. Logo, caberia aos senhores examinar os méritos do escravo antes da manumissão para evitar futuros arrependimentos. Nero mostrou-se favorável a essa conclusão, embora Suetônio mencione que esse imperador fosse contrário ao ingresso de filhos de libertos na Cúria (*Nero*, 15). O imperador aparece como um garantidor de uma ordem social que mantenha certas fronteiras entre liberdade e escravidão.

<sup>4</sup> Suet., *Cláudio*, 25, 1. Também Dião Cássio, 60, 13, 2.

Esse papel imperial é reforçado nos desdobramentos do episódio do assassinato de Pedânio Secundo, prefeito da cidade de Roma, por um de seus escravos, em 61 d.C. (*Anais*, 14, 42-45), também sob Nero, quando então se aventou no Senado a aplicação do *senatus consultum Silanianum*, datado de 10 d.C., que previa a morte de todos os escravos que estivessem sob o mesmo teto no momento do crime. Como Pedânio possuía quatrocentos escravos domésticos, gerou-se receio entre alguns senadores e distúrbios na plebe. A lei prevaleceu e Tácito apresenta os argumentos desfilados pelo renomado jurista Gaio Cássio Longino, que não encontrou opositor. O *mos maiorum* é a peça fundamental no discurso que Tácito atribui a Cássio:

Nossos antepassados não confiavam na lealdade dos escravos, ainda mesmo dos nascidos em suas propriedades e em suas casas, criados no afeto dos senhores. Hoje que temos em nossas famílias servis pessoas de nações diversas, de vários ritos, de religiões diferentes ou de nenhuma, só o medo pode ser coerção para essa mistura (*conluviem istam non nisi metu coercueris*). (*Anais*, 14, 44, 4-7)

O trecho assemelha-se pelos termos usados àquele composto por Suetônio para explicar as medidas de Augusto visando à restrição da cidadania a ex-escravos e estrangeiros. Em ambos menciona-se a palavra *colluvio* (e sua variante *coluvies*) significando a mistura de elementos estrangeiros na sociedade. O tema da origem servil da plebe de Roma aparece também em outras passagens dos *Anais* de Tácito (4, 27, 2; 13, 27). Contudo, à diferença de Suetônio, não há associação com a questão da manumissão. Tácito inclusive narra que se, por um lado, Nero aprovou a morte dos escravos, apesar de protestos populares, por outro, negou-se a punir os libertos de Pedânio, deportando-os para fora da Itália, como propusera um senador. Sua justificativa foi o respeito ao *mos antiquus* (14, 45, 5).

Essa linha entre livres e escravos, observada pelo imperador, foi posteriormente diluída. Sob Trajano, o *senatus consultum Silanianum* passou a incluir os libertos que foram manumitidos ainda em vida pelo senhor assassinado por um escravo, submetendo-os a

interrogatório sob tortura (*Sub divo Traiano constitutum est de his libertis, quos vivus manumiserat, quaestionem haberi*, cf. Paulo, *Dig.*, 29, 5, 10, 1) (Boulvert & Morabito, 1982, p. 108), uma prática outrora reservada a escravos, pois nem *ingenui* nem *libertini* eram contemplados (Brunt, 1980, p. 260-261). Essa ordenação de Trajano introduziu em Roma pela primeira vez, de forma legal, a tortura de livres (Wolf, 1988, p. 48).

Algumas conclusões se impõem ao final desta análise. Em primeiro lugar, ressalto o caráter político da manumissão em Roma e suas conseqüências sociais e econômicas. É recorrente na literatura sobre escravidão, antiga e moderna, a afirmação de que a posição do liberto é marcada pela ambigüidade, situando-se entre a liberdade e a escravidão: nem livre, nem escravo. Essa perspectiva pressupõe que os conceitos de liberdade e escravidão sejam absolutos e não relacionais, isto é, não se indaga se os consensos sobre as fronteiras entre liberdade e escravidão eram constantemente redefinidos por conflitos dentro da camada senhorial e pela própria presença dos ex-escravos na sociedade.

Em segundo lugar, é preciso atentar para outro aspecto, inter-relacionado àquele da reprodução cidadã a partir da escravidão. Refiro-me ao processo de reprodução da população escrava. As menções das fontes antigas, aqui citadas, à qualidade de estrangeiros dos escravos (no sentido étnico e religioso) apontam a necessidade de precaução no tocante a um viés muito propalado por abordagens estatísticas da escravidão romana que tendem a avançar um alto índice de reprodução vegetativa dos escravos durante o Alto Império, produzindo um contingente servil não mais estrangeiro *stricto sensu*. Nesse caso, a construção de identidades e comunidades alternativas que os escravizados estabelecem entre si, como frisa Joseph Miller, deve ser também considerada. Em suma, é preciso uma definição de sociedade escravista que trate conjuntamente, e não em separado, os processos de escravização e alforria em suas dinâmicas históricas.

## Bibliografia

ANDREAU, Jean & DESCAR, Raymond. *Esclave en Grèce et à Rome*. Paris: Hachette, 2006.

- BOULVERT, Gérard & MORABITO, Marcel. Le droit de l'esclavage sous le Haut-Empire. *ANRW*, II.14, 1982, p. 98-183.
- BRADLEY, Keith. *Slavery and society at Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- BRUNT, P. A. Evidence given under torture in the Principate. *Zeitschrift für Rechtsgeschichte*, 97, 1980, p. 256-265.
- DUFF, A. M. *Freedmen in the Early Roman Empire*. Cambridge: W. Heffer & Sons, 1958.
- FARO, SILVANO. *La Libertas ex Diui Claudii Edicto: Schiavitù e Valori morali nel I secolo D.C.* Catania: Edizioni del Prisma, 1996.
- FINLEY, Moses I. Entre a escravatura e a liberdade. In: ANNEQUIN, J.; CLAVEL-LÊVÉQUE, M. & FAVARY, F. (eds.). *Formas de exploração do trabalho e relações sociais na Antigüidade clássica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978, p. 89-110.
- HEZSER, Catherine. *Jewish Slavery in Antiquity*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- McKEOWN, Niall. *The invention of ancient slavery?* London: Duckworth, 2007.
- MILLER, Joseph. C. Stratégies de marginalité. Une approche historique de l'utilisation des êtres humains et des ideologies de l'esclavage: progéniture, piété, protection personnelle et prestige – produit et profits des propriétaires. In: HENRIQUES, Isabel C. & SALAMOLIN, Louis (eds.). *Dérason, esclavage et droit: Les fondements idéologiques et juridiques de la traite négrière et de l'esclavage*. Paris: Éditions Unesco, 2002, p. 105-160.
- \_\_\_\_\_. Slaving as historical process: examples from the ancient Mediterranean and the modern Atlantic. In: KATSARI, Constantina & DAL LAGO, Enrico (eds.). *Slave systems, ancient and modern*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 70-102.
- PATTERSON, Orlando. *Slavery and social death: a comparative study*. Massachusetts: Harvard University Press, 1982.
- PAVIS D'ESCURAC, Henriette. Affranchis et citoyeneté: les effets juridiques de l'affranchissement sous le Haut-Empire. *Ktéma*, 6, 1981, p. 181-192.
- SCHIAVONE, Aldo. *A história rompida: Roma antiga e Ocidente moderno*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SUETÔNIO & AUGUSTO. *A Vida e os Feitos do Divino Augusto: Suetônio e Augusto*. Trad. Matheus Trevizam e Paulo Sérgio Vasconcellos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- THÉBERT, Yvon. O escravo. In: GIARDINA, Andrea (org.). *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 117-145.
- WATSON, Alan. *Roman slave law*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.
- WOLF, Joseph Georg. *Das Senatusconsultum Silanianum und die Senatsrede des C. Cassius Longinus aus dem Jahre 61 n. Chr.* Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1988.
- YAVETZ, Zvi. *Plebs and Princeps*. New Jersey: Transaction Books, 1988.
- ZELNICK-ABRAMOVITZ, R. *Not wholly free: the concept of manumission and the status of manumitted slaves in the ancient Greek world*. Leiden: Brill, 2006.



## QUE MUNDO LATINO?

### That Latin World?

Uiran Gebara da Silva<sup>1</sup>

#### RESUMO

Este artigo trata das dificuldades causadas ao estudo da Antigüidade pelo pressuposto nacionalista na academia brasileira e da relação entre os diferentes sentidos que a academia brasileira dá ao conceito de Cultura e a ambigüidade presente no termo latinidade (herança romana ou latinidade americana?). Busca também esboçar quais as contribuições os limites que a abordagem centro-periferia e a consciência da realidade latino-americana oferecem para enriquecer e legitimar estes estudos sobre a Antigüidade.

**Palavras-chaves:** História Antiga, América Latina, Nacionalismo, Teorias centro-periferia.

#### ABSTRACT

*This article deals with the difficulties brought on the Antiquity studies by the nationalistic premises of the Brazilian scholarship and with the relationship between the different meanings the Brazilian scholarship gives the concept of Culture and the ambiguity present in the word latinidade (roman heritage or American latinidade?). It also aims at sketching which contributions and limits the center-periphery theoretical approach and the awareness of the Latin American reality offer to the enriching and the legitimizing of the Antiquity studies.*

**Keywords:** Ancient History, Latin America, Nationalism, Center-Periphery theory.

*“Não sabia que essa idéia nascera da amplificação da credence dos povos greco-romanos de que os ancestrais mortos continuariam a viver como sombras e era preciso*

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo.

*alimentá-las para que eles não perseguissem os descendentes? Lembrou-se do seu Fustel de Coulanges... Lembrou-se de que essa noção nada é para a Menenanã, para tantas pessoas... Pareceu-lhe que essa idéia como que fora explorada pelos conquistadores por instantes sabedores das nossas subserviências psicológicas, no intuito de servir às suas próprias ambições. Reviu a história; viu as mutilações, os acréscimos em todos os países históricos e perguntou de si para si: como um homem que vivesse quatro séculos, sendo francês, inglês, italiano, alemão, podia sentir a Pátria? Uma hora, para o francês, o Franco-Condado era terra dos seus avós, outra não era; num dado momento, a Alsácia não era, depois era e afinal não vinha a ser. Nós mesmos não tivemos a Cisplatina e não a perdemos; e, porventura, sentimos que haja lá manes dos nossos avós e por isso sofremos qualquer mágoa? Certamente era uma noção sem consistência racional e precisava ser revista”*

Lima Barreto

Em 2004, foi publicada *Mundo Latino e Mundialização*, obra que é fruto de uma série de debates realizados pelo Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra e pelo Laboratório de Estudos do Tempo Presente, da UFRJ. O objetivo destes debates era responder à questão posta no prefácio: “qual o lugar que o Brasil ocupa, ou deveria ocupar, nas relações internacionais hoje?”. Questão que “mais que um exercício acadêmico, decorre da dinâmica das próprias relações internacionais depois dos trágicos acontecimentos do 11 de setembro de 2001”. E uma das considerações fundamentais, no que concerne ao lugar do Brasil nesta *Nova Ordem Mundial*, é com relação à singularidade deste país, que,

(...) malgrado seu passado escravista e latifundiário (...) foi capaz de construir, mesmo permanecendo um país pobre, um espaço de miscigenação, de mestiçagem e mulatice, evitando horrores de políticas de segregação e exclusão (...). Ao mesmo tempo, graças ao caráter intuitivo, criativo e assimilador do seu povo, o Brasil apresentou, desde 1930, índices recordes de crescimento econômico, transformando-se,

no espaço de cinquenta anos de um país atrasado e pobre – do qual se dizia ter uma vocação essencialmente agrícola – em um país moderno, urbano, industrial, relevante nas relações internacionais.

Assim, devem ser contrapostas ao processo inexorável da Mundialização (“ou o anglicismo Globalização”, como um dos organizadores nos lembra), homogeneizadora, a própria face do Brasil “e sua capacidade de absorver e mestiçar o novo, transformando em *brasis* toda a contribuição nova”. Uma vez que “Hoje, o Brasil é o maior país de origem latina do mundo (...)” cujo “caráter latino, a sua base dura, às vezes cruel, proveniente da Península Ibérica” que junto com a “engenhosidade indígena, a força e a fantasia africanas” engendram aquilo (nossa cultura? Nossos costumes, nossa ideologia, nossa civilização?) “que nos faz ser tão típicos e, ao mesmo tempo, tão universais: nossa latinidade mestiça” (COSTA e SILVA, 2004, pp.10-13).

Esta obra causa alguns curiosos estranhamentos. Tanto por causa de sua capa principal

– onde abaixo do título há um mosaico do segundo século depois de Cristo, proveniente do norte da África romana<sup>2</sup> – quanto por sua ordenação de temas e problemáticas. Sob o título “Mundo Latino – As Origens”, a primeira seção desta ordenação nos apresenta dois artigos do Império Romano e um dos impasses do Império Português, seguidos, nas outras seções, por uma série de contribuições que avaliam a atual crise nas relações internacionais, cuja raiz estaria na explicitação de uma atitude imperialista por parte do governo dos Estados Unidos da América. Segue-se uma discussão das possibilidades de um protagonismo brasileiro nas relações internacionais, elegendo, como patamar inicial, as relações com o resto da América Latina, mais especificamente, o Mercosul.

Esses estranhamentos – deixando de lado a noção da mestiçagem como panacéia cultural e nova modalidade da noção de democracia racial – estão ligados ao uso da expressão “Mundo Latino” dentro deste debate. Este assume um tom ambíguo – intencional ou não – podendo significar: 1) a latinidade, como herança cultural linguística européia que contribuiu para a construção da identidade histórica da América Latina, com o Brasil aí incluído, em contraposição à origem anglo-saxã dos EUA; 2) a perspectiva de cooperação, também calcada nessa herança latina, com a União Européia; 3) o império romano como arquétipo de Império – aqui apresentando outra ambigüidade, pois este arquétipo serve tanto como suporte de comparação histórica para a compreensão do Império Americano,<sup>3</sup> continuador do projeto imperial britânico (SILVA, 2004), quanto como modelo positivo de dominação inclusiva, a partir da nova concepção do conceito de romanização (MENDES, 2004).

Estas ambigüidades explicitam certa dificuldade que a consciência histórica brasileira<sup>4</sup> tem para com suas “heranças” européias.

Sendo uma sociedade que tem sua pré-história nacional como uma sociedade colonizada, a América portuguesa<sup>5</sup>, o Brasil tem uma História colonizada: a própria escrita da História no Brasil, a partir do momento em que se converteu em um Estado Nacional soberano (talvez nem tão soberano), passa pelo difícil processo de descolonização, a busca do que Jean Chesneau chama de *interioridade nacional*.

Apoiada nesses Estados-nações-mercados, [o francês, o inglês, o alemão, italiano, etc...] a sociedade internacional se organizou desde o século XIX: soberania de cada Estado, relações diplomáticas, direito internacional, primeiros embriões de instituições supranacionais. Quando outros povos ascenderam à independência e à soberania de Estado, a partir da progressiva decomposição dos impérios espanhol, alemão, turco, francês, inglês, italiano e português, foi sempre o Estado-nação-mercado que serviu como estrutura de referência. Esses outros povos se viram obrigados a se alinhar ao modelo nacional e às estruturas da sociedade internacional, tal como a burguesia do Ocidente os tinha organizado em seu benefício. Essa ascensão ao estatuto de Estado Nacional tinha o caráter de uma vitória política e mascarava temporariamente as seqüelas, o custo social e financeiro, toda a carga negativa desse alinhamento em relação ao Ocidente capitalista. Esses povos “libertados” [no caso do Brasil, digamos tornado independente] se mantinham e se mantêm, sob esse ponto de vista, aprisionados no espaço histórico (nacional) da burguesia. (...) A continuidade nacional, a interioridade nacional, é evidente<sup>6</sup> no caso de países com a Alemanha ou a França, a Rússia ou a Inglaterra. Mas no caso da grande maioria dos povos e

<sup>2</sup> O mosaico é do acervo do Museu El Djem, na Tunísia.

<sup>3</sup> “Não se pode portanto dizer sem mais que os Estados Unidos começaram sua carreira de potência como um império tradicional. Mas podemos retirar as aspas (sempre implícitas), pois também é disso que se trata, um império que se alastrou pelo continente espetando postos militares nos territórios conquistados, tanto para melhor defendê-los, quanto para explorá-los economicamente” (ARANTES, 2007, p. 123).

<sup>4</sup> Isto é, a produção intelectual sobre a história da nação brasileira, que transforma em seu objeto a memória social produzida pela população deste Estado-nação. O esforço aqui é o de buscar a distinção destas duas instâncias de produção cultural. cf. (GUARINELLO, 1994).

<sup>5</sup> Cf. JANCÓS e PIMENTA, 2000.

<sup>6</sup> Essa continuidade não é mais tão “evidente”, cf. Benedict Anderson (ANDERSON, 2008) e também, a crise da identidade européia analisada por Patrick Geary (GEARY, 2005, 11-25).

notadamente, em quase todos os países do terceiro mundo, ela é uma luta, uma reconquista que ultrapassa o que se denominou “interlúdio colonial”, ou seja, o período durante o qual esses países foram integrados à força na dinâmica dos países industriais do Ocidente (CHESNEAUX, 1995, pp. 121-123).

Lidar com esta História colonizada é lidar, em larga medida, com a idéia da Europa como descobridora da nação brasileira. É dar conta do lugar histórico da Europa, particularmente de Portugal no caso brasileiro, como metrópole. Pode-se dizer que isto os historiadores brasileiros têm feito desde a década de 40 do século XX e como resultado ocorreu a consolidação de importantes linhas de interpretação da formação histórica do Brasil e seu lugar no mundo<sup>7</sup>.

Outra forma através da qual se buscou lidar com as heranças européias foi a concepção do Brasil como miscigenação de três culturas, portuguesa (européia), indígena e africana. Não se pretende entrar aqui no mérito ou na validade de tal concepção no plano da teoria social<sup>8</sup>, ou na enorme diferença entre as várias tradições intelectuais que operam a partir da idéia de união dessas três culturas. O que se pretende atentar, porém, é para a dualidade presente nos pressupostos dessa concepção que acaba por estabelecer o lugar da pesquisa acadêmica reservado a cada uma dessas três culturas quando entendidas como objeto de investigação. De um lado, a cultura portuguesa – também européia – que, enquanto cultura portuguesa, nem tanto, mas enquanto cultura européia, se apresenta no pólo da “cultura erudita” ou alta cultura. De outro, a indígena e a africana – aqui também evitando apontar a heterogeneidade escondida por trás desses dois nomes – sempre pensadas nos termos da “cultura popular”.

Terry Eagleton propõe que a idéia de Cultura seja constituída por uma ambigüidade intrínseca.

Historicamente o termo açambarcou duas definições, que, se observadas mais de perto, expressam uma tensão inerente aos dois lugares sociais a partir dos quais o Ocidente e a sociedade burguesa compreendem os significados da socialização humana conformados nas práticas culturais. Essa tensão se dá entre uma definição oriunda dos estudos antropológicos, que corresponderia à compreensão da cultura na sua dimensão de cultura popular, como sistema de costumes, práticas ou mitos; e sua definição oriunda dos estudos literários, correspondente à dimensão da alta cultura, ou cultura erudita e letrada, no qual a atenção pelo singular e único tem destaque primordial, e a qual se julgava exclusivamente legítima de avaliação estética (EAGLETON, 2003, pp. 9-50).

Essa tensão na idéia de Cultura nos permite entender a dualidade acima apontada, no que diz respeito ao lugar acadêmico que estuda as culturas indígena e africana (o da alteridade e do popular, a Antropologia) e o que estuda a portuguesa ou européia (o da escrita ou culta, a História, as Letras, os Estudos Clássicos). O próprio desenvolvimento das ciências humanas no século XX, sob o Estruturalismo, Desconstrucionismo e Pós-Modernismo, mas principalmente a progressiva transformação da prática cultural em uma indústria de mercadorias culturais colocou em xeque a distinção entre o popular e o erudito (DAVIES, 1995, pp. 87-107). Isto levou ao fortalecimento da ambigüidade apontada por Eagleton e também aproximou, no plano explicativo, científico e, também, do julgamento estético as práticas culturais de ambos os pólos da tensão. A partir da década de sessenta, a Antropologia aparecia explicando o mundo urbano e europeu, a História e as Letras explicavam o popular (DAVIES, 1995, pp. 162-170). A distinção não está necessariamente nos objetos de estudo, mas na posição de tal objeto na corrida do desenvolvimento capitalista<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> É importante ressaltar que, com relação a esta problemática, estas várias correntes de interpretação não constituíram uma visão homogênea, estimulando um debate intenso a respeito do caráter da colônia e da formação do Estado-nação brasileiro. A pretexto da recuperação do famoso seminário do Capital, Roberto Schwartz faz uma síntese de uma das correntes interpretativa destas investigações (SCHWARZ, 1998). Para uma síntese das outras correntes cf. JANCÓS e PIMENTA, 2000, pp. 393-402, principalmente as notas 13, 14 e 15. É importante ressaltar que com relação a esta problemática, estas várias correntes de interpretação não constituíram uma visão homogênea, estimulando um debate intenso a respeito do caráter da colônia e da formação do Estado-nação brasileiro.

<sup>8</sup> O que nos remeteria à noção de *raças*, que ocupava originariamente o lugar conceitual de *culturas* nessa tríade (MOTA, 1977, pp. 53-74).

<sup>9</sup> O que, nunca é demais repetir, permite que se critique e se busque superar a distinção entre *sujeito* e *objeto* da pesquisa. (SARTRE, 1973; SARTRE, 1987, pp. 59-75.)

No caso brasileiro, ainda se dá os primeiros passos na subversão de tal dualidade<sup>10</sup>. No entanto, institucionalmente as dualidades resistem. O antropólogo, o paleontólogo e o arqueólogo *brasileiro*<sup>11</sup> estudam a “cultura indígena” e a “cultura africana”. Quando o historiador brasileiro estuda a História do Brasil estuda a História da colonização européia da América, ou seja, a “cultura portuguesa”. É consequência lógica dessa divisão do trabalho científico permitir à História ser a disciplina da investigação da “cultura européia”. Esta “cultura européia” ainda está localizada no pólo erudito da idéia de Cultura da academia brasileira. E é dentro desse pólo erudito que se localiza a História, como disciplina científica.

Definitivamente não se está realizando aqui uma defesa dessa dualidade na forma de subdivisões disciplinares institucionalizadas. Muito pelo contrário, aponta-se para a maneira como tal divisão está enraizada na própria definição de objetos e temas das próprias disciplinas das Ciências Humanas. E embora tenham irrompido dentro da tradição disciplinar da História inúmeras perspectivas teóricas e metodológicas que buscaram criar outra maneira de entender e investigar as práticas culturais humanas<sup>12</sup>, a cristalização dessas novas práticas em rótulos como “História da Cultura Popular”, “História dos Movimentos Sociais”, “História do Cotidiano”, ou mesmo “História da Cultura”, acabou por reproduzir a tal divisão do trabalho científico dentro da própria disciplina.<sup>13</sup>

O que é revelador dessa dificuldade em lidar com suas heranças européias é que a latinidade da América Latina, mesmo quando se fala da Literatura, da História, ou mesmo da Filosofia latino-americana, é percebida mais próxima do pólo popular da idéia de

Cultura, enquanto que a latinidade de Roma se aproxima do pólo erudito. E é esse deslocamento de sentidos que causa o estranhamento que resulta dos usos acima mencionados do termo “Mundo Latino”

Sem negar que haja relação entre ambas as latinidades, o que fica claro, porém, é que entre uma latinidade (a *nuestra americana*, como gostaria José Martí) e outra (a romana), há inúmeras mediações que devem ser compreendidas se quisermos compreender o papel desempenhado por esta herança européia na consciência histórica brasileira<sup>14</sup>.

Uma posição a partir da qual já se buscou lidar com estas ambigüidades é a de nos fecharmos dentro de nossa própria forma de narrativa nacional. A História que importaria escrever para um brasileiro seria a História do Brasil. A escrita do encontro das três culturas e sua miscigenação que deu origem à Nação: dos povos nativos, dos portugueses, dos que foram trazidos da África. Ao assumir esta visão, dois caminhos podem ser tomados com relação à latinidade da Antiguidade. No primeiro, recusa-se sua importância *para nós* e ela se torna uma curiosidade, uma erudição para diletantes. No segundo, reconhece-se a importância dela para a constituição da cultura européia e, nela inserida, da portuguesa, sendo importantíssimo para *nossa* História a História *deles*. No entanto, ao se partir da História Nacional como *Forma* pressuposta se assume uma posição que em nada ajuda a escapar das ambigüidades das idéias de Cultura ou de latinidade. No primeiro caso, dizemos que o conhecimento sobre o resto do mundo não nos diz respeito e nos fechamos dentro de nossas próprias tradições inventadas, recusando-nos a ver o amplo processo de trocas culturais em nível mundial que resultou no desenvolvimento delas. No segundo caso, incorporamos nossa tradição inventada à dos europeus

<sup>10</sup> Pode-se citar, no caso da História, a obrigatoriedade do ensino de História Indígena e da África, o que está estimulando a criação de pesquisadores nestes campos.

<sup>11</sup> Em oposição ao arqueólogo *clássico*. Isto é, aquele que estuda as sociedades sem escrita – ou as com escrita – que se desenvolveram no espaço que hoje é território do Estado-nação brasileiro.

<sup>12</sup> No que diz respeito ao trato da cultura popular como problema histórico e das classes subalternas como criadores de sistemas culturais, onde também se faz presente o único, o singular, e também o estético, cf. (GUINZBURG, 1999; BAKHTIN, 1999) e as avaliações sobre seu impacto, assim como o de Geertz, Foucault e Thompson, na História Cultural (HUNT, 1992; BURKE, 1992b; GUARINELLO, 2004).

<sup>13</sup> Essa crítica já é antiga (DOSSE, 1994) ou (GUARINELLO, 2004).

<sup>14</sup> Sobre o esforço de construção de uma identidade europeizada na consciência histórica brasileira, que se esforça em identificar a América Latina com um *Outro*, cf. (PRADO, 2001).

(nos conectando com a História da Grécia via Império Português), mantendo intactas as hierarquias internas à Cultura e à latinidade. Como vemos na epígrafe deste texto, Lima Barreto já formulara uma crítica aguda desta posição e seus dois caminhos no início do século XX. Além disso, esta posição acarreta uma cegueira para com a outra latinidade, a que se refere ao contexto latino-americano da sociedade brasileira.

A noção de latinidade está conceitualmente ligada ao processo histórico de desenvolvimento do Império Romano, e também ao processo de formação das culturas européias de língua latina durante a Idade Média (CURTIUS, 1996, pp. 57-69). Dentre estas, duas ocuparam um papel fundamental na subordinação de parte das populações do continente americano dentro da construção de uma economia mundializada, cujo centro econômico, até o fim da II Guerra Mundial era a Europa (SILVA, 2004) e cujo centro cultural, quando se pensa o pólo erudito, ainda o é (DAVIES, 1995, pp. 67-86).

Entre os pressupostos ideológicos que fundamentam as dicotomias alta cultura/cultura popular e a distinção entre as duas latinidades, um dos mais difíceis de enfrentar é o que promete uma compreensão do todo da história da humanidade, uma visão panorâmica da história humana, uma História Universal, resultado prático da Globalização realizada pelos povos europeus e intelectual da Razão humana – mas uma razão cujo modelo é o iluminista e liberal (CHESNAUX, 1995, pp. 111-119). Um outro é o de que a história de uma sociedade coincide com a *Forma* (pressuposta) da História Nacional (CHESNAUX, 1995, pp. 112-119; GUARINELLO, 2003).

Quando observamos a concepção de História onde se insere a idéia de História Antiga e da latinidade clássica, tanto a Razão iluminista quanto a História Nacional estão lá. Em toda a parte. Escreve-se sobre a história do Império Romano como se este fosse uma unidade nacional. Ou como se fosse a Europa, e suas províncias nações que compõem este todo. Escreve-se sobre uma História da Grécia que retrata 2000 anos

de interação (do Bronze à Grécia romana) como uma longa História Nacional, que se interrompe ao se tornar Bizâncio (muito “oriental”) e cuja continuidade é retomada em Veneza, no Renascimento. Estas construções são aceitas, pois elas permitem dar legitimidade ao projeto político chamado Europa. O caminho a ser seguido pela História de Roma e pela História da Grécia é o de serem a narrativa das sociedades que levam ao desenvolvimento da Europa, da civilização Européia, ao nascimento do Ocidente, uma *Forma* estruturante da visão eurocêntrica do mundo.<sup>15</sup>

Exemplo de como estas *Formas* nacionais ou cronológicas tornam os reais problemas historiográficos reféns é o caso do Império Romano. O seu desaparecimento na região ocidental do Mediterrâneo é crucial para a operação teórica do desenvolvimento de uma periodização quadripartite da *Forma* História do Ocidente. Da mesma forma, o surgimento de reinos cristãos no norte fecunda os primeiros embriões mitológicos para o surgimento das Histórias Nacionais na Europa no século XIX (SILVA, 2008, pp. 17-47).

Descartando-se a reclusão em uma História puramente nacional, a outra possibilidade é a do reconhecimento de nossa posição hoje periférica dentro do sistema mundial, político e econômico. Como pode ser escrita a História olhando da periferia? Quais as implicações disto em nossos olhares? O reconhecimento da posição periférica da qual falamos não é novidade e tem sólida expressão na academia através dos pensadores associados à teoria da dependência (SCHWARZ, 1998).

Mas como este fenômeno recente<sup>16</sup> – da consolidação há menos de 200 anos, de um domínio europeu, seguido pelo estadunidense, desigual e combinado sobre quase todo o mundo – interfere em nossa compreensão do presente e do passado das sociedades humanas? Em primeiro lugar, o reconhecimento da posição periférica implica que nossa relação com a latinidade da Antiguidade e a cultura a ela associada é mediada por um processo de

<sup>15</sup> Por exemplo, nos trabalhos clássicos de história econômica de Eric Jones e John Hall sobre o “milagre europeu”, vemos claramente como a categoria pressuposta “Ocidente” opera de fora conformando suas conclusões empíricas (JONES, 1981; HALL, 189).

<sup>16</sup> Há um colossal debate a respeito das origens da Modernidade, que não temos a ousadia de trazer para este texto. Aqui estamos partindo da posição de David Landes em oposição às idéias de Braudel e Wallerstein, que talvez tenham validade para o Atlântico, mas não para a economia mundial (LANDES, 1994).

colonização e dominação realizado por europeus. Em segundo lugar, a construção do Estado e da nação brasileiros é determinada pelo desenvolvimento da economia e da geopolítica capitalistas, associadas ao domínio cultural e ideológico dos centros beneficiados pela montagem deste sistema, isto é, pelo Imperialismo europeu e depois pelo estadunidense. Nessa relação, entre as culturas ancestrais a essa que se produz na sociedade brasileira, aquelas associadas à Europa estão em posição hierarquicamente superior, incluso aí tudo que diz respeito à Antiguidade greco-romana. Em terceiro lugar, a construção do Estado e da nação brasileiros buscou seguir o modelo desenvolvido pelos europeus, daí a auto-imagem de inadequação em relação ao modelo, de suas “imperfeições”, de seu “atraso” ou “subdesenvolvimento”.<sup>17</sup> Mas é por causa dessa “inadequação” que a perspectiva da cultura como algo em fluxo, fruto da mistura, do hibridismo, como construção e invenção, foi reconhecida, assumida e teorizada antes na América Latina (sendo até reconhecida como sinal distintivo das culturas latino-americanas por exemplo, na Antropofagia de Oswald de Andrade, ou nos escritos de Octavio Paz). Ou seja, a posição periférica permitiu uma perspectiva intelectual mais flexível e anterior sobre o caráter artificial dessas *Formas* e dos esforços políticos por trás da construção delas.

Aquele mesmo movimento teórico e acadêmico defendendo a aproximação dos dois pólos do sentido da palavra Cultura também acarretou o reconhecimento e adoção desta perspectiva das culturas como mudança, como fluxo e das identidades (como a identidade nacional) como construções transitórias nos meios acadêmicos europeus e estadunidenses. Na raiz disto está, ao lado do pós-colonialismo africano, americano e asiático, também a necessidade da reflexão intelectual e acadêmica a respeito do que chama de *tiers mondisation* do Ocidente. Isto é, do processo intenso de migrações e a reestruturação produtiva que tem continuamente levado a periferia e seus dilemas aos centros do sistema (PIERUCCI, 1999, pp. 150-176). A experiência de uma realidade social plural e multicultural

vêm explicitando a artificialidade destes pressupostos, dia a dia.

A tomada de consciência da arbitrariedade das construções identitárias e a crítica do imperialismo cultural já é uma realidade nas Ciências Humanas. Dentro deste contexto intelectual, começaram a aparecer na Europa historiadores tentando explorar a idéia de Roma como uma construção identitária e suas implicações em termos de imperialismo cultural:

Um número significativo de historiadores da cultura do Mundo Antigo também foi influenciado pela escola pós-colonialista de escritores, cuja preocupação primária foi investigar o imperialismo cultural e as respostas a este sob a rubrica da identidade (MILLES, 1999).<sup>18</sup>

É uma realidade em muitos trabalhos acadêmicos no Brasil, ainda que esta crítica às *Formas* e à influência do Eurocentrismo em nossas visões não tenha produzido uma efetiva mudança institucional no trato com o conhecimento, ou no senso comum externo à academia.

Embora tenha sido decisivo para as Ciências Humanas esta tomada de consciência da artificialidade das construções identitárias, presentes e passadas, ela não basta. Ainda há, em toda a parte, uma forte refração à crítica de pressupostos ideológicos como as *Formas*: as nacionais, as cronológicas e a macro-*Forma* Ocidente. Compreender o papel que elas desempenham é fundamental para que essa ambigüidade presente na noção de latinidade e a hierarquização das culturas que opera por trás dela sejam superadas. Isto é, para que a investigação científica a respeito das sociedades humanas consiga lidar com os pressupostos ideológicos que moldam suas conclusões sem nunca serem realmente postos sob crítica.

Assim, é um sério problema intelectual e político apresentar esta relação que existe entre as diferentes

<sup>17</sup> Com relação a inadequação teórica destas inadequações ver o texto clássico *Critica à Razão Dualista* de Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, 2003).

<sup>18</sup> A significant number of cultural historians of the ancient world have also been influenced by the post-colonial school of writers whose primary concern has been to investigate cultural imperialism and responses to it under the rubric of identity. (Todas as traduções nesta dissertação são de responsabilidade do autor)

latinidades de forma ingênua, isto é ignorar as várias mediações culturais e de poder entre uma e outra. Entender a nossa relação com a latinidade e com a Antiguidade via a Europa significa reconhecer nossa subordinação na ordem presente. Significa ao mesmo tempo desvendar e, também, se apropriar desta tradição de conhecimento sobre o passado humano, a partir de nossa posição. Significa uma forma de antropofagia, mas não como sinal de distinção de *nossa* cultura “brasileira”, mas sim como necessidade humana de conhecer a realidade na qual vivemos, como sociedade, e os legados culturais que nos produzem que (re)produzimos.

Como escapar a esses pressupostos? Como escapar dessas dicotomias e dessas *Formas* que se esquivam da crítica? Como incorporar nesta crítica aquela tradição intelectual que produziu um conhecimento válido sobre as sociedades e culturas humanas, mas que se encontra frequentemente permeado e distorcido por esses pressupostos? E como estabelecer um lugar de crítica que também não se esconda, por sua vez, da crítica?

Qualquer crítica que se faça, sempre parte de alguma posição, de algum lugar a de onde vem o olhar investigador. Para nós, ao lidarmos com nossa condição periférica é um passo importante, seja para estudar a “história nacional” seja para estudar qualquer outra coisa, incluída aí a Antiguidade. É um passo importante para entender e valorizar esta perspectiva, cujo olhar para o centro a partir das margens resulta em uma visão que, mais do que *única* ou singularmente *nossa*, contribui para uma efetiva compreensão das sociedades humanas e de como as relações de domínio e exploração que se produzem entre elas são reproduzidas como categorias teóricas.

Já se alcançou este patamar. Porém, em meio a um processo social de grandes proporções como a nova crise econômica e a, pelo menos no plano do discurso político, derrota do Neoliberalismo, não bastará apenas a perspectiva periférica, assim como não bastará só a desconstrução dos parâmetros criados pela tradição de estudos dessas sociedades, muito tempo sendo postas em cheque pela própria realidade. É necessário trabalhar para superar a própria relação centro-periferia. Superar a maneira passiva como manejamos a idéia de que existe um centro econômico, político, cultural etc.,

entendendo como esta relação se constituiu na realidade, na memória e em nossos instrumentos intelectuais. Trabalhar também para operar de forma mais flexível com as categorias identitárias e classificatórias pressupostas, mantendo sempre sob suspeita seu poder de conformação da realidade para que fique do jeito que está. Predispondo-nos, para efetivamente mudar estas relações e categorias, esta realidade na teoria e na prática. Como ciência e como política.

## Bibliografia

- Anderson, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo, Cia. das Letras, 2008.
- Arantes, Paulo. *Extinção*. São Paulo, Boitempo, 2007.
- Bakhtin, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – O contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992b.
- Costa, Darc. e Silva, Francisco Carlos Teixeira da. (org.) *Mundo Latino e Mundialização*. Rio de Janeiro, Faperj/Mauad, 2004.
- Chesneaux, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e historiadores*. São Paulo, Ática, 1995.
- Curtius, Ernst Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- Davies, Ioan. *Cultural Studies and Beyond. Fragments of Empire*. New York, Routledge, 1995.
- DeJean, Joan. *Antigos contra Modernos. As Guerras Culturais e a construção de um fim de siècle*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- Dosse, François. *A história em migalhas*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- Eagleton, Terry. *A idéia de Cultura*. São Paulo, Unesp, 2003.

- Geary, Patrick. *O Mito das Nações. A invenção do Nacionalismo*. São Paulo, Conrad, 2005.
- Guarinello, Norberto Luiz. Memória Coletiva e História Científica. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, Vol. 14, n. 28, 1994.
- \_\_\_\_\_. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. In: *Politéia-História e Sociedade*. Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-62, 2003.
- \_\_\_\_\_. História científica, história contemporânea e história cotidiana. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 24, n. 48, 2004, pp.227-248.
- \_\_\_\_\_. Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no mundo romano. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 26, n. 52, 2006, pp.13-38.
- Guinzburg, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo, Cia. das Letras, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.
- Hall, John. Estados e Sociedades: o milagre numa perspectiva comparada. In: Baechler, Jean; Hall, John A.; Mann, Michael (eds.) *Europa e Ascensão do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. P. 29-47.
- Hunt, Lynn. *Nova História Cultural*. São Paulo: Martins fontes, 1992.
- Jancsó, István. E Pimenta, João Paulo G. *Peças de um Mosaico. Ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira*. Revista de História das Idéias, vol. 21, Coimbra, 2000, pp. 389-440.
- Jones, Eric L. *The European Miracle: environments, economies and geopolitics in the history of Europe and Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- Landes, David. *Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento na Europa ocidental desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- Mendes, Norma Musco. *Império e Latinidade*. In: Costa, Darc. e Silva, Francisco Carlos Teixeira da. (2004, pp. 17-27)
- Milles, Richard. (org) *Constructing Identities in Late Antiquity*. London, Routledge, 1999.
- Mota, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Ática, 1977.
- Oliveira, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- Prado, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*. 145, 2001, pp. 127-149.
- Sartre, Jean-Paul. Questão de método. IN: Os pensadores vol. XLV São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- Sartre, Jean-Paul. Sartre no Brasil. A Conferência de Araraquara. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- Schwarz, Roberto. *Um seminário de Marx*. In: Novos Estudos – CEBRAP. n.50, 1998, pp. 99-114.
- Silva, Francisco Carlos Teixeira da. *O Império e o Estado-Nação Hoje: uma história Comparada*. In: Costa, Darc. e Silva, Francisco Carlos Teixeira da. (2004, pp. 127-157)
- Silva, Uiran Gebara da. *O Som e a Fúria: o Eucharísticos de Paulino de Pella e o problema do fim da Antiguidade*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, 1998.



## O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO PAULISTA

### The Process of Internalization of the São Paulo Penitentiary System

João Luís FRANCHI<sup>1</sup>  
Paulo Roberto Teixeira de GODOY<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este artigo, originalmente apresentado como trabalho de Especialização desenvolvido entre 2006-2008, junto ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE, Departamento de Geografia da Unesp, Campus da Rio Claro/SP, e denominado “O Espaço Prisional: repercussões em Itirapina/SP”, foi realizado junto à realidade do sistema prisional paulista, tendo por objeto de estudo levantar as formas e tipos de prisões, desde as primeiras impressões na Antiguidade e chegando até a expansão e interiorização do fenômeno prisional no Estado de São Paulo. O espaço prisional e suas influências e repercussões não se restringem apenas na prática intra-muros. Muito mais que isso, o espaço da prisão vai além das muralhas e também repercute na cidade, ocasionando fenômenos e impressões passíveis de serem analisadas, mesmo sob a ótica geográfica.

**Palavras-chave:** espaço prisional; sistema penitenciário; prisão; metrópole informacional e cidade de pequeno porte.

#### ABSTRACT

*This article was originally presented as a Specialization work developed between 2006-2008, in the Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Departamento de Geografia, da UNESP/ Campus de Rio Claro, and it was denominated “O Espaço Prisional: repercussões em Itirapina/SP”. This work took place together to the reality of São Paulo State Prisional System, having its Study Focus to bring up the forms and kinds of prisons*

<sup>1</sup> Licenciado em Geografia e Agente de Segurança Penitenciária junto à Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo

<sup>2</sup> Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia – IGCE/UNESP/ Campus de Rio Claro/SP

*from the first impressions on the Ancientry until the expansion and interiorization of the prisional phenomom in São Paulo State. The prisional space ( Enviroment ) and its influences and repercussions are not merely to "intra-walls" daily routines. Much further than this, the prision space goes beyond the walls and also has its repercution on the town. Out of that repercution, que have phenomena and impressions which could be possibly analyzed, even under the geographical view.*

**Key-words:** Prisional Space. Prisional Enviroment; Prisonary System and small town.

## INTRODUÇÃO

O trabalho como Agente de Segurança Penitenciária nos últimos dez anos e o contato diário com a realidade de uma unidade prisional – Penitenciária “Dr. Antonio de Queiroz Filho”, de Itirapina/SP, juntamente com a conclusão do curso de Licenciatura em Geografia pela Unesp/Rio Claro em 2002, permitiu o início desta pesquisa sobre o espaço prisional.

O estudo do sistema penitenciário, diante de sua complexidade e atualidade, mostra-se diante das ciências sociais, como um desafio, neste princípio de novo século, pois, a busca por soluções para seu gerenciamento ainda está longe de um consenso comum entre o Estado e a sociedade.

O estudo da questão penitenciária ou prisional sob a ótica geográfica não é fato recente, apesar do número reduzido de pesquisas no gênero. Na segunda metade do século XIX, Kropotkin, geógrafo russo de renome, combatia os excessos e a ineficiência das prisões, alertando as autoridades da Europa na época que o modelo prisional era extremamente caro para os Estados, com um índice de reincidência muito alto. Acusado de anarquista pelo governo czarista, ele mesmo sentiu os efeitos de uma prisão, aos passar anos na prisão de São Petersburgo, onde empreendeu fuga para o Ocidente, e somente retornando à Rússia, após a Revolução de 1917.

“Em suas viagens e explorações científicas, Kropotkin tomou contato com a realidade da vida camponesa e impressionou-se com as

difíceis condições da vida dos trabalham a terra, em contraste com o nível de conforto dos que a possuíam. Isto o levou a uma atividade revolucionária mais intensa que teve como consequência a prisão na Fortaleza de Paulo e Pedro, a uma fuga espetacular para o exterior e a permanência no exílio durante mais de 40 anos, só voltando à Rússia, após a Revolução Socialista, revolução que não apoiou, por achar que ela fortaleceria o Estado que ele queria ver abolido, mas que o prestigiou e o homenageou até a sua morte em 1921” ( ANDRADE, 1987, p. 59).

Os problemas das prisões no Brasil a partir da década de 60 do século XX apresentam uma consequência lógica de quatro décadas de elevadas taxas de criminalidade, aumento da pressão pública em favor do endurecimento contra o crime e a contínua negligência dos políticos.

O golpe de Estado de 1964 foi o primeiro de uma série de golpes da América do Sul que levou a região a décadas de autoritarismo. No Brasil, como em outras partes da região, o regime militar caracterizou-se pelas graves e sistemáticas violações aos direitos humanos, incluindo desaparecimentos forçados, assassinatos políticos e a prática rotineira de torturas contra presos políticos. No final dos anos 70, os militares iniciaram um processo de abertura com a aprovação, em 1979, de uma lei que anistiava aqueles que haviam cometido abusos contra os direitos humanos, libertava vários presos políticos e permitia que muitos dissidentes exilados retornassem ao País.

Com o processo de redemocratização após 1985, o Brasil foi signatário de vários acordos contra abusos de direitos humanos, especialmente contra os presos.

Contudo, grande parte da população brasileira vive a margem de uma vida digna e cidadã, o que, aliado a tradição de um Estado truculento e repressor, provocou uma onda de encarceramento que se acentuou a partir da década de 90 do século 20.

O fenômeno do aprisionamento em massa, particularmente no Estado de São Paulo, provocou um reordenamento do território prisional paulista, que deixa o espaço da grande metrópole, e busca no interior, a base para sua missão quase utópica de reinserção e ressocialização do indivíduo preso, além de socorrer a frágil economia dos pequenos municípios do Estado de São Paulo.

## 1. EVOLUÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO.

A construção das primeiras instituições prisionais, embriões do que viria a se tornar, o atual sistema penitenciário paulista, ocorreu em São Paulo no decorrer do século XVIII. Para elas eram enviados todos os infratores, inclusive escravos, onde aguardavam a determinação de penas como o açoite e a multa, por exemplo, já que não existia a pena de prisão no Brasil. Um conjunto de cadeias tanto na capital como no interior, muitas delas funcionando nos porões das câmaras municipais, constituía a totalidade das instituições prisionais, que ainda não podiam ser consideradas como um único sistema organizado.

Relata-nos, Azevedo:

“Na segunda metade do século XIX, o Estado de São Paulo estava economicamente sob o domínio da cafeicultura e as repercussões demográficas desse ciclo econômico logo se fizeram sentir, com a entrada de milhares de imigrantes europeus. Em 7 de maio de 1852, era inaugurado o antigo *Recolhimento de Presos*, na Avenida Tiradentes, em São Paulo. Com o vertiginoso crescimento populacional da capital vinculado ao desenvolvimento econômico da virada do século e conseqüentemente maior incidência da criminalidade, tornou-se necessária a construção de um novo estabelecimento penal, já dentro de uma nova estratégia de

manutenção da ordem pública e de repressão ao crime. A construção dessa nova prisão, denominada Penitenciária do Estado de São Paulo, inicia-se em 1911, na Avenida Ataliba Leonel, no bairro do Carandiru, sendo inaugurada nove anos depois, em 21 de abril de 1920. As manifestações de repúdio popular, que invariavelmente acompanham as decisões do governo sobre a edificação de prisões, se fizeram sentir, sob a preocupação de resguardar a segurança da população em caso de fugas e rebeliões” (AZEVEDO, 1997, pp. 95).

Construída dentro dos padrões avançados da arquitetura prisional moderna, era qualificada como estabelecimento de segurança máxima, destinado a presos do sexo masculino, com condenação superior a oito anos, em regime fechado. O esquema arquitetônico da Penitenciária do Estado é um autêntico dispositivo panóptico. De acordo com o Código Penal de 1890, este estabelecimento adotou o regime progressivo de reclusão, o qual determinava que o cumprimento de pena se fizesse por estágios: o primeiro seria a reclusão absoluta, diurna e noturna; o segundo, isolamento noturno, com trabalho coletivo durante o dia, mas em silêncio; o terceiro estágio, seria cumprido em penitenciária agrícola, com trabalho extra-muro, e finalmente, no quarto estágio, seria concedida a liberdade condicional do sentenciado. Em 1921, o número de recolhidos não passava de 280. Depois, este coeficiente elevou-se numa ascensão ininterrupta. Em 1940, havia entre 1200 e 1235, que correspondiam à capacidade máxima do presídio (AZEVEDO, 1997).

A primeira organização do que viria a ser constituído de sistema penitenciário deu-se em 7 de abril de 1943, pelo Decreto Lei 13.298, que estruturou o Departamento de Presídios do Estado, quando existiam na época apenas quatro unidades prisionais.

Em 20 de junho de 1952, no presídio da Ilha Anchieta, localizado no litoral norte de São Paulo, ocorreu o maior incidente prisional da história paulista até então, quando os 450 presos se rebelaram, tentando uma fuga da ilha. O confronto terminou com a morte de 22 sentenciados e de 10 civis e militares, sendo que, posteriormente ao incidente, o presídio foi desativado, e o modelo de ilha-cárcere, esquecido (OLIVEIRA, 198).

Em 9 de setembro de 1963, o Governo do Estado regulamenta o Departamento dos Institutos Penais de Estado, sendo que finalmente em 13 de março de 1979, é criada a Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo, sendo a mesma, recentemente, dividida em cinco coordenadorias regionais, abrangendo todo o território paulista (SAP, 2006).

## 2. A METRÓPOLE INFORMACIONAL E A MARCHA RUMO AO INTERIOR.

Durante os períodos em que o regime democrático esteve praticamente ausente da cena política brasileira no século XX – República Velha, Estado Novo e Regime Militar pós-64, políticas prisionais colocadas em prática de maneira equivocada tinham a intenção de levar os sentenciados para cada vez mais longe da sociedade, como se, o corpo de apenados não fizesse parte dela. Ilhas-cárcere, navios, territórios longínquos eram freqüentes, talvez, por influência externa, como a Prisão de Alcatraz, nos Estados Unidos, ou a Prisão da Guiana Francesa, na América do Sul.

Em 1943, o sistema penitenciário paulista contava apenas com quatro unidades prisionais, sendo três na Capital e uma localizada na Ilha Anchieta.

A instalação de unidades prisionais no interior durante as décadas de 50, 60 e 70 se fez de forma lenta e gradual. Poucos municípios possuíam dentro de seus territórios essas unidades, podendo citar Avaré, Tremembé, Taubaté, Campinas, Presidente Venceslau e Araraquara.

No final da década de 70, com o processo de inchamento da Região Metropolitana de São Paulo, e a vinda para o interior de muitas indústrias, além de considerável aumento da população interiorana, isso fez com que novas unidades fossem instaladas no interior, num processo contínuo, e que se acentuou, a partir de 1992.

Em outubro de 1992, o complexo do Carandiru, localizado na Zona Norte de São Paulo, e do qual fazia parte a Casa de Detenção “Prof. Flaminio Flavel”, foi palco do maior incidente prisional da história brasileira,

quando, depois de um confronto entre sentenciados que habitavam o pavilhão 9 e a tropa de choque da Polícia Militar, resultou na morte de 111 pessoas, todos sentenciados, de centenas de feridos. O confronto revelou a fragilidade do sistema penitenciário paulista e brasileiro, e a absoluta insanidade no trato prisional, haja vista que na Casa de Detenção chegou a possuir mais de 8000 presos.

Esse incidente, de repercussões internacionais, foi um divisor de águas na época. As medidas que se seguiram, foi a necessidade de construção de unidades prisionais menores, descentralizadas, e de preferência, longe da Região Metropolitana de São Paulo. A medida seguinte, foi a desativação de parte do complexo penitenciário do Carandiru.

Em dezembro de 2002, foram implodidos três pavilhões da Casa de Detenção, e em 17 de julho de 2005, mais dois pavilhões vieram abaixo. O local está sendo utilizado como parque, e futuramente, como área de ensino e aprendizagem.

Eis o que escreve Peixoto:

“ Já se disse que assistimos a um retorno da cidade, que há uma disposição para reinventá-la, por meio da criação de fatos urbanos, de lugares destinados a reanimar formas de vida social, focos capazes de aglutinar em constelação diferentes objetos arquitetônicos desconexos. Reativação de lugares com sentido forte, presença que se propõe mudar toda a estrutura urbana. Trata-se de construir no construído, de criar lugar sem romper com a paisagem que se partiu. Um espaço pleno de significado, um lugar carregado de símbolos da sociabilidade” (PEIXOTO, 2004, p. 436).

Segundo Rochefort (1998), a organização do espaço de um país é o reflexo de seu atual sistema econômico e social, da mesma forma que a herança dos diferentes sistemas que o regeram no passado.

Relata-nos Rochefort:

“Nos países em desenvolvimento, o crescimento urbano acelerado, particularmente das grandes cidades, que alguns chamam de explosão

urbana, suscita dois tipos de problemas. A rapidez do aumento do número de habitantes junto à pobreza do maior número se traduz no espaço urbano por todo um cortejo de insuficiências de infra-estrutura, de moradias, e pela multiplicação do hábitat espontâneo, com as conseqüências sociais que isso implica. Algumas iniciativas públicas aparecem antes de 1964, para remediar as insuficiências da organização do espaço interno das grandes cidades; são sobretudo ações locais das municipalidades. Depois de 1964, a iniciativa vem do poder federal, no âmbito de um sistema nacional de reorganização urbana. Trata-se, antes de mais nada, de uma ação sob a organização interna do espaço com a racionalização dos esquemas de reorganização e urbanismo e dos planos de urbanismo das maiores cidades brasileiras; mas a partir de 1974, aparece a idéia de promover ações que visariam antes frear o crescimento das grandes cidades do que corrigir as conseqüências sobre o seu espaço, num esforço geral para repensar a reorganização do território e para considerar um certo número de condições que permitiriam a interiorização do desenvolvimento. Foi assim que nasceu o programa dito “programas das cidades médias”, visando dar a algumas delas, condições de desenvolvimento que lhes permitissem desempenhar um papel mais importante no conjunto dos sistema urbano brasileiro” ( ROCHEFORT, 1998, p. 93 e 95).

O estudo da hegemonia espacial e os processos de racionalização do uso do território é descrito por Milton Santos:

“Esses tempos hegemônicos são, de um modo geral, o tempo das grandes organizações e o tempo dos Estados. Em sua busca de harmonização, há um conflito permanente entre o tempo hegemônico das grandes organizações e o tempo hegemônico dos Estados, e, em sua permanente dialética, há o conflito dos tempos dos atores hegemônicos e dos atores não hegemônicos ou hegemonzados. É assim que se definem, a partir do uso do espaço e do tempo,

os cotidianos tão diversos. Criam-se, também assim, espaços de hegemonia, áreas prenhes de ciência, tecnologia e informação, onde a carga de racionalidade é maior, atraindo ações racionais de interesse global” ( SANTOS, 1994, p.46).

Se, por volta de 1970, iniciou-se um processo de enxugamento da Região Metropolitana de São Paulo, com a migração de muitas unidades industriais para o interior, particularmente, para as cidade médias, bem como, o processo de especialização da metrópole, especialmente no setor de serviços, toda essa modificação trouxe benefícios e empregos para o interior.

Conta-nos Moreira:

“A origem da desconcentração industrial é, entretanto, a deseconomia de aglomeração que afeta a concentração urbana e industrial da grande São Paulo nos anos 70, provocada pelo acúmulo de um conjunto de conflitos – que pressiona pela desconcentração da indústria, que irá ocorrer, em São Paulo, via interiorização, e em nível nacional, pela política dos pólos” ( MOREIRA, 2005, p. 21 )

Ainda sobre as novas funções da metrópole, descreve Peixoto:

“ Uma combinação de dispersão e integração global criou um novo papel estratégico para as grandes metrópoles, com mudanças maciças na sua base econômica, organização espacial e estrutura social. Uma descontinuidade sistêmica se estabelece entre a cidade global e seus respectivos países, entre os diferentes setores de uma mesma cidade. O crescimento do mercado global induz a uma descontinuidade nos sistemas urbanos nacionais, fazendo surgir novas formas de interdependência transnacional. A mobilidade internacional do capital e sua crescente velocidade engendram formas específicas de articulação entre diferentes formas de concentração locacional, resultantes da mobilidade do capital e sua dispersão

territorial. Formas de aglomeração de funções centralizadas que não são geograficamente determinadas. Uma mudança na geografia das atividades econômicas que implica a constituição de novas relações entre os vários componentes de cada locação particular... Essas áreas, agora parte do mercado imobiliário global, tornam-se palco de grandes projetos de redesenvolvimento urbano. Eles anunciam um novo modo de reestruturação das cidades: grandes projetos imobiliários que implicam apropriação intensiva dos recursos públicos e do espaço urbano. A mudança de escal, com uma brutal verticalização, a criação de grande complexos dotados de infra-estrutura autônoma e a reconfiguração urbanística e regiões inteiras são indicativos de uma nova etapa do processo de reestruturação da espacialidade metropolitana. Um conjunto de medidas para a flexibilização dos regimes legais é implementado para viabilizar a implantação de projetos, implicando evidente privatização do espaço urbano. O papel da administração pública passa a ser o de estrategista para a implantação de empreendimentos privados internacionais” (PEIXOTO, 2004, pp. 395-396).

Novamente, Milton Santos descreve o novo perfil da metrópole informacional:

“Nas condições de passagem de uma fase a outra, somente a metrópole industrial tem as condições para instalar as novas condições de comando, beneficiando-se dessas precondições para mudar qualitativamente. A metrópole informacional assenta sobre a metrópole industrial, mas já não é a mesma metrópole. Prova de que sua força não depende da indústria é que aumenta seu poder organizador ao mesmo tempo em que se nota uma desconcentração da atividade fabril. O fato é que estamos diante do fenômeno de uma metrópole onipresente, capaz, ao mesmo tempo, pelos seus vetores hegemônicos, de desorganizar e reorganizar, ao seu talante e em seu proveito, as atividades periféricas e impondo novas questões para o

processo de desenvolvimento regional” (SANTOS, 1994, p. 156).

Já na década de 90, o sistema prisional paulista também começa a se descentralizar e a deixar a Região Metropolitana de São Paulo, migrando, para pequenas cidades de economia frágil, e trazendo empregos diretos para a população, sem a exigência de qualificação.

Conta-nos, Bueno & Guidugli:

“Dentre os primeiros, podem ser destacados a destruição da vegetação, a erosão e as diferentes formas de poluição da água, da terra e do ar. Os segundos, surgem sob as mais diversas formas de violência, miséria, marginalização, fome, trânsito caótico, serviços públicos ineficientes ou inexistentes, desemprego, moradias precárias e a perda de identidade social e espacial das populações urbana. Resumindo, verifica-se que ambos marcam, de forma crescente, os espaços urbanos como as principais áreas de concentração humana. Na medida em que se ampliam os espaços humanizados, através de diferentes formas de concentração demográfica e de estruturas arquitetônicas, aumentando assim o grau de complexidade nas relações sociais (BUENO & GUIDUGLI, 2004, p. 72).

Soja ( 1993 ) analisando a concepção espacial foucaultiana, descreve os espaços heterogêneos e suas relações, constituídos em todas as sociedades, e que assumem formas muito variadas e se modificam ao longo do tempo, à medida que a história se desdobra em sua espacialidade inerente. Foucault identifica muitos desses locais: o cemitério, a igreja, o teatro e o jardim, o museu e a biblioteca, a feira e a cidade das férias, o quartel, a prisão.

“ O espaço em que vivemos, que nos retira de nós mesmos, no qual ocorre o desgaste de nossa vida, nossa época e nossa história, o espaço que nos dilacera e nos corrói, é também, em si mesmo, um espaço heterogêneo. Em outras palavras, não vivemos numa espécie de vazio

dentro do qual possamos situar indivíduos e coisas. Não vivemos num vazio passível de ser colorido por matizes variados de luz, mas num conjunto de relações que delinea localizações irredutíveis uma às outras e absolutamente não superponíveis entre si.” ( FOUCAULT apud SOJA, 1993, p. 25 ).

As novas funções da metrópole, ora abrigando novas atividades, ora, expulsando atividades que não mais se encaixam no novo perfil, é analisado por Ana Fani:

“ As transformações não atingem a metrópole, como um todo, mas partes dela e, mesmo assim, com intensidades diferenciadas produzindo uma hierarquização dos lugares da cidade com o estabelecimento de uma nova divisão sócio-espacial do trabalho. Nesse contexto assistimos a constituição de novas centralidades e o esvaziamento de outras, em função dos novos usos como consequência das mudanças nos setores econômicos. Esse processo que se realiza de forma concentrada, no espaço, como uma expansão do centro tradicional criando uma aliança entre o Estado e os setores privados da economia, pois é necessário planejar o espaço para a realização destas novas atividades visto que o centro congestionado aponta a produção do espaço enquanto “nova raridade”. Isto é, a nova atividade precisa constituir-se enquanto centralidade mas, na metrópole, o espaço central é raro impondo a necessidade de sua expansão.. Nessas novas centralidades se associam os novos espaços de lazer e o novo centro econômico, voltado ao setor empresarial e de serviços – com suas novas formas urbanas e multi-funcionais. Aqui os novos setores econômicos – gerando novas atividades de apoio e um novo modo de gerenciamento dos edifícios de escritórios associando novas funções a novos usos – dão uma nova configuração ao espaço aprofundando a segregação pela valorização diferenciada do espaço e com a expulsão dos antigos moradores” (CARLOS, 2004, pp. 70-71 ).

Portanto, o fenômeno de interiorização das unidades prisionais poderia ser analisado e explicado sob os seguintes fatores:

- processo de enxugamento e especialização da Região Metropolitana de São Paulo;
- processo de tensão entre os espaços de inclusão ( que são regidos por interesses de mercado e especulativos ) e os espaços de exclusão ( representados pelo aparato repressivo e de controle social do Estado, particularmente, as unidades prisionais ).
- desativação de grande parte do complexo penitenciário do Carandiru, na zona norte de São Paulo, e palco do maior incidente prisional da história do País;
- desativação de carceragens de dezenas de distritos policiais, particularmente, na Capital;
- interesse de cidades de pequeno porte do Interior em ter uma unidade prisional em seus municípios, particularmente, pela estagnação econômica de muitos desses municípios. Além de empregos estatais diretos, forma-se uma rede de fornecedores que abastecem as unidades, gerando empregos e renda indireto.

O Estado de São Paulo, especificamente a Secretaria da Administração Penitenciária conta atualmente com 144 unidades prisionais espalhadas por uma rede de 79 municípios, onde estão sob guarda estatal 130.014 presos, em regimes fechado e semi-aberto. Convém salientar que não estão incluídos nestas estatísticas, os condenados em regime aberto e os que cumprem penas restritivas de direitos, bem como, os que ainda cumprem pena em cadeias públicas e distritos policiais. No País, segundo o Ministério da Justiça, já são mais de 400.000 presos espalhados por 1.181 estabelecimentos prisionais. Esse número tão expressivo de unidades prisionais está, no caso do Estado de São Paulo, juridicamente sob administração de uma secretaria de Estado,

denominada Secretaria da Administração Penitenciária, com sede, em São Paulo, SP.

### 3. CONCLUSÃO

Podemos analisar esse conjunto de unidades como sendo um sistema, e é assim que é informalmente reconhecido - como sistema prisional.

No caso de Estado de São Paulo, o início desse sistema prisional ocorre no ano de 1920, com a inauguração da Penitenciária do Estado de São Paulo, conhecida apenas como Penitenciária do Estado. As obras de construção dessa unidade prisional têm início em 1911, e entra em funcionamento em 1920.

A partir da década de 90 do século XX, ocorre uma notável expansão do sistema prisional paulista, agora, não restrito apenas a unidades próximas às regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, mas, espalhadas por todo interior.

Wacquant ( 2001 ) analisa o fenômeno da expansão das prisões como parte do próprio processo globalizante. Se em 1998, havia 43 unidades prisionais distribuídas pelo território paulista, segundo dados da Secretaria da Administração Penitenciária, hoje, existem 144, instaladas em de 79 municípios, particularmente, de pequeno porte.

Mas, sob o ponto de vista geográfico, esse processo de interiorização prisional mudou a paisagem de muitos municípios, particularmente, os de pequeno porte e de economia frágil.

O processo de especialização da grande metrópole informacional, aliado a fatores como a desativação do Complexo do Carandiru, a nosso ver, forçou uma nova espacialização na distribuição das unidades prisionais no Estado de São Paulo, especialmente no oeste paulista, onde dezenas de novas unidades prisionais foram instaladas no prazo de uma década, repercutindo no dia-a-dia de pequenas cidades onde o emprego era ( e ainda é ) escasso.

### BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia. *Geografia – ciência da sociedade*. Editora Atlas, São Paulo/SP, 1987.

AZEVEDO, José Eduardo. A Penitenciária do Estado: a preservação da ordem pública paulista. *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*, vol. 1, no. 09, Brasília, DF, jan/jun 1997, p. 91-102.

—————. As relações de poder no sistema prisional. *Revista da Associação dos Pós-graduandos da Pontifícia Universidade Católica*, ano VIII, no. 18, São Paulo, SP, 1999, p. 29-35.

BRASIL. Ministério da Justiça: Departamento Penitenciário Nacional. Sítio do Ministério da Justiça. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/depen> . Acesso dia 16/01/2007.

BUENO, Edir de Paiva; GUIDUGLI, Odeiber S. A Geografia e o estudo da segregação sócio-espacial. *GEOGRAFIA/Associação de Geografia Teórica*. Rio Claro/SP, vol. 29, no. 01, jan a abr 2004, pp. 71-85.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. Editora Contexto, São Paulo/SP, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso dia 30/10/2007.

MOREIRA, Ruy. Sociedade e espaço no Brasil ( as fases de formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). *Boletim Paulista de Geografia/Seção S. Paulo – Associação dos Geógrafos Brasileiros*, no. 83, dez 2005, pp. 16-23.

OLIVEIRA, Samuel Messias. *Ilha Anchieta – Rebelião, fatos e lendas*. São Paulo, SP, sem data.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens Urbanas*, 3ª ed, Editora Senac, São Paulo/SP, 2004.

ROCHFORT, Michel. *Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região*. Editora Hucitec. São Paulo/SP, 1998.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia/Seção S. Paulo* – Associação dos Geógrafos Brasileiros, no. 54, jun 1977, pp. 80-99.

\_\_\_\_\_ *Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico científico informacional*. Editora Hucitec, São Paulo/SP, 1994.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.

Disponível em: <http://www.admpenitenciaria.sp.gov.br>  
Acessos em: 30/08/2007 e 02/04/2008.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br>  
Acesso em: 15/11/2006.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas – a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro/RJ, 1993.

UNESP. *Normas para publicações da Unesp – dissertações e teses, do trabalho científico ao livro*, vol. 4, Ed. Unesp, São Paulo/SP, 1995.

WACQUANT, Loic. *As prisões da miséria*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, RJ, 2001.



## ACTA APPIANI: UMA LEITURA DO PAPIRO ALEXANDRINO

Tradução e comentários de Joana Campos Clímaco<sup>1</sup>

*P. Yale ii. 3 ff.*

*Apião: ‘... quem ao mandar o trigo (?) para as outras cidades, o vende por quatro vezes o seu preço, com o intuito de recuperar seus gastos.’*

*O imperador disse: ‘E quem recebe esse dinheiro?’*

*Apião disse: ‘Você’*

*O imperador: ‘Você está certo disso?’*

*Apião: ‘Não, mas é isso que temos ouvido.’*

*O imperador: ‘Você deve ter espalhado a estória sem estar certo disso. (Eu digo.) executor!’*

*Enquanto Apião estava sendo levado para a execução ele notou o corpo de um morto e disse: ‘Ah, homem morto, quando eu for ao meu país eu devo contar ao Heracliano.’*

*(P. Oxy. 33)*

*Meu pai e ...’ E quando ele estava dizendo isso, ao se virar ele viu Heliodoro e disse: ‘Você não tem nada a dizer, Heliodoro, comigo sendo levado à execução?’*

*Heliodoro disse: ‘A quem poderemos falar, se não temos ninguém para escutar? Vá, meu filho, para*

*a sua morte! A sua glória será morrer pela sua cidade nativa mais querida. Não fique angustiado!’*

*O imperador (então) chamou Apião. O imperador disse: ‘Agora você sabe com quem está falando, não sabe?’*

*Apião: Sim, eu sei. Apião está diante de um tirano.’*

*O imperador: ‘[Não], de um rei.’*

*Apião: ‘Não diga isso! Pois seu pai, o divino Antônio, era adequado para ser imperador. Escute: primeiramente ele era filósofo, em segundo lugar ele não era avaro, em terceiro, ele era bondoso. Mas você tem justamente as características opostas: você é tirano, desonesto e grosseiro!’*

*César (então) ordenou que ele fosse levado embora para a execução. Quando Apião estava sendo levado, disse: ‘Me garanta ao menos uma coisa, meu senhor César.’*

*O imperador: ‘O que?’*

*Apião: ‘Garanta que eu possa ser executado com minhas insígnias nobres.’*

*O imperador: ‘Está garantido’*

*Apião (então) pegou a sua faixa e a colocou na cabeça, e ao colocar os sapatos brancos em seus pés,*

<sup>1</sup> A autora é doutoranda em história na USP.

se lamentou no meio de Roma: ‘Venham, romanos, e contemplem um espetáculo único, um alexandrino ginasiarca e embaixador sendo levado à execução!’

O *evocatus* imediatamente correu de volta e reportou isso ao imperador, dizendo: ‘Você permanece estático, meu Senhor; enquanto os romanos murmuram de reclamações?’

O imperador: ‘Sobre o que eles estão reclamando?’

O cônsul: ‘Sobre a execução do alexandrino.’

O imperador: ‘Traga ele de volta.’

Quando Apião tinha entrado, ele disse: ‘Quem foi que me chamou agora quando eu estava novamente me direcionando para a morte e ao encontro daqueles que morreram antes de mim, Theon, Isidoro e Lampo? Foi o Senado ou você, seu chefe de brigada?’

O imperador: ‘Apião, eu estou acostumado a dar uma lição naqueles que se enfurecem e perdem toda a noção da vergonha. Você deve falar apenas conforme eu lhe permitir.’

Apião: ‘Em nome da sua sorte, eu não estou enfurecido e nem perdi a noção, mas quero me pronunciar em nome da minha nobreza e de [meus privilégios].’

O imperador: ‘[E quais são?].’

Apião: ‘De categoria nobre e ginasiarca.’

O imperador: ‘Então [afirmas] que eu não tenho destaque?’

[Apião: ‘Isso] eu não sei; eu estou apenas reportando em nome da minha própria nobreza e privilégios.’

[O imperador]: ‘Você não sabe então que...?’

Apião: ‘Se você realmente não souber a [verdade], eu te informarei. [Primeiramente, [César] salvou Cleópatra ... teve controle do império e, como alguns [dizem], tomou posse.... ‘

Nosso objetivo nesse breve comentário é localizar o documento citado dentro de seu contexto e propor algumas possibilidades de interpretação sobre

a fonte. Antes de nos focarmos no texto dos *Acta Appiani* propriamente dito, faremos algumas considerações sobre o contexto de sua produção e a respeito do conjunto de fragmentos de papiro de que faz parte, os *Acta Alexandrinorum* (Musurillo, 1954).

Dez anos depois de sua fundação por Alexandre o Grande em 331 a.C., Alexandria torna-se capital do Egito (substituindo a antiga capital faraônica Mênfis), além de sede da nova dinastia ptolomaica. Em quase trezentos anos de governo ptolomaico, a cidade se firmou como um grande centro cosmopolita de enorme destaque cultural e comercial no Mediterrâneo. Com a expansão do poderio romano, a cidade era já considerada a segunda mais importante do mundo helenizado, justamente pela sua posição estratégica para a comercialização, e a influência cultural exercida pelo seu Museu e Biblioteca, que atraíram para a cidade elementos de grande destaque intelectual de todo o mundo mediterrâneo.

A fundação de Alexandria por uma elite helenizada e a dedicação dos primeiros ptolomeus à sua construção e embelezamento, além de concederem à cidade instituições tipicamente gregas, a caracterizam como uma espécie de *polis* dentro do Egito. Mas sua composição cosmopolita e a força da tradição egípcia mais antiga, além da cidade ser sede de uma dinastia real, já são fortes elementos que esvaziavam a sua caracterização como uma cidade-estado grega (DAVIS, 1951, p.48). No entanto, apesar de limitado pelo poder real/macedônio, a cidade conquistou grande autonomia de decisões no período ptolomaico e a cultura grega foi constantemente reforçada e estimulada pela dinastia.

Com a derrota de Cleópatra e Marco Antônio em 31 a.C. por Augusto, a era ptolomaica chega ao fim e Alexandria entra decisivamente na esfera de influência imperial, tornando-se a capital da província romana do Egito. A princípio o poder imperial foi bem aceito no território através da aproximação romana das elites de origem grega e mais privilegiadas de Alexandria, além de uma série de estratégias para manter o Egito próspero e pacífico, principalmente no séc. I d.C. No entanto, aos poucos, os alexandrinos começam a ressentir várias mudanças trazidas à cidade pelos novos líderes, principalmente a perda de sua autonomia política, já que a autoridade maior estava agora representada pela lei romana. Além disso, intensificam-se também os

conflitos por *status* entre seus diversos grupos sociais, principalmente entre alexandrinos (representados pela elite grega) e judeus, já que estes começam a conquistar privilégios antes restritos àqueles. Assim, os *Acta* teriam sido produzidos nesse momento, talvez com a finalidade de criticar ou, ao menos, questionar algumas estratégias de poder romano, sempre realçando a importância de Alexandria e seus cidadãos. A importância dos *Acta* se justifica por nos fornecer elementos para compreender como a romanização foi recebida, entendida e retratada pelos alexandrinos.

Os *Acta Alexandrinorum*, também conhecidos como *Atos dos Mártires Pagãos*, ou *Atos dos Alexandrinos* são textos referentes à Alexandria nos dois primeiros séculos de domínio romano. O que dispomos de tal literatura se restringe a alguns fragmentos de papiro, dentre os quais alguns apresentam mais de uma versão. São textos escritos em grego, em geral no verso de documentos e registros burocráticos (a maioria registros de terras) de períodos um pouco anteriores. O estado lacunar da maior parte dos textos é crítico, mas de alguns ainda é possível uma reconstituição e comentários. Já os escritos muito fragmentários são mais difíceis de situar e qualquer posicionamento e interpretação são arriscados, mas mesmo assim dão pistas de conteúdo e temas tratados. Cada texto ilustra um episódio isolado e o conjunto da documentação cobre um período aproximado de duzentos anos, entre os Principados de Tibério e Cômodo.

O agrupamento dos pequenos fragmentos de papiro, resultando em sua caracterização como corpo textual intitulado *Acta Alexandrinorum* foi obra de seus editores em fins do séc. XIX e início do XX. A partir de 1895 inicia-se uma “era” de descoberta de papiros no Egito, pela *Egypt Exploration Society*. Os maiores achados foram desse mesmo ano e de 1903, em meio a pilhas de lixo de Oxyrrhynchus. A partir daí, e com

descobertas mais modestas na primeira metade do século, em diversos locais do Egito, os documentos começaram a ser analisados e editados. Esse processo, devido às dificuldades da época, foi lento e os diversos escritos foram sendo disponibilizados num núcleo muito restrito de estudiosos. A partir do momento que os textos se tornaram acessíveis ao círculo acadêmico, alguns dos seus editores começaram a discutir uma possível identidade entre alguns dos documentos e levantaram a hipótese da existência de um gênero textual em meio à dispersão. Assim, o agrupamento dos *Acta*, sua definição e nomenclatura, resultando na sua caracterização atual como um conjunto documental foi obra de seus editores.

Em virtude da falta de acesso à maior parte das primeiras edições sobre os documentos e ao seu contexto de descoberta e publicação, além da escassez de obras que tratem especificamente do tema, dependemos excessivamente da obra de Herbert Musurillo, *Acts of the Pagan Martyrs*. Especialmente no que se refere aos dados técnicos referentes ao processo de reconstituição, publicação, edição, local e data de descoberta dos textos. Dessa forma, sua obra o tornou o maior especialista dos papiros, pois reuniu os textos, novos e antigos, e os organizou e publicou de forma mais acessível aos estudiosos modernos<sup>2</sup>.

Vimos que a preocupação dos acadêmicos no ambiente de edição, publicação e agrupamento dos escritos era classificar e categorizar os textos, ou seja, realçar e expor suas semelhanças. A afinidade entre os vários papiros se refere à forma, estrutura e principalmente às motivações, já que a maioria descreve episódios de alexandrinos em embate com o poder romano. No entanto, a disparidade entre eles, em relação a pontos centrais, é visível em alguns momentos, portanto é arriscado qualquer tipo de generalização que tente definir a natureza e o propósito dos documentos como uma unidade de textos. Ou seja, deve-se ter

<sup>2</sup> O autor revisou edições anteriores dos textos, que considerou precipitadas em muitos momentos, e propôs uma versão mais colada ao texto grego e com menos interpretações do que poderia estar presente nas lacunas, como fez seu antecessor Von Premerstein, seu alvo maior de críticas. Sua proposta para os textos é mais cuidadosa no sentido de só traduzir realmente o que faz sentido como frase. Isso é verdade para os textos já editados e publicados, a partir dos quais ele propõe uma nova tradução, edição e depois de tudo, interpretação, categorização e crítica dos textos, mencionando também a importância de seus antecessores em todas as etapas anteriores. Mas ele também sugere a edição de textos antes não trabalhados, resultado de novas descobertas da sua época. Alguns mais fragmentários e dúbios ele não traduz, mas os publica, transcreve e inclui algumas notas filológicas, baseado na edição de seus antecessores. Nesse cuidado por vezes excessivo, ele deixou de fora partes que, apesar da impossibilidade da reconstituição mais precisa, ao menos fornecem importantes pistas a respeito do conteúdo.

cautela ao se referir aos *Acta* como um grande “bloco” ou gênero e ter em mente que o próprio agrupamento das fontes e sua nomenclatura são artificiais, daí as tentativas de definições gerais serem arriscadas.

A análise paleográfica dos textos indicou que foram compostos entre o final do séc. II e início do III d.C.. Mesmo que os escritos sobreviventes sejam cópias de originais anteriores, a existência de tais versões posteriores sugere que ao menos a popularização e divulgação foram mais tardias do que sua produção. Apesar de os escritos terem sido encontrados em diferentes locais do Egito, todos eles aludem à Alexandria. A variedade de locais em que a documentação foi encontrada é um fator que indica uma, ainda que restrita, circulação e divulgação dos textos. Propõe também um ímpeto de expandir certas idéias correntes na cidade para além dos seus limites. Mesmo que os originais tenham sido produzidos lá (e pela precária sobrevivência dos vestígios da cidade não tiveram condições de preservação), teriam sido posteriormente copiados e então, atingido outros locais. De alguns textos sobreviveram mais de uma versão, com leves alterações, sugerindo cópias e reedições, ou ainda, alterações dos originais. As diferentes recensões de um mesmo texto são mais um indício de que os documentos tiveram repercussão no meio em que circularam.

Temos poucos elementos para analisar a questão das autorias dos textos, mas pela unidade de propósitos em determinados pontos, acredita-se que o conjunto seja obra de um grupo estruturado e coeso de Alexandria, que pretendia se posicionar e propagar certas causas num meio restrito. O mais provável é que o grupo a quem se pode atribuir a sua autoria seja a elite grega do ginásio de Alexandria, já que menções e exaltações a eles estão presentes em quase todos os fragmentos.

Se comparado aos outros fragmentos que compõem os *Acta*, os *Acta Appiani* são um grande texto e está substancialmente completo, apresentando poucas lacunas. Seu estado de preservação favorável nos permite ler com mais tranquilidade, ter maior controle da narrativa e, por isso, entender melhor o que estaria se passando naquele contexto. O escrito consiste de dois fragmentos que se referem ao mesmo episódio e devem ser lidos na seqüência. A

reconstituição do texto é muito interessante, daí ser oportuno mencioná-la para ilustrar um pouco a complexidade do trabalho realizado por esses editores num período em que a papirologia era uma ciência completamente nova e ainda buscava sua metodologia própria. Os dois textos foram escritos numa mesma tira de papiro resultante da junção de pedaços menores, que tinham sido descartados e posteriormente cortados e colados para a reutilização. O primeiro e maior (*P.Oxy.33*), que mede 15 x 44.7 cms., foi encontrado em Oxyrrhynchus e primeiramente publicado em 1898 e reeditado por Wilcken, V. Premerstein e H. Lietzmann em 1934. Essa parte consiste de quatro colunas e do início de uma quinta, escrita no verso de um registro de propriedades de Oxyrrhynchus. Algum tempo depois, foi encontrado dentre um lote barganhado pela Yale University (também proveniente de Oxyrrhynchus) o outro fragmento da mesma tira (*P.Yale Inv. 1536*).

O pequeno fragmento (de 15 x 14.5 cms.) foi publicado pela primeira vez em 1936 por C. Bradford Welles e contém partes de duas colunas, que estão no verso de um registro de propriedades de terra no reinado de Cômodo. Da primeira coluna, nada se lê, mas a segunda está relativamente completa, embora mais lacunar no início. O fragmento foi revisado por Korte (1938) e Hombert (1939) e ao descobrir a ligação entre os dois pedaços, os editores sugeriram que o *P. Yale Inv. 1536* seria, então, o início do texto, do qual o *P. Oxy. 33* seria a seqüência. A escrita do relato foi atribuída à primeira metade do séc. III e o episódio se situa no reinado de Cômodo (1800 192 d.C.), conseqüentemente seu contexto de escrita é mais próximo do evento que narra, se comparado aos outros documentos dos *Acta*.

Os *Acta Appiani* narram o julgamento de Apião, aparentemente já condenado à morte, mas que ainda tenta se fazer ouvir pelo Imperador e reforçar algumas idéias. O nome do soberano não é mencionado e ele é citado no texto como César, mas alguns elementos do documento não deixam dúvidas de que se trataria de Cômodo. O longo diálogo entre César e Apião está estruturado em discurso direto e intercalado de notas narrativas. Chama a atenção nesse texto (mais que em todos os anteriores) o explícito tom abusivo e desafiante ao Imperador, expresso na fala abertamente ofensiva de Apião. O documento é também importante por ser

talvez a “ponte” que liga todos os outros escritos e ajudam a definir e agrupar essa literatura.

*Os Acta Appiani* são o último texto em escala cronológica e de contestação mais evidente a um Imperador, Cômodo. Após a leitura do texto, faremos aqui algumas considerações sobre o seu conteúdo. Vimos que já na sua primeira fala, Apião faz uma grave acusação ao soberano de forma direta e sem rodeios; ele expõe ao Imperador o problema da supervalorização que estaria ocorrendo com a exportação de trigo. César demonstra não entender do que Apião está falando e pergunta quem estaria recebendo esse dinheiro. O alexandrino não hesita e acusa o próprio Cômodo de estar recebendo, ou seja, acusa-o de estar tirando proveito dos lucros da importação romana de trigo do Egito. O Príncipe parece não aceitar a denúncia e faz a pergunta para se certificar de que uma grave acusação como essa estava sendo dirigida a ele. O alexandrino confessa não ter certeza, mas afirma que é o boato que estaria circulando, o que torna a denúncia ainda mais grave e desafiante, pois mesmo sem certeza, Apião lança a acusação, algo inconcebível em outros tempos do Império. Nesse momento, o diálogo é interrompido pelo pedido de Cômodo para levar o alexandrino à execução e o narrador entra em ação, acrescentando um conteúdo dramático ao episódio, dizendo que no instante em que Apião estava sendo levado à execução ele vê o corpo de um morto. Claro que a referência seria a alguém morto pelas autoridades romanas e poderia servir para realçar a crueldade e facilidade com que as execuções eram realizadas.

A continuidade do texto (no outro fragmento) começa com a fala de Apião perguntando a Heliodoro se ele nada faria ao vê-lo ser levado à execução. Este encoraja Apião a enfrentar a morte. Provavelmente a intenção do trecho é mostrar que a decisão do Imperador já estava tomada e que, diante disso, não havia mais nada a se fazer, já que ele não mudaria sua sentença. Esse pedaço do texto tem o intuito de glorificar a sua morte; morrer em nome de Alexandria e por um ideal. No entanto, Apião precisa ser encorajado para enfrentá-la, a prontidão para encarar o fim não está presente. Depois da exaltação de sua própria nobreza, o Príncipe pergunta a Apião se ele sabe com quem está falando e este mais uma vez o desafia.

Nesse pequeno trecho, parece ser usado um artifício retórico, já que é o Imperador que dirige a pergunta a Apião e este se aproveita para dizer o que já estaria planejando. Cômodo mais uma vez afirma sua autoridade e posição de poder, mas Apião insiste nas suas ofensas e retoma novamente tudo que já vinha dizendo do Príncipe da forma mais clara e direta. Este chama novamente o executor pelo contínuo tom abusivo de Apião, que ainda faz um último pedido. Pelos elogios ao antecessor de Cômodo (seu pai Marco Aurélio), tem-se a impressão que a crítica de Apião não é generalizada contra o poder imperial, mas especificamente contra aquele reinado.

Depois de sucessivos embates com o Príncipe, Apião pede a ele que possa ao menos ser executado com suas roupas nobres (provavelmente a vestimenta dos membros do Ginásio), o que o Imperador concede. Nesse momento, o objetivo parece ser o de realçar a nobreza da posição do alexandrino, para que ficasse para a posteridade. E com o intuito de ter seu pedido aceito, o alexandrino volta a se dirigir ao César num tom respeitoso.

Segue uma nota narrativa carregada de dramaticidade, quando o narrador realça que os romanos estavam horrorizados com um alexandrino sendo levado à execução. Aqui o autor aproveita para propagar várias idéias: a insensatez do Imperador e a falta de clemência do poder romano e também, a importante posição da cidade e dos membros do Ginásio. O tom do texto é de que isso é o “cúmulo do absurdo”: não apenas um alexandrino, mas membro do Ginásio sendo levado à execução. Tal objetivo fica mais nítido ao descrever a perplexidade dos romanos que estavam presentes no cenário; o oficial imperial reclama da falta de atitude do Imperador diante do ato de Apião, que comoveu a todos. Solicita ainda ao Imperador que faça alguma coisa (subentende-se, não condenar Apião). Com isso, o trecho destaca a falta de legitimidade das atitudes do Imperador mesmo entre os romanos, já que a morte de um alexandrino os teria comovido também.

O Imperador manda Apião ser trazido de volta e este responde de forma visivelmente dramática. O trecho tem um forte apelo dramático, quando faz referência aos outros alexandrinos mortos pelos romanos. Trata-se do único texto dos *Acta* que faz referência a personagens alexandrinos de julgamentos

anteriores. Theon, Isidoro e Lampo são lembrados como exemplos de coragem e honra, e também como provas da falta de clemência da lei romana. Esse pedaço pode ser a chave que liga esse escrito aos anteriores e os caracteriza, senão como um gênero, ao menos como documentos que se articulam de alguma forma e tinham um ideal e público comuns. Pretende-se com isso, ilustrar também a união do grupo alexandrino, por meio de todos os condenados pelo Império.

Na seqüência, o Imperador afirma que estava acostumado a castigar aqueles que tinham perdido a noção do respeito e o desafiavam, como era o caso de Apião. Provavelmente sua fala se refere também aos outros alexandrinos condenados pelos romanos, todos devidamente castigados pelos seus atos desrespeitosos e desafiadores. Cômico realça mais uma vez que Apião devia falar apenas segundo sua autorização e adverte o alexandrino de não estar respeitando sua autoridade. Prossegue a discussão entre os dois até que o Príncipe acusa o alexandrino de o estar desafiando insistentemente e de ter perdido todo o pudor, e o avisa para se pronunciar apenas quando lhe fosse permitido. Apião responde novamente mencionando o seu *status* nobre.

O Imperador recebe as considerações de Apião como ofensa, pois ao enfatizar sua posição nobre ele poderia estar sugerindo a ausência de nobreza do Príncipe, que assim compreende a fala do alexandrino. No entanto, não parece ser essa mensagem que o alexandrino estaria querendo transmitir nesse momento. Aqui o objetivo era, principalmente, realçar a importância dos membros do Ginásio. Pode tratar-se de mais um artifício retórico, já que o autor coloca na boca do Imperador coisas que Apião não disse, como se o Príncipe já percebesse a denúncia do alexandrino antes mesmo de acusá-lo diretamente.

É curiosa a menção a César e Cleópatra no final do texto. Talvez o alexandrino estivesse lembrando o Imperador da proeminência que a elite da cidade deveria ter diante dele, devido à aproximação entre César e Cleópatra. Pois a partir daí, Alexandria deveria ter sempre uma importante posição dentre os imperadores. E quando Apião demonstra que o Príncipe não estava informado sobre a questão, provavelmente o está lembrando da relevância de pessoas como ele próprio.

Outra possibilidade nesse trecho é o intuito de evidenciar novamente, mesmo que de maneira sutil, a ignorância do Imperador, daí a alusão ao episódio de César e Cleópatra. Ou seja, Apião informaria o Imperador sobre o “começo de tudo”, sobre o momento decisivo na história Alexandrina. Nesse sentido, é Apião, alexandrino e ginasiarca, a fonte de saber do Imperador. Em suma: pretende-se destacar a sua ignorância até sobre assuntos “chave” do Império e isso seria feito em oposição à sabedoria do alexandrino.

Dito tudo isso, consideramos os *Acta Appiani* como uma importante fonte para se analisar a recepção dos alexandrinos ao poder romano, que ainda é muito retratado na historiografia como um império que quase não teve resistência. Nesse sentido, mesmo que o conteúdo do texto tenha caráter literário e levando-se em conta seus elementos dramáticos e enriquecidos retoricamente, apenas o seu ideal de expandir certo tipo de idéia nesse contexto já é algo muito expressivo. O importante era destacar a situação contemporânea dos alexandrinos para, a partir daí, tentar criar uma conscientização social e política na região. Assim, mesmo que o documento visasse demonstrar a heroicidade de alguns alexandrinos como exemplos de amor pela cidade, seu intuito principal parece ser o de estimular a conscientização no presente e denunciar questões atuais e problemáticas. Percebe-se também no texto, além do intuito de se criticar os romanos, a tentativa de se circunscrever uma identidade alexandrina a mais restrita possível, privilégio apenas de um seletivo grupo de nativos da cidade, que dispunham da mesma herança cultural e nobre. A afirmação da identidade de um grupo de alexandrinos nesse contexto é mais um indicio da intenção, mesmo que sutil, de questionar o comando romano.

## Referência Bibliográficas

DAVIS, Stuart. *Race-relations in Ancient Egypt: Greek, Egyptian, Hebrew, Roman*. London: Methuen & Co. Ltd., 1951, p. 48.

MUSURILLO, Herbert. *Acts of the Pagan Martyrs*. New York: Oxford University Press, 1954.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. 2ª ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.

Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho.\*

A reimpressão em 2008 da segunda edição do livro de Sidney Chalhoub sobre o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro no início do século XX, dá ensejo a mais uma oportunidade de refletir sobre essa importante obra da historiografia brasileira.

Como se sabe, todo o trabalho historiográfico estabelece uma relação entre passado e presente. Assim, o livro de Chalhoub, publicado originalmente em 1986, informa muito a respeito do contexto social e político da sociedade brasileira da década de 1980. Período marcado pela redemocratização do país o que cria um contexto favorável para o estabelecimento de novos movimentos sociais ou a retomada de antigas reivindicações como aquelas relacionadas ao movimento trabalhista. A produção historiográfica vai, em grande medida, expressar aquele momento de efervescência política e social, estabelecendo, na sua melhor e mais relevante produção, uma renovada história social. E o trabalho de Chalhoub se constitui como um dos grandes referenciais da historiografia brasileira produzidas naquele período.

O livro tem como tema principal o estudo das práticas sociais e culturais da classe trabalhadora carioca e os mecanismos de controle social sofridos pelos trabalhadores no contexto de uma sociedade capitalista, entre fins do século XIX e primeiros decênios do século seguinte. Para essa pesquisa Chalhoub utiliza como documentação principal os processos criminais de homicídios ou tentativa de homicídio. Além da produção da imprensa carioca

daquele período. O autor enfatiza os processos da primeira década do século XX, essa escolha foi feita por ser essa década um período importante no processo histórico de implantação de uma ordem burguesa na cidade do Rio de Janeiro. O mais importante a ser destacado é a leitura instigante e original que o historiador faz dessa documentação, pois se o material coligido permite apreender a preocupação dos agentes policiais e jurídicos em estudar, controlar e até mesmo criminalizar uma série de práticas da classe trabalhadora em sua vida cotidiana; por outro lado, uma leitura a contrapelo desse material, revela também a perspectiva da própria classe trabalhadora não apenas como objeto de medidas cerceadoras mas como sujeitos históricos concretos que lutam, resistem e mostram a sua não-conformidade em relação a esses mecanismos de controle que a burguesia carioca procurava lhes impor.

Destaque especial deve ser conferido ao capítulo central do livro intitulado “Sobrevivendo...”, no qual o autor procura abordar os conflitos envolvendo membros da classe trabalhadora do Rio de Janeiro na primeira década do século XX. Nesse momento o Rio de Janeiro passava por profundas transformações urbanas que tinham como objetivo mais profundo consolidar a transição para a ordem capitalista na cidade.

Nesse sentido, um dos objetivos dos dirigentes políticos e da burguesia carioca era fazer com que a população interiorizasse uma nova ética do trabalho. Era preciso tornar o ex-escravo um trabalhador e reprimir

\* Professor FIMI. Doutor em história social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: rogeriolpcarvalho@gmail.com

a ociosidade. Nesse mundo dominado pela ordem burguesa o trabalhador deve amar o trabalho e respeitar a propriedade; os ociosos devem ser reprimidos pois não respeitam o trabalho capitalista. Chalhoub procura mostrar que, ao contrário do discurso propagado desde então pela ideologia burguesa, a ociosidade e o crime são elementos constituintes da ordem e da reprodução social, uma vez que “justifica os mecanismos de controle e sujeição dos grupos sociais mais pobres.” (p.80)

A obra do historiador Edward Thompson é utilizada por Chalhoub como um dos pressupostos teóricos para seu estudo da classe trabalhadora carioca. Dessa forma, o autor segue as asserções de Thompson quando este defende que o conceito de classe social deve ser devidamente contextualizado em cada período da história; classe é uma relação e não uma coisa, devendo ser entendida como uma formação social e cultural construída pelos sujeitos da classe trabalhadora em contextos históricos específicos.

A partir dessa perspectiva e através da análise da documentação referente aos processos crime, Chalhoub aponta as rivalidades de caráter nacional e racial ou étnico como as principais causas de conflitos entre membros da classe trabalhadora. Aqui desponta uma das principais qualidades da abordagem do autor que é articular as micro histórias dos personagens populares com os aspectos mais abrangentes da sociedade carioca e brasileira daquele período. Assim, Chalhoub revela um aspecto que até então não tinha sido apontado pela historiografia, as tensões, rixas e conflitos que ocorriam no âmbito da classe trabalhadora envolvendo a reprodução da vida material, ocorriam geralmente entre imigrantes e brasileiros pobres, especialmente os de cor. O autor, através da documentação coligida, escarafunha o cotidiano dos trabalhadores na tentativa de apreendê-los em sua concretude histórica, seus sonhos, lutas e contradições. Mas insere esses personagens e seus conflitos num momento específico da história do Rio de Janeiro, caracterizada pela intensificação das relações capitalistas na cidade. Esse momento também é marcado por uma presença maciça de imigrantes na cidade, que vem se unir ao grande contingente de escravos e trabalhadores vindos das fazendas e do interior do país. Como escreve o autor: “cria-se assim uma situação altamente competitiva para os membros

da classe trabalhadora, pois o mercado de trabalho assalariado em formação na cidade não tem condições de absorver esta mão de obra abundante. Na verdade, os donos do capital se beneficiavam amplamente da existência deste exército de reserva na capital da República, já que isso barateava bastante o custo da força de trabalho. Quanto aos populares, tinham de conviver com as agruras de um futuro incerto, baixos salários, longas jornadas de trabalho e árdua competição para conseguirem uma ocupação como assalariados da indústria ou do comércio.” (p. 112)

Nesse contexto difícil para o trabalhador, a pior situação vai ficar para o negro brasileiro, com a República efetivamente significando para essa população a recriação ou continuação de sua subordinação social na sociedade brasileira. Segundo Chalhoub, contribuía para esse estado de coisas a predisposição da classe dominante em privilegiar o imigrante, numa postura claramente preconceituosa, além disso, no caso do Rio de Janeiro, grande parte dos empregadores além de brancos eram estrangeiros, particularmente portugueses, que, em função disso, tendiam a privilegiar seus patrícios na hora de contratar seus empregados.

Essa rica e instigante articulação entre o particular e o geral, entre os meandros da vida cotidiana dos trabalhadores e os aspectos sócio-econômicos de uma sociedade que passa a se inserir de maneira mais intensa nos fluxos da relação social capitalista é desenvolvida em outros momentos do capítulo *Sobrevivendo*, quando trata da relação patrão e empregado, bem como da relação entre senhorio e inquilino, na qual procura indicar as conseqüências mais profundas da administração modernizadora do prefeito Pereira Passos: a valorização do espaço urbano, a especulação imobiliária, a expulsão das classes populares do centro da cidade, sua dificuldade em encontrar uma habitação, enfim, todo esse processo indicativo das formas de organização do espaço urbano numa sociedade capitalista com os correspondentes mecanismos de controle social e econômico. Esta articulação se manifesta nos demais capítulos do livro, quando aborda os relacionamentos amorosos e familiares da classe trabalhadora ou as formas de lazer popular, especificamente em torno dos botequins.

O autor, especificamente no capítulo *Sobrevivendo*, faz alusão a dois níveis de análise, os

quais, na verdade, podem ser projetados para a concepção da obra como um todo, a saber, a complexidade dos mecanismos de controle social numa sociedade capitalista e os limites do exercício desse controle, aspecto este que só pode ser reconstituído a partir da recuperação das condições de vida e da visão de mundo da classe trabalhadora. Essa perspectiva encaminha o autor para a grande hipótese do livro que é pensar a classe trabalhadora não apenas como objeto da exploração capitalista mas como sujeitos históricos, mesmo que eivados por uma série de ambivalências como as que se manifestam nas relações étnicas e nacionais, ou nas relações entre homens e mulheres, divisões e tensões que, em grande medida, dificultam a tomada de consciência desses populares, no sentido

de focar sua luta contra seus verdadeiros adversários sociais. Como coloca Chalhoub, essas situações “...funcionavam como um elemento da facilitação do controle social, transformando a classe trabalhadora, *neste sentido específico* [grifos do autor], em agente ou sujeito de sua própria dominação.” (p. 150)

*Trabalho, Lar e Botequim*, lançado na década de 1980, tornou-se, com justiça, um clássico da historiografia social brasileira. Não são poucos os seus méritos, talvez um dos maiores seja essa preocupação heurística em relacionar dialéticamente o geral e o particular, a teoria e a práxis [aqui também no sentido de pesquisa empírica], a história social e cultural, a liberdade e a necessidade.

SERBIN, P. Kenneth. *Padres, Celibato e Conflito Social. Uma história da Igreja Católica no Brasil*; São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Pe. Robson Monteiro\*

Kenneth P. Serbin, professor de História na Universidade de San Diego (EUA), pesquisa dois temas principais: - a trajetória da esquerda revolucionária e o aborto clandestino. Publicou diversos livros, entre eles: *“Diálogos na sombra”* (Companhia das Letras, 2001), sobre as relações entre a Igreja Católica e o regime militar brasileiro.

O presente livro é uma pesquisa sobre a história social e cultural do clero no Brasil. Procura, a partir do sistema de formação dos padres, analisar, desde o período colonial até o presente, como a Igreja Católica marcou relevante presença na história do país.

O primeiro capítulo: “O significado do sacerdócio”, demonstra que há uma necessidade antropológica em responder a uma ânsia de encontro com o divino. O sacerdócio católico remonta à tradição ético-judaico-cristã, no sentido de personificar o divino mesmo habitando um corpo imperfeito. Assim, ganha importância os seminários (escolas), onde os jovens (do sexo masculino), são isolados para preparar-se para o ministério ordenado da Igreja Católica Romana. Para Serbin, o interessante, é o modo particular que o sacerdócio se desenvolveu no continente latino-americano, principalmente, depois do Concílio Vaticano II (1962-1965), um ativismo clerical e uma nova teologia: a Teologia da Libertação, revelaram uma Igreja voltada para as questões políticas e a transformação social, ressaltando a necessidade de um estudo sobre a formação dos padres no contexto brasileiro, onde a experiência de alguns destes salientaram a ligação entre sociedade e religião e, a evolução política da Igreja brasileira.

O segundo capítulo analisa os papéis sociais, o poder econômico e as origens étnicas do clero no período colonial (1500-1822), bem como a atividade missionária da Igreja, o seu apoio ao escravagismo e a

expressão da cultura indígena e africana. Ainda é possível perceber em pleno século XXI, traços no catolicismo do país, de elementos surgidos no clero no período colonial, tais como o nacionalismo e o envolvimento dos padres em política que tiveram precedentes no Primeiro Reinado (1822-40).

A segunda metade do século XIX testemunha a modernização. Estudiosos da história européia apontaram a Reforma Protestante e a Contra-Reforma Católica, como determinantes no desenvolvimento da modernidade. Com a implantação dos seminários diocesanos, a Contra-Reforma se impõe soberana. Nestes espaços, os bispos projetavam transformar os clérigos, influenciados pelas idéias modernistas, politizados e sexualmente ativos, em um quadro de agentes essencialmente apolíticos e irrepreensíveis ao nível moral. Os seminários são criados com esse objetivo: isolar os seminaristas dos perigos exteriores e impor o controle de comportamento físico, emocional e espiritual. O programa de modernização conservadora na Igreja brasileira, tema do terceiro capítulo, recorreu ao padrão internacional de formação clerical em seminários, determinado pelo Vaticano e implementado pela importação de padres estrangeiros. A Igreja apoiará formas européias de devoção religiosa, orientada pelo clero e, assim, o catolicismo brasileiro sofre a ‘romanização’, ou ‘europeização’. Apesar da separação oficial entre Igreja e Estado, conforme decreto de 1890, a Igreja alcança status de religião oficial do Brasil durante a Era Vargas e o populismo pós-Segunda Guerra Mundial (1930-64).

O quarto capítulo esboça a temática da disciplina, isto é, a Igreja passa a concentrar preocupação nos aspectos institucionais, o que acarretou conflitos em torno de questões como o celibato e o nacionalismo clerical. A disciplina torna-se expressão de conservadorismo e de tradição católica.

\* Reitor do Seminário São João Maria Vianney e graduando da Fac. Ciências Sociais PUC-Campinas.

Os seminários constituíram um elo entre a religião, a modernização e o Estado, cumprindo papel essencial na interação entre tradição e modernidade na sociedade brasileira do século XX.

Após a Segunda Guerra Mundial, no Brasil e na América Latina, dá-se uma nova modernização. No caso brasileiro, desde 1950, a sociedade se industrializava rapidamente, provocando novas formas de individualidade e posturas sociais. Os seminaristas passam a defender uma formação que incluísse maior autoconhecimento, realização individual e bem estar psicológico. Nasce a idéia de profissionalização, no sentido de transformar o sacerdócio em uma vocação mais gratificante. Foi o passo de viver entre os mais pobres, realizado por muitos seminaristas, rompendo o impasse entre instituição e indivíduo. A opção pelos pobres não foi apenas política e religiosa, mas pessoal e ocupacional. Na década de 1960, floresce o recurso à psicoterapia dentro de seminários, é o que Serbin denominou “Psicologia da Libertação”.

A década de 1960 testemunhará o forte impulso da Igreja voltada para o mundo dos leigos e da justiça social. Critica-se a ditadura militar. A Igreja brasileira torna-se a ala mais radical do catolicismo no mundo, tendo por características principais, a defesa dos direitos humanos e da democracia, a Teologia da Libertação e a crítica ao capitalismo desenvolvimentista.

Os outros capítulos demonstram o quadro de complexidade do clero brasileiro, devido a um retorno à grande disciplina, após experiências significativas e frustrações coletivas, revela-se um quadro conservador e de ausência de perspectivas. Para Serbin, os padres proporcionaram verdadeiros “insights” sobre a condição humana por causa da especificidade da vocação de intermediários entre Deus e a humanidade. Mas, neste país, a história conflituosa do clero é constituinte da empresa colonial e neocolonial no qual a Igreja e o Estado procuraram impor a religião e a reforma social a um povo bastante devoto, mas nada ortodoxo: **“O padre brasileiro é um homem com um**

***pé na Europa e outro na América. Quer pregar as crenças do pontífice, mas também se aferra a uma forte tradição de nacionalismo clerical. O seminário insere-o em um mundo predominantemente europeu, mas o impulso de ser brasileiro persiste.*”** (p.291).

No contexto pós-moderno se apresentam novos desafios como o excessivo materialismo, consumismo, o capitalismo de corte neoliberal, o colapso da família e da moral sexual, o individualismo crescente, tornam a religião irrelevante. É importante o fato de que o número de seminaristas vem decaindo desde a década de 1960. Por outro lado, o clero tornou-se mais brasileiro, diminuindo a dependência de missionários estrangeiros, o que explicaria o conservadorismo dos estudantes, que afinal sempre inspiraram-se no modelo tradicional de sacerdócio, demonstrando o fraco impacto que o catolicismo progressista teve sobre as vocações.

Serbin aponta que o debate sobre o modelo de sacerdócio e de evangelização prosseguirá na Igreja. Contudo, no caso brasileiro, ainda carece uma perspectiva mais ampla sobre a complexidade em que ela se encontra:

- 1º Qual é o lugar das mulheres na Igreja?
- 2º Que resposta oferecer à escassez de vocações entre os negros?
- 3º Como trabalhar seriamente a questão da afetividade e da sexualidade nos seminários?
- 4º Como efetivar o diálogo entre os movimentos, essencialmente midiáticos e conservadores, e a ala mais progressista da Igreja?
- 5º Como evangelizar sem esquecer as mudanças radicais na sociedade brasileira, a urbanização, as inovações tecnológicas, as mudanças climáticas, a globalização da economia?

O presente livro desencadeia a reflexão e exige atitudes que, no fundo, traduzem não apenas a expressão religiosa, mas um quadro social mais amplo de formação da sociedade e história do país.



# REVISTA NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

## Instruções aos autores

A revista NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA é uma publicação da *Faculdade de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas* - que, desde 1969, quando foi lançado seu primeiro número, vinha circulando com periodicidade trimestral e que a partir deste número passará a ser semestral. A revista propõe a publicação de artigos inéditos de História e disciplinas afins, resenhas de livros (que tenham sido publicados nos últimos dois anos, no Brasil e, nos últimos quatro anos, no exterior), fontes primárias e secundárias com comentários, entrevistas e resultados parciais de pesquisas. Os trabalhos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e/ou à avaliação de dois consultores.

## Informações gerais

Todos os trabalhos deverão ser encaminhados em duas vias impressas e em versão eletrônica (CD-rom, disquete ou e-mail) constando o nome do autor, instituição, endereço para correspondência e e-mail para contatos.

As colaborações poderão ser redigidas em português ou espanhol.

Deverão estar acompanhadas de um *resumo/abstract e título* em português e em inglês, de até 200 palavras, e de *palavras-chave/key words*, em mínimo de três e máximo de cinco, também em português e inglês.

As *ilustrações* ou *gráficos* deverão ser encaminhados em arquivo separado para sua reprodução.

Todos os trabalhos deverão ser digitados em MS Word versão 6.0 ou superior, fonte 12, tipo Times New Roman e espaço 1,5.

Os *artigos originais* poderão ter uma extensão mínima de 10 laudas e máxima de 25, incluindo as ilustrações, gráficos e referências bibliográficas; as *resenhas*, de até 5 laudas, as *entrevistas*, até 15 laudas e as fontes primárias e secundárias até três laudas.

## Apresentação dos trabalhos originais

A *primeira página* dos trabalhos deverá conter os seguintes dados: Título do trabalho; Autor(es) (sobrenome em letras maiúsculas e nomes por extenso); instituição à qual pertence o autor. Indicar em nota de rodapé: referência institucional do(s) Autor(es), Departamento, Faculdade, Instituto, Centro e Universidade; País; agência financiadora, quando houver financiamento. *Resumo* (com máximo de 200 palavras); *Palavras-chave* (até 5 palavras); Título em inglês, *Abstracte Key Words*;

## Texto

O texto dos artigos deverá obedecer à formalidade dos trabalhos científicos e às Normas NBR 6023 da ABNT.

## Referências Bibliográficas

*Referências Bibliográficas* (contêm apenas os trabalhos utilizados e citados no texto). Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir as NBR 6023 da ABNT.

## Livros

CHESNAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado?*

Sobre a história e os historiadores. Tradução de Marcos A. da Silva. São Paulo: Editora Ática, 1995.

## Capítulos de livros

DEVOTO, Fernando. Imigração Européia e Identidade Nacional nas Imagens das Elites Argentinas. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p.36-52. Dissertações e Teses

CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil 1860/1913*. 1976. 152 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas.

## Artigos de periódicos

MATOS, Odilon Nogueira de. Luis da Câmara Cascudo, historiador e folclorista, no seu centenário. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Ano XXI, No. 172, p.3-10, jan.-mar. 1999.

## Citações bibliográficas no texto

Estas deverão estar indicadas em ordem numérica, figurando como nota de rodapé e também nas referências bibliográficas ao final do texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome separado por vírgula da data de publicação (SILVA, 1974). Quando o nome do autor é citado no texto indica-se a data entre parênteses: "Cardoso (1999) assinala..." e se for necessário indicar a(s) página(s), esta(s) deverão seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. Exemplo: (IANNI, 1975, p.51). Quando se tratar de citações de diversas obras do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (ANDRADE, 1963a) (ANDRADE, 1963b). Se a obra tiver dois autores, ambos são indicados, por meio de & (NORMANO & LEITE, 1955)

e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (BARAN et al., 1966).

## Notas

Devem ser reduzidas ao mínimo necessário e colocadas no pé da página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

## Anexos e/ou Apêndices

Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

## Tabelas e Quadros

Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos encabeçadas pelo título.

## Figuras

Gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis e deverão ser reduzidas na medida: 11,5 x 18 cm. Devem-se indicar, a lápis no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legendas das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e indicados pelo termo Figura.

## Endereço para envio das colaborações:

Conselho Editorial da revista NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA, Faculdade de História - CCH - PUC-Campinas; Prédio Administrativo I, Campus I - Rod. Dom Pedro I, Km 136 - Parque das Universidades - CEP 13086-900- Campinas - SP.

Tel. (19)3343-7659

E-mail: cch.edi@puc-campinas.edu.br

# PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

**Grão-Chanceler**  
Dom Bruno Gamberini

**Reitor**  
Prof. Pe. Wilson Denadai

**Vice-Reitora**  
Profª Ângela de Mendonça Engelbrecht

**Pró-Reitor de Graduação**  
Prof. Germano Rigacci Júnior

**Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação**  
Profª Vera Engler Cury

**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários**  
Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

**Pró-Reitor de Administração**

## CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

**Diretor do Centro**  
Prof. Paulo Sergio Lopes Gonçalves

**Diretor-Adjunto**  
Prof. Peter Panuto

**Diretor de História**  
Prof. João Miguel Teixeira de Godoy

**Editor**  
Prof. Artur José Renda Vitorino e Alex Degan

## CONSELHO EDITORIAL/EDITORIAL BOARD SCIENTIFIC

Prof. Artur José Renda Vitorino - FH - CCH - PUC-Campinas  
Profª Ivone Cecília D'Avila Gallo e Batalha - FH - CCH - PUC-Campinas  
Prof. João Miguel Teixeira de Godoy - FH - CCH - PUC-Campinas  
Profª Lilia Inês Zanotti de Medrano - FH - CCH - PUC-Campinas  
Profª Elciene Azevedo - FH - CCH - PUC-Campinas  
Prof. Alex Degan - FH - CCH - PUC-Campinas  
Profª Rosangela Ferreira Leite - FH - CCH - PUC-Campinas  
Prof. Paulo Roberto Teixeira de Godoy - UNESP - RIO CLARO  
Prof. Jéferson Cano - IEL - UNICAMP  
Prof. José Luiz Bendicho Beired - UNESP - ASSIS  
Profª Drª Heloísa Jochims Reichel - UNISINOS